



INSTITUTO POLITÉCNICO  
DE VIANA DO CASTELO

# RELATÓRIO FINAL DE PRÁTICA DE ENSINO SUPERVISIONADA

Mestrado em Ensino do 1º e 2º CEB

**“Guerra Colonial versus Guerra da Independência”**  
Um único acontecimento histórico com duas visões diferentes

Vera Alexandra Portela Lário





INSTITUTO POLITÉCNICO  
DE VIANA DO CASTELO

Vera Alexandra Portela Lário

# **RELATÓRIO FINAL DE PRÁTICA DE ENSINO SUPERVISIONADA**

Mestrado em Ensino do 1.º e 2.º CEB

**“Guerra Colonial versus Guerra da Independência”**  
Um único acontecimento histórico com duas visões diferentes

Trabalho efetuado sob a orientação do(a)  
Professora Doutora Alexandra Esteves

junho de 2018



## Agradecimentos

“Eu não tenho necessidade de ti. E tu não tens necessidade de mim.

Mas, se tu me cativas, nós teremos necessidade um do outro.

Serás para mim único no mundo. E serei para ti única no mundo.”

Antoine de Saint-Exupéry

A elaboração deste trabalho não seria possível sem a participação e apoio, tanto das pessoas que colaboraram diretamente, como das que estiveram sempre a meu lado nestes anos: a minha família, os meus amigos, os professores e os colegas de curso. Todos foram fundamentais para conseguir chegar a este dia.

O primeiro agradecimento é para a minha orientadora, a Professora Doutora Alexandra Esteves, que em todos os momentos esteve do meu lado nesta longa etapa, pelos seus conselhos, críticas construtivas e principalmente pela amizade e preocupação que me transmitiu.

Quero agradecer de forma especial aos meus filhos, Lucas e Maria, porque desde pequeninos viveram este ambiente académico. Foram privados de muitas coisas para a mãe poder alcançar este desejado objetivo. Estiveram sempre do meu lado, sempre a acarinhar-me, mas também desejosos de que este dia chegasse. Agradeço-lhes porque me ajudaram imenso, foram a minha fonte de inspiração.

Também o agradecimento especial para o meu marido, Nuno, por todo o apoio e ajuda recebida, pela paciência nos momentos mais complicados, pelo carinho e por estar sempre ao meu lado.

Agradeço a todos os professores da Escola Superior de Educação de Viana do Castelo, por todo o apoio e dedicação que nos dedicaram, sempre atentos às nossas necessidades. Estiveram presentes e deram preciosos conselhos.

Agradeço aos professores cooperantes pela boa aceitação que tiveram comigo, pela transmissão de conhecimentos, pelo acolhimento, pelo carinho e pela confiança demonstrada. Estes profissionais acabaram por me marcar de uma forma positiva. Quero salientar a relação de amizade que consegui estabelecer com a maior parte destes

professores, principalmente com a professora da PES I, a professora Regina, “professora cinco estrelas”.

Agradeço aos meus colegas de turma, pelo ambiente familiar que mantivemos durante estes dois anos. Principalmente a Luísa e a Alexandra, colegas desde o início da aventura, sempre alegres e cooperantes, foram anos complicados, mas com o vosso apoio tudo isto foi possível.

Agradeço aos meus amigos, por todo o apoio prestado, sempre motivando, e sempre preocupados comigo e com os meus.

Para finalizar, quero agradecer a minha família, por todo o apoio. Tenho que agradecer aos meus pais e ao meu irmão, pela preocupação e pela ajuda que me deram na realização das entrevistas aos alunos de Maputo. De uma forma especial também à Irmã Augusta pelas entrevistas realizadas as meninas de Itoculo.

Por último, mas não menos importante, a todos os alunos com os que convivi, pois, foi graças a eles que consegui desenvolver o meu trabalho e chegar a este momento para dizer, “missão cumprida”.

## Resumo

O presente relatório, desenvolvido no âmbito da Prática de Ensino Supervisionada II, do Mestrado em Ensino do 1.º e 2.º Ciclo do Ensino Básico, na área de História e Geografia de Portugal recaiu sobre uma turma do 6.º ano.

Apresenta-se dividido em três partes. A primeira refere-se ao enquadramento do estudo, a segunda parte percorre o estudo realizado na área de História e Geografia de Portugal e a terceira parte conclui com uma reflexão sobre a experiência vivida na Prática de Ensino Supervisionada I e na Prática de Ensino Supervisionada II.

O objetivo da investigação consistiu em fazer uma análise comparativa sobre a visão da Guerra Colonial, também denominada Guerra de Ultramar, que consistiu no conflito entre as forças armadas portuguesas e os movimentos de libertação das ex-colónias portuguesas; e da Guerra da Independência, que era a luta pela descolonização, para pôr fim à dominação do país e a procura da autodeterminação. E analisar como estas visões são transmitidas aos alunos portugueses do 6.º ano de escolaridade e aos alunos moçambicanos do nível de escolaridade equivalente.

Partindo do pressuposto de que a visão sobre o acontecimento em causa é diferente, procurou-se ainda mostrar de que forma os manuais escolares, que refletem as posições assumidas por historiadores dos dois países (Portugal e Moçambique), contribuem para a ambivalência de perspetivas que inquina o processo de ensino-aprendizagem, em particular no âmbito das disciplinas de História ou de História e Geografia de Portugal. Pretendeu-se, neste contexto, refletir sobre o relativismo histórico e procurar estratégias que poderão ser implementadas com vista à sua aplicação no ensino da História e Geografia de Portugal.

Para levar a cabo a investigação, utilizou-se uma metodologia qualitativa, de natureza interpretativa. A recolha de dados incidiu na observação participante, em entrevistas semiestruturadas, aplicadas a alunos portugueses e moçambicanos, a familiares dos alunos, bem como a professores, e na pesquisa documental.

Os resultados conseguidos revelam que os alunos conseguem compreender e conceber ideias próprias sobre momentos históricos. O fornecimento de material diversificado, o acesso a documentos, o contacto com as histórias contadas pelos

familiares, toda esta informação cedida aos alunos facilita e gere aprendizagens e raciocínios críticos de forma a criarem a sua própria opinião. Os alunos apresentaram um desempenho satisfatório, quer na realização das atividades propostas, quer no raciocínio solicitado durante as entrevistas.

**Palavras-chave:** Independência; libertação; guerra; História; multiperspetiva.



## **Abstract**

The present report, developed within the framework of the Supervised Teaching Practice II, of the Master's degree in Teaching of the 1st and 2nd cycle of Basic Education in the area of History and Geography of Portugal fell on a class of 6th year.

It is divided into three parts. The first refers to the framework of the study, the second part goes through the study carried out in the History and geography of Portugal area and the third part concludes with a reflection on the experience lived in Supervised Teaching Practice I and Supervised Teaching Practice II.

The objective of the investigation was to make a comparative analysis of the vision of the Colonial War, also called the Overseas War, which consisted in the conflict between the Portuguese armed forces and the liberation movements of the former Portuguese colonies; and the War of Independence, which was the struggle for decolonization, to end the domination of the country and the search for self-determination. And to analyze how these visions are transmitted to the Portuguese students of the 6th year of schooling and the Mozambican students of the level of equivalent education.

Based on the assumption that the view on the event in question is different, it was also sought to show how the textbooks, which reflect the positions assumed by historians of the two countries (Portugal and Mozambique), contribute to the ambivalence of perspectives that incorporates the teaching-learning process, particularly in the context of the disciplines of history or of HGP. In this context, it was intended to reflect on historical relativism and to look for strategies that could be implemented with a view to its application in the teaching of history and geography of Portugal.

In order to carry out research, a qualitative methodology of an interpretative nature was used. The data collection focused on the participant observation, in the substructured interviews, applied to Portuguese students and Mozambicans, the family of the pupils, as well as to teachers and in the documentary research.

The results show that students can understand and conceive their own ideas about historical moments. The provision of diverse material, access to documents, contact with stories told by family members, all this information provided to students facilitates and generates critical learning and reasoning in order to create their own opinion. The students

presented a satisfactory performance, both in the accomplishment of the proposed activities and in the reasoning requested during the interviews.

Keywords: Independence: release; war; History; multiperspective.

## Índice Geral

Agradecimentos.....	i
Resumo .....	iii
Abstract .....	v
Índice de Figuras.....	xi
Índice de Tabelas .....	xiii
Índice de gráficos.....	xv
Lista de abreviaturas .....	xvii
INTRODUÇÃO.....	i
PARTE I.....	5
ENQUADRAMENTO DA PRÁTICA DE ENISNO SUPERVISIONADA.....	5
NOTA INTRODUTÓRIA .....	6
CAPÍTULO I - Caracterização do contexto educativo .....	7
Caraterização do meio local.....	7
Caraterização do contexto escolar .....	9
Caracterização da turma.....	11
CAPÍTULO II - Áreas de intervenção .....	15
Português.....	16
Matemática.....	19
Ciências da Natureza.....	21
História e Geografia de Portugal.....	24
CAPÍTULO III - Orientação para a área do projeto .....	27
PARTE II.....	29
PROJETO DE INVESTIGAÇÃO .....	29

NOTA INTRODUTÓRIA.....	30
CAPÍTULO I - Introdução.....	31
Pertinência do estudo .....	31
Problema e questões de investigação.....	33
CAPÍTULO II - Revisão da literatura .....	35
Didática .....	35
Didática da História.....	36
Importância da História e Geografia de Portugal .....	37
O papel do professor e a História .....	40
A História de Portugal e Moçambique.....	43
Sistema Educativo em Portugal .....	44
Sistema Educativo em Moçambique .....	48
CAPÍTULO III – Metodologia .....	53
Opções metodológicas.....	53
Recolha de dados .....	55
Procedimentos da recolha de dados.....	55
1. Entrevista .....	55
2. Observação .....	56
3. Meios audiovisuais (vídeo) .....	58
4. Pesquisa documental .....	58
Participantes.....	59
Delineamento e calendarização do estudo.....	61
.....	62
CAPÍTULO IV – Intervenção didática .....	63
Intervenção Didática .....	63

1.ª Etapa: Entrevistas aos familiares ou amigos .....	64
2.ª Etapa: Atividades durante o período de lecionação .....	68
3.ª Etapa: Entrevista individual aos alunos.....	75
4.ª Etapa: Entrevista a alunos moçambicanos.....	77
5.ª Etapa: Questionário feito aos alunos no Google Formulários .....	80
6.ª Etapa: Entrevista a professores.....	81
CAPÍTULO V - Conclusões do estudo.....	85
Conclusões .....	85
Constrangimentos e recomendações .....	87
PARTE III– REFLEXÃO FINAL DA PES I E PES II .....	89
NOTA INTRODUTÓRIA .....	90
CAPÍTULO I - Reflexão final da PES I e PES II .....	91
Bibliografia.....	99
Anexos .....	107
Anexo 1 - Consentimento Informado.....	107
Anexo 2 - Pedido de Autorização .....	108
Anexo 3: Entrevista Google Formulários.....	110
Anexo 4 – Aula de Português .....	111
Anexo 5 – Aula de Matemática .....	112
Anexo 6 – Aula Ciências Naturais: Atividade “Elaboração de pão” .....	114
Anexo 7 – Hino da Legião Portuguesa.....	115
Anexo 8 – Entrevista Alunas Itoculo.....	116
Anexo 8 – Entrevista Alunos Maputo.....	118
Anexo 9 - Entrevista – Investigação .....	121



## Índice de Figuras

Figura 1 - Turma de Alunos.....	14
Figura 2 - Observação microscópica de levedura.....	22
Figura 3 - Manual História e Geografia de Portugal .....	48
Figura 4 - Manual Brincar com... Ciências Sociais, Moçambique .....	52
Figura 5 - Entrevistas "O Estado Novo e a Guerra Colonial" .....	65
Figura 6 - Atividade 1 - Salazar .....	69
Figura 7 - Atividade 2: Representação de uma aula da época de Salazar .....	70
Figura 8 - Cartazes: "A Lição de Salazar" .....	70
Figura 9 - Canção "Angola é nossa" .....	71
Figura 10 - Filme "Guerra Colonial" .....	72
Figura 11 - Excerto "Hino de Moçambique" .....	72
Figura 12 - Hino de Angola .....	74
Figura 13 - Hino de Moçambique .....	74
Figura 14 - Entrevista aos Alunos .....	75
Figura 15 - Entrevista Alunas de Itoculo .....	78





## **Índice de Tabelas**

Tabela 1 – Calendarização.....	70
Tabela 2 – Lista de atividades.....	76



## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Idade dos alunos .....	11
Gráfico 2 - Habilitações dos pais .....	12
Gráfico 3 - Profissão dos pais .....	12
Gráfico 4 - Interesse nas áreas curriculares .....	14



## **LISTA DE ABREVIATURAS**

ACI – Adequação Curricular Individual  
CEB – Ciclos do Ensino Básico  
CEI – Currículo Específico Individual  
EP1 – Ensino Primário de Primeiro Grau (Moçambique)  
EP2 – Ensino Primário de Segundo Grau (Moçambique)  
ESEVC – Escola Superior de Educação de Viana do Castelo  
HGP – História e Geografia de Portugal  
INE – Instituto Nacional de Estatística  
ME – Ministério de Educação  
MEC – Ministérios de Educação e Ciência  
MINED – Ministério de Educação (Moçambique)  
NEE – Necessidades Educativas Especiais  
ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milénio  
ONU – Organização das Nações Unidas  
PEE – Projeto Educativo Escolar  
PEE – Plano Estratégico para o Sector da Educação (Moçambique)  
PEEC – Plano Estratégico de Educação e Cultura (Moçambique)  
PES I – Prática de Ensino Supervisionada I  
PES II – Prática de Ensino Supervisionada II  
POC – Professores Orientadores Cooperantes  
PRODEP – Programa de Desenvolvimento Educativo em Portugal  
PS – Professores Supervisores  
SNE – Sistema Nacional de Educação (Moçambique)  
UC – Unidade Curricular



## INTRODUÇÃO

O presente relatório surge no âmbito da Prática de Ensino Supervisionada II (PES II), unidade curricular do 2.º ano do Mestrado em Ensino do 1.º e 2.º ciclos do Ensino Básico. Resulta do trabalho realizado numa turma do 6.º ano, durante doze semanas. As quatro primeiras foram de observação, seguidas de oito de lecionação das quatro áreas. Nas primeiras quatro semanas foram lecionadas as áreas de Português e História e Geografia de Portugal, e nas seguintes quatro, foram as áreas de Matemática e Ciências da Natureza.

Este foi o primeiro contacto direto com uma turma de 6.º ano, durante todo o percurso académico da licenciatura e mestrado. Assumiu-se este desafio com muita coragem e motivação, o percurso consistia na planificação e preparação das práticas, de forma a concluir este caminho com a elaboração de um projeto baseado numa investigação. Este estudo, que recai sobre a turma da implementação, é o remate de todo o percurso académico. É a conclusão da unidade curricular da Prática de Ensino Supervisionada II e do Mestrado em Ensino do 1.º e 2.º ciclos do Ensino Básico.

Para a realização deste relatório, foi realizado o estágio numa turma de 6.º ano, composta por vinte e um alunos, na disciplina de História e Geografia de Portugal. As primeiras semanas serviram para observar o trabalho realizado pela Professora Orientadora Cooperante, as estratégias e métodos utilizados, a participação dos alunos e o ambiente existente. Desta forma, começa a ser construído um itinerário para abordar o tema a lecionar, e concluir com a recolha de dados necessários para a realização da investigação.

O presente trabalho encontra-se dividido em três partes, cada parte está subdividida em vários capítulos, seguindo uma estrutura elementar, de forma a facilitar a compreensão e dar seguimento ao raciocínio e às ideias presentes no relatório.

A primeira parte, dividida em três capítulos, destina-se ao enquadramento da Prática de Ensino Supervisionada II, caracterizando, num primeiro capítulo, o contexto educativo, dando a conhecer características próprias do meio em que está inserida a escola,

da sua população, ao igual que uma descrição mais detalhada da escola e do meio escolar, para finalizar com uma apresentação da turma e dos seus elementos. Está subdividido em: caracterização do meio local, do contexto escolar e da turma, em que decorreu o estudo. No segundo capítulo, é selecionada uma das aulas lecionadas, de cada uma das quatro áreas de intervenção: Português, Matemática, Ciências Naturais e História e Geografia de Portugal. É desenvolvido o trabalho realizado, reflexionando sobre os aspetos positivos e negativos da leção e dos momentos posteriores. Para finalizar esta primeira parte, com o terceiro capítulo, no qual se evidencia as orientações para o estudo, com a escolha da área e a respetiva justificação.

A segunda parte dedica-se ao desenvolvimento de todo o projeto de investigação, e está organizada em cinco capítulos. No primeiro capítulo, é explanado o tema em estudo, a sua relevância, o problema e as questões orientadoras da investigação. O segundo capítulo é dedicado à revisão da literatura, enquadramento teórico do tema, no qual são abordados os pontos principais para existir uma boa compreensão do estudo. Este capítulo está subdividido em duas partes, a primeira procura abordar o ensino e aprendizagem da História, desde o papel do professor aos alunos, e a segunda parte destina-se à investigação da História dos dois países envolvidos no acontecimento histórico em estudo, a “Guerra Colonial e as suas consequências” e a visão que os manuais escolares têm sobre este mesmo acontecimento.

No terceiro capítulo, “Metodologia”, são apresentadas as opções metodológicas adotadas, os procedimentos realizados ao longo da investigação, assim como, os principais instrumentos de recolha de dados utilizados para desta forma entender melhor a escolha dos mesmos, os participantes e conclui-se com a explicação de como se procedeu e delineou a recolha de dados.

O quarto capítulo descreve, detalhadamente, a intervenção didática e a recolha de dados no contexto educativo. Estes dados foram reunidos em seis etapas: a primeira etapa consistiu na realização de entrevistas por parte dos alunos, a familiares que tivessem memórias da época do Estado Novo e da Guerra Colonial; a segunda etapa consistiu na intervenção didática efetuada durante o período de leção; a terceira etapa consistiu



em executar entrevistas individuais aos alunos, para perceber se os alunos tinham conseguido alcançar as aprendizagens fundamentais dos conteúdos abordados durante a leção; a quarta etapa abrangeu as entrevistas realizadas a alunos moçambicanos, do norte do país, Itoculo, e da capital, Maputo; a quinta etapa consistiu num questionário, feito através do Google Formulários, aos alunos portugueses. Este tipo de recolha de dados tinha como finalidade que os alunos respondessem às perguntas fora do contexto escolar e sem condicionamentos. Para finalizar esta recolha, como sexta etapa, foram efetuadas várias entrevistas a professores, que lecionassem História ou que tivessem vivido a experiência da Guerra Colonial, para em primeira pessoa, dar a sua opinião sobre o tema das diferentes visões do conflito histórico.

No quinto capítulo, são apresentadas as principais conclusões do estudo realizado no âmbito do relatório final da PES II, dando resposta às questões orientadoras definidas no princípio do estudo. Seguidamente são analisados alguns constrangimentos sentidos durante a realização da investigação, tanto a nível de preparação como durante a leção, assim como no estudo dos dados recolhidos. São, também, dadas algumas recomendações que podem ser aplicadas no futuro na realização de outras investigações relacionadas ou não com este tema.

A terceira parte é dedicada à reflexão final acerca da Prática de Ensino Supervisionada I e II. Nesta parte é efetuada uma revisão e reflexão mais aprofundada dos últimos dois anos do curso, mas também da passagem pela licenciatura e das vivências retiradas deste período.

Após esta última parte seguem-se as referências bibliográficas que sustentaram o estudo e os respetivos anexos mencionados no longo do relatório.



# PARTE I

## ENQUADRAMENTO DA PRÁTICA DE ENSINO SUPERVISIONADA

### NOTA INTRODUTÓRIA

Neste capítulo é realizado um estudo sobre a caracterização do contexto educativo. De uma forma mais concreta, é abordado o meio social, em que a escola se insere, o contexto escolar e a turma sobre a que recaiu o estudo da Prática de Ensino Supervisionada (PES II).

Neste capítulo também se apresentam as respetivas reflexões sobre as sessões escolhidas de cada área lecionada: Português, Ciências da Natureza, Matemática e História e Geografia de Portugal, salientando as estratégias utilizadas e o desenvolvimento das aulas, e assim, refletir de uma forma coerente sobre tudo o ocorrido. Para finalizar este capítulo, apresenta-se uma breve argumentação relativa à escolha da área na qual foi desenvolvido este trabalho.



## **CAPÍTULO I - Caracterização do contexto educativo**

Neste capítulo é apresentada a caracterização do contexto educativo onde se inseriu o estágio desenvolvido na PES II. Aqui destacam-se os recursos humanos, a organização estrutural, a caracterização da instituição e a turma onde decorreu este projeto. Por fim, refere-se à caracterização da turma em estudo nas diferentes áreas e domínios, de forma a obter um conhecimento mais aprofundado sobre a turma e o meio envolvente.

### **Caraterização do meio local**

A escola onde decorreu a Prática de Ensino Supervisionada II encontra-se situada na cidade de Viana do Castelo, numa das freguesias da cidade. Até 2013, Viana do Castelo contava com 40 freguesias, 20 de cada lado do Rio Lima, mas, desde 28 de janeiro de 2015, a Lei nº 11-A/2013 que aprovou a “Reorganização administrativa do território das freguesias” Viana passou a ter 27 freguesias, e esta freguesia, em concreto, passou a fazer parte de uma União de Freguesias. (Lei 11-A/2013)

Localiza-se num dos extremos da cidade minhota, sendo esta a cidade atlântica de Portugal mais a norte e capital do Alto Minho. As origens desta cidade remontam à Idade de Ferro, com as Citânias erguidas no Monte de Santa Luzia. Também são visíveis os rastros deixados pelos romanos entre os séculos I a.C. e II d.C. (Fernandes, 1999)

A cidade atual situa-se na Foz do Lima (Fernandes, 1990), que por vontade de D. Afonso III, em 1258, lhe concede o primeiro foral, atribuindo-lhe o nome de Viana da Foz do Lima, promovendo-a a Vila. Esta distinção surge pela localização benéfica e existência de um núcleo consistente de moradores, inseridos num quadro natural favorável: a foz do Lima encontra-se protegida a norte pelo Monte de Santa Luzia.

Com o decorrer do tempo, Viana da Foz do Lima inseriu-se no típico centro urbano da Idade Média, localizada na “margem direita de um rio com amplo estuário, perto da foz, apresentando um crescimento muito mais acentuado ao longo do curso de água que para

o interior, exposta a sul (e ao sol) e com a sua correspondente mais pequena (Darque) na margem esquerda” (Caldas, 1990, p. 13).

No decorrer do tempo, podemos distinguir três momentos de importância histórica de Viana. A concessão do foral é a primeira, em 18 de junho de 1258. D. Afonso III fundou a Vila de Viana da Foz do Lima através do primeiro foral. Desde esta data até ao reinado de D. Dinis, verifica-se um momento de relançamento e consolidação da vida urbana. A estrutura de Viana da Foz do Lima segue as linhas medievais, com ruas quase retas e no sentido este-oeste, os quarteirões retangulares e de semelhante dimensão, estrutura que se mantém quase intacta nos dias de hoje. (Caldas, 1990, p. 13). A segunda é no século XVI, na época do reino de D. Manuel I, que promoveu a expansão da construção naval e urbanística de Viana da Foz do Lima, constroem-se grandiosas moradias de importantes fidalgos e burgueses, relacionados com o comércio externo e a vila era considerada um dos portos e centros comerciais mais importantes do país. (Fernandes, 1990)

Em finais do século XIX, produz-se o terceiro momento no reinado de D.<sup>a</sup> Maria II, através de Carta Régia de 20 de janeiro de 1848, em que a vila de Viana da Foz do Lima é elevada a cidade com a atual denominação de Viana do Castelo.

*“Hei por bem e me apraz que a Vila de Viana do Minho fique erecta em cidade, com denominação de Cidade de Viana do Castelo e que, nesta qualidade, goze todas as prerrogativas que diretamente lhe pertencerem...”* (Castelo, 2015).

O porto de Viana do Castelo, no final do XIX e inícios do XX, sofreu um revés, perdendo importância a nível nacional, por causa da sucessiva proteção aos vinhos do Alto Douro e ao porto da “cidade invicta” e às medidas restritivas impostas aos portos regionais (Fernandes, 1999, p. 27), provocando uma crise no setor e na cidade, que se prolongou no tempo. Com o crescimento da cidade, surgem as preocupações urbanísticas e arquitetónicas. O setor pesqueiro progrediu com a criação, em 1944, dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, que durante o seu funcionamento construíram mais de 200 navios, atestando a importância socioeconómica da cidade, até aos tempos atuais (Pereira, 2016).

A falência e outros problemas da empresa resultaram num declínio do sector económico empresarial, relacionado com os estaleiros navais mas estão hoje reativados.

A informação demográfica de Viana do Castelo ao longo do tempo permitiu verificar as variações que se foram dando consoante o desenvolver da economia. Em 1517, Viana da Foz do Lima apresentava 6330 habitantes, sendo 2915 da vila e 3415 pertencentes às freguesias do termo (Reis, 1994).

No I Recenseamento Geral da População, realizado em 1864, Viana tinha 9727 habitantes, dos quais 4387 habitantes pertenciam à freguesia onde se localiza atualmente a escola que serviu de estudo. Pode-se confirmar um declínio populacional no seguinte recenseamento, em 1878, com 8933 habitantes em Viana do Castelo sendo 3557 da dita freguesia. Atualmente, segundo os últimos censos elaborados, existe uma povoação de 4948 habitantes (INE,2011), observando-se uma diminuição de 13% de habitantes desde 2001, com 5637 habitantes. Mais uma vez, comprova-se a relação que existe com a economia e a população. Em época de crise no sector industrial, com as dificuldades nos estaleiros navais, diminuiu a população e verificou-se uma deslocação para outras freguesias ou para o estrangeiro, como ocorreu no final do século XIX.

A freguesia sobre a qual recai o estudo, foi fundada a 23 de janeiro de 1621, pelo arcebispo D. Afonso Furtado de Mendonça. Destaca-se no setor laboral, pela construção naval, pela pesca, pelo artesanato e pelo comércio. Alberga a feira-semanal da cidade e tem entre outras festividades a importante “Romaria da Srª da Agonia, “ex-libris” da cidade. Em relação aos equipamentos e serviços presentes abrange todas as áreas, desde culturais, saúde, desporto, educação, turismo e lazer e setor empresarial. (Pereira, 2016)

### **Caraterização do contexto escolar**

A instituição escolar, na qual se insere a turma em estudo, tem como data de criação 18 de junho de 1973, através de um despacho ministerial com o nome de “Escola Preparatória” e é janeiro de 1975 a data da abertura. Sendo o atual edifício inaugurado no

ano letivo de 1995/1996 é denominada por Escola E.B. 2,3. Em 1999, passou a sede do Agrupamento. Atualmente, faz parte do Agrupamento de Escolas, conjuntamente com mais cinco escolas básicas, três jardins de infância e uma escola secundária.

O Agrupamento de Escolas abrange as freguesias de Afife, Carreço, Areosa e União das Freguesias de Viana do Castelo. Tendo em consideração a sua disposição geográfica, nomeadamente a sua inserção no espaço urbano, e a presença de uma Escola Secundária, o Agrupamento recebe alunos de uma zona geográfica mais vasta (Educativo, 2017).

De acordo com os dados atuais, o Agrupamento de Escolas é frequentado por 2767 alunos, tendo o Ensino Básico 1006 alunos, sendo 504 do 1.º ciclo, 189 do 2.º ciclo e 313 do 3.º ciclo. Estes alunos têm proveniência de meios urbanos como de rurais, existindo pouca diversidade de origem étnica e cultural. A maior parte dos alunos são residentes no concelho de Viana do Castelo. (Educativo, 2017, p. 11)

Atualmente, a escola reflete um decréscimo de alunos nos últimos anos, devido a fenómenos de deslocação demográfica e da diminuição da natalidade.

Em relação ao espaço exterior apresenta dimensões consideráveis, com espaços cobertos para convívio, campos de jogos (de futebol e de basquetebol) e ainda outro espaço vedado, destinado principalmente à realização das aulas de educação física, como balneários. É de salientar que a ausência de local coberto para a realização das mesmas aulas é colmatada com a existência de um pavilhão municipal bastante próximo.

Em relação ao espaço interior, a instituição apresenta dois pisos. No rés-do-chão, encontram-se as casas-de-banho, arrecadações, sala de reuniões, sala da Direção da instituição, sala de informática, sala de convívio dos professores com bar, sala de serviços administrativos, receção, sala de atendimento aos encarregados de educação, elevador, sala de convívio dos alunos com bar, reprografia/papelaria, cozinha, refeitório, e sala de convívio do pessoal não docente. O primeiro piso é composto, maioritariamente, por salas de aula, uma sala de estudo e uma biblioteca.



Existem salas específicas para algumas disciplinas tais como o ensino das Ciências Naturais, Educação Musical, Educação Visual, Educação Tecnológica e uma sala de laboratório para o ensino das Ciências Físico-Químicas.

No que respeita a recursos que apoiam as diferentes áreas disciplinares, a escola possui diversos e numerosos materiais pedagógicos, como biblioteca escolar, departamento de educação especial, serviços de psicologia e orientação e gabinete do aluno.

No geral, as instalações evidenciam uma qualidade aceitável em termos de usabilidade, apesar de no inverno as salas serem bastante frias. Existe um plano de prevenção, no qual se prevê a realização regular de prática de rotinas de segurança envolvendo toda a comunidade escolar.

### Caracterização da turma

Este estudo recaiu sobre uma turma do 6.º ano de escolaridade, composta por vinte e um alunos, sendo dez do sexo feminino e onze do sexo masculino. Este grupo incluía dois alunos retidos, com 13 e 14 anos de idade. Os restantes alunos apresentam idades compreendidas entre os 11 e 12 anos.

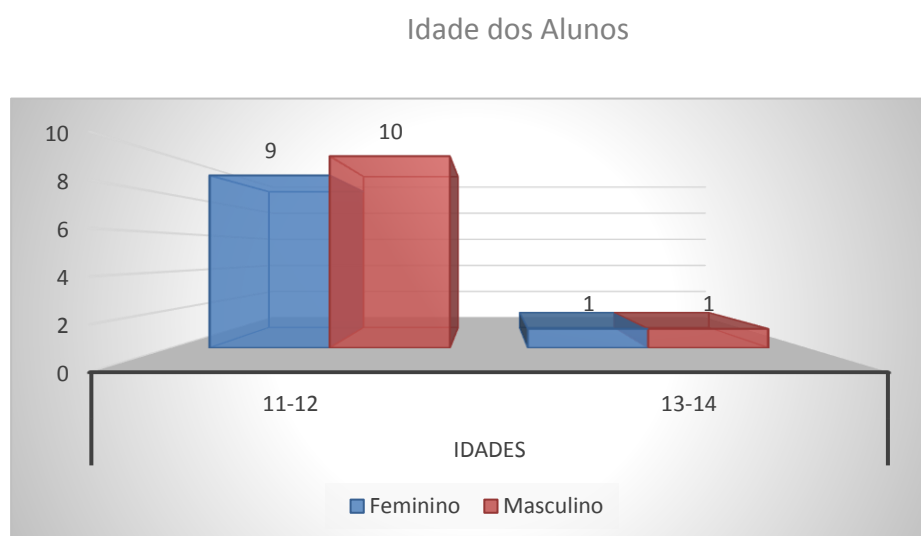


Gráfico 1 – “Idade dos alunos” (Fonte: elaborado a partir do Projeto Educativo 2015 AEM)

Atualmente tanto os pais com nível alto de escolaridade como com nível menos elevado académico pretendem para o(s) seu(s) filho(s) a máxima escolaridade. Na turma em estudo, os pais e encarregados de educação têm idades entre 30 e 50 anos. Tendo a maior parte a idade compreendida entre os 41 e os 50. Em relação às habilitações académicas dos pais e encarregados de educação, mostram uma percentagem alta de pais com formação superior (40%) e que concluíram o ensino secundário (20%).

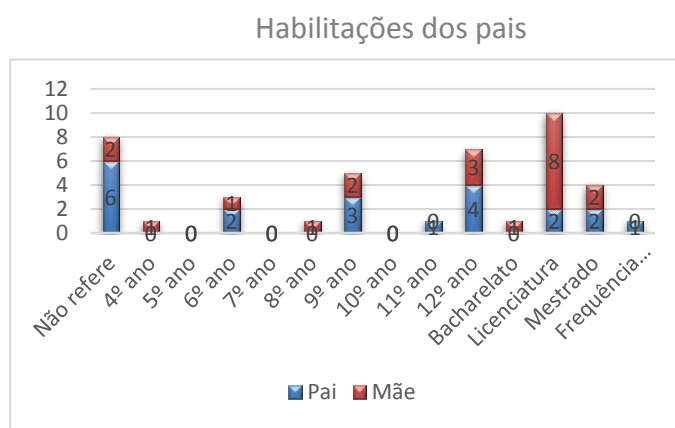


Gráfico 2- “Habilitações dos pais” (Fonte: elaborado a partir do Projeto Educativo 2015 AEM)

Em relação às profissões, destacam-se as do setor terciário: os professores com 14% e os enfermeiros com 7%, num total de 17 profissões. É de salientar que 17% dos pais encontram-se numa situação de desemprego.

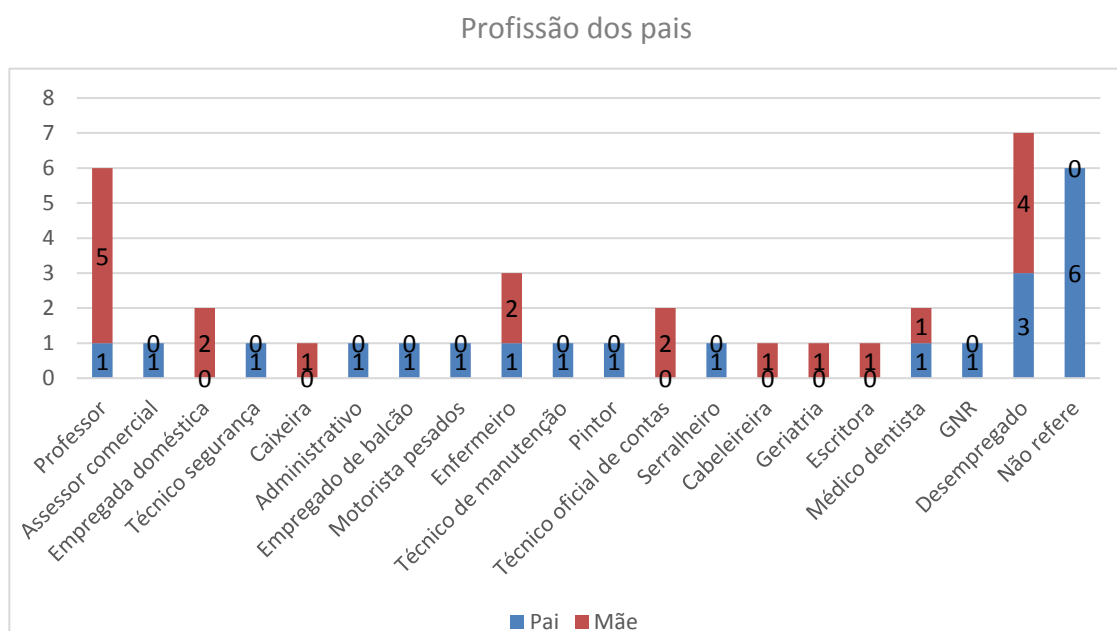


Gráfico 3 – “Profissão dos pais” (Fonte: elaborado a partir do Projeto Educativo 2015 AEM)

Nesta turma é de salientar a existência de três alunos com necessidades educativas especiais. Existem dois alunos com Currículo Específico Individual (CEI), que só frequentam a aula de cidadania com a restante turma, e um aluno com Adequação Curricular Individual (ACI), aluno com um implante coclear, frequentador da maior parte das aulas com a turma, mas com um comportamento desestabilizador e incorreto em algumas circunstâncias.

A realização do estágio recaiu sempre numa turma de dezanove alunos, dez meninos e nove meninas, havendo nove alunos com ensino articulado, que frequentavam algumas aulas na Academia de Música de Viana do Castelo. Destes alunos, sete estavam identificados como alunos com mérito no final do ano anterior. Todos eles frequentavam o ensino articulado. A maior parte da turma tinha um aproveitamento escolar bastante elevado, existindo um número pequeno de alunos com mais dificuldades. É de salientar a interajuda prestada por alguns dos colegas com mais capacidades com estes alunos. Não eram postos de lado, a posição que a turma sempre tomava era a de união e de entreajuda.

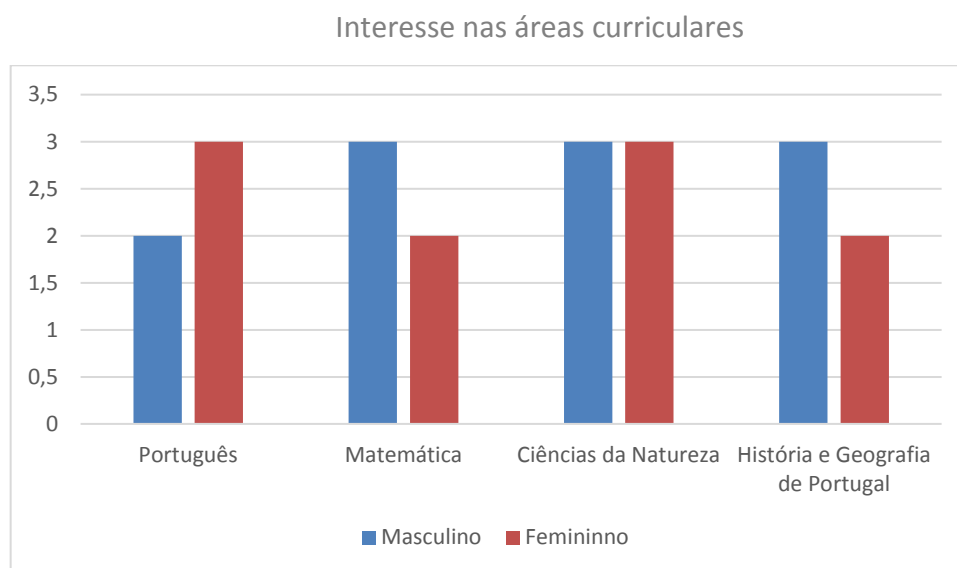
Turma de Alunos



*Figura 1 - Turma de Alunos*

Durante o estágio, a turma apresentou um comportamento bastante satisfatório, mostraram-se interessados, motivados e participativos em todas as tarefas que lhe foram apresentadas, sem deixar de mencionar que existiram alguns alunos com um

comportamento mais perturbador e desafiador, levando a distração por instantes dos seus colegas.



*Gráfico 4 – “Interesse nas áreas curriculares” (Fonte: elaborado a partir do Projeto Educativo 2015 AEM)*

Perante a caracterização global dos alunos, foi crucial a implementação de uma metodologia de trabalho que fosse de encontro aos interesses dos alunos, com a finalidade de os incentivar de forma a melhorarem o seu desenvolvimento a todas as áreas disciplinares.

## **CAPÍTULO II - Áreas de intervenção**

A Prática de Ensino Supervisionada II (PES II) teve uma duração de três meses e meio, tendo início em março, com uma vertente mais de observação e colaboração com o professor cooperante e um período de prática, entre os meses de abril e junho. Esta caminhada foi realizada com um par pedagógico, ao igual que na Prática de Ensino Supervisionada I. Diferenciou-se no trabalho individual. Nesta fase, cada elemento do par efetuou a pesquisa e a elaboração das planificações, assim como o momento de lecionação de forma individual. Durante um mês um elemento esteve a lecionar Matemática e Ciências Naturais e o outro elemento lecionou Português e História e Geografia de Portugal. Depois foram trocadas as áreas de intervenção letiva, entre os pares. Foi um percurso realizado em conjunto, mas trabalhado de forma individual, ainda que sempre com ajuda mútua.

A primeira parte da PES II foi a fase da observação. Consistiu numa forma de tomar um primeiro contacto com este novo desafio, conhecer os professores cooperantes, observar a metodologia usada por cada um e a sua dinâmica. Uma fase para retirar conclusões, conhecer e observar os alunos, o seu comportamento, as aprendizagens de cada um e principalmente estabelecer uma relação com eles. Esta turma recebeu no ano anterior estagiários e, por isso, mostraram-se entusiasmados com a nova presença e com vontade de que se assumissem as aulas, como diziam “os estagiários propõem-nos aulas mais dinâmicas e desafiadoras” (aluno/a).

A primeira parte da regência, com a duração de quatro semanas, recaiu nas áreas de Português e História e Geografia de Portugal, sendo esta última a área onde se realizaria o relatório. Nesta primeira fase, um par de estágio regia todos os dias, enquanto o outro par regia quatro dias, pois num dia tinha duas regências.

É de salientar a ajuda proporcionada pelos professores cooperantes da escola, o fornecimento, logo no início, do plano de conteúdos que cada estagiário iria trabalhar. A lecionação estava agrupada por blocos e áreas e as planificações de todo o bloco eram entregues a cada professor cooperante supervisor no mês anterior, para assim organizar, corrigir e refletir sobre se seria a melhor abordagem. Foi sentida uma certa “pressão” neste

momento do estágio. Nessa altura, a experiência que se tinha sobre estes procedimentos de construção de planificações de blocos era reduzida, e ao mesmo tempo, tinha-se a responsabilidade de finalizar o bloco estabelecido para o trabalho que viria a ser desenvolvido pelo outro estagiário ter continuidade.

## Português

*“Todos fomos crianças, todos conhecemos crianças e todos nos deslumbramos com as primeiras realizações linguísticas das crianças que nos estão próximas.” (Sim-Sim, 1998)*

A linguagem surge como a necessidade do ser humano se desenvolver, comunicar com os outros e como instrumento de realizar aprendizagens noutras áreas. É fundamental para as crianças, desde a mais tenra idade, adquirir o domínio da linguagem, porque vai influenciar o seu crescimento. Nestes primeiros anos de aquisição de conhecimentos, a linguagem faz parte de um processo de consolidação das aprendizagens essenciais iniciais do 1.º Ciclo e, ao mesmo tempo, o aprofundamento mais específico de conceitos e aptidões a desenvolver.

Pode-se categorizar o Português do 2.º ciclo como o equilíbrio que o aluno tem que ter entre a estabilização e a consolidação do aprendido e o aprofundamento e o alargamento inerentes à nova etapa de ensino (ME, 2015). Partindo destas premissas foi feita a abordagem a esta disciplina.

A turma escolhida já se encontrava com um bom nível e a matéria bastante avançada para o período em que se encontra, porque, inicialmente, o 6.º ano iria ter exames nacionais, e a professora tinha avançado bastante na matéria para poder chegar ao final do ano e fazer revisões, contudo, com a mudança de governo, estas diretrizes vieram a ser alteradas, e o modelo de avaliação dos alunos do Ensino Básico foi alterado, anulando estes exames. Mesmo assim, ainda existiam conteúdos novos para abordar. A professora cooperante dividiu estes temas pelas professoras estagiárias. A primeira

estagiária correspondeu a gramática e as funções sintáticas e à outra a poesia. Esta distribuição foi positiva porque a matéria estava enquadrada no tema pretendido para realizar, a estagiária, para o relatório final. Sendo assim, o estágio na área de Português recaiu no mês de abril, e foram planificadas doze aulas de noventa minutos.

A aula selecionada de Português foi a primeira aula que se lecionou (4 de abril), tanto a nível de português como a nível do estágio no 2.º ciclo. Esta aula foi a selecionada para este relatório no sentido de expressar as expectativas relacionadas com a aula e como se desenrolou na realidade. Depois de estar um mês a preparar simultaneamente as aulas de Português e de História e Geografia de Portugal, preocupados com a posição perante os alunos pela primeira vez, surge a ansiedade de encarar a aula e os alunos com muita vontade e com alegria de por fim chegar este dia. Esta aula decorreu logo após o fim das férias da Páscoa e a expectativa dos alunos era grande.

A aula tinha como principais conteúdos três níveis: a oralidade, que se expressava através da intervenção discursiva; a gramática, que se trabalhou com a classe de palavras; e a leitura e escrita, que compreendia a compreensão de textos e as inferências que estes sofriam.

A aula iniciou-se com as rotinas habituais: escrever o sumário no quadro e os alunos passarem o mesmo para os cadernos. De seguida, manteve-se um pequeno diálogo para explicar o que ia acontecer e estabelecer algumas regras, que iam ser necessárias cumprir para o bom decorrer da aula. Neste primeiro contacto, mantiveram-se atentos e respeitadores.

Aproveitando que a disposição da sala era em mesas de pares, distribuiu-se por cada par o jogo “Quem sou eu” (Anexo 4), com diversas palavras (neologismos) típicas da escrita de Mia Couto e da lusofonia. A função dos alunos era a de descobrir quais eram as duas palavras que formavam a palavra apresentada. Os alunos mostraram-se participativos e logo começaram a trabalhar. Com o transcorrer da atividade apercebeu-se que se tinha selecionado um número elevado de palavras, e que se estava a gastar muito tempo, para o tipo de exercício de pré-leitura.

A seguinte parte da aula consistiu num jogo, “De quem sou eu”. Os alunos tinham que descobrir as duas palavras que formavam a palavra apresentada e preencher o quadro com a família dessas palavras. Desta vez foi feita uma distribuição das alíneas pelos grupos. Seguidamente, procedeu-se a correção do exercício oralmente, para os alunos poderem preencher as outras palavras. Estes jogos foram uma ótima ferramenta de motivação, que foi benéfica para que o interesse pela aula aumentasse.

Dando continuidade à aula, foi explicado o conceito de neologismo. Sendo entregue a definição para os alunos colarem no caderno. Este procedimento foi aconselhado pela professora, para os alunos poderem ter acesso à matéria duma forma mais facilitadora.

A seguir, os alunos foram questionados sobre se conheciam algum autor que costumava utilizar este método de criação de palavras. Como é uma turma com um nível bastante elevado, depressa chegaram a Mia Couto. Interrogados sobre se conheciam algumas obras do autor, vários alunos citaram algumas. De seguida, foi projetada uma notícia sobre algumas características de Mia Couto. Para adquirirem conhecimentos sobre este autor, foi-lhes proposto realizarem um trabalho de pesquisa individual sobre o mesmo, tendo que averiguar curiosidades e trabalhos realizados, para, posteriormente, apresentar, em aula, na semana a seguir. Esta pesquisa, inicialmente, enquadrava-se dentro das atividades que estavam planeadas para fazer durante o estágio. Consistia no fazer uma comunicação via Skype com o autor em estudo. Desta forma fazer uma ligação entre o Português e a História e Geografia de Portugal, visto este autor ser moçambicano e, ao mesmo tempo, ser bom conhecedor do momento histórico que serviu de estudo para a investigação final. Mas por motivos pessoais do autor, não foi possível executar.

Ao longo da regência a postura perante os alunos foi mais calma, mas apesar de não demonstrar nervosismo, ele existia. Seguidamente, cada par de alunos recebeu citações sobre o texto que íamos trabalhar “A infinita fiadeira”, para tentar organizá-las por ordem. Passou-se uma primeira audição do texto, sem poderem ver a ordem das citações que tinham realizado. Depois confirmaram a ordem das citações, e, para finalizar, passou-se novamente a audição do texto para confirmarem o trabalho realizado.



A ordenação das várias citações do texto previamente à audição, resultou num momento de maior atenção dos alunos durante a mesma. Verificou-se que, a maior parte dos alunos tinham colocado corretamente a ordem das citações, que depois foram coladas no caderno. Para concluir a aula, e como forma de consolidação, os alunos tiveram que responder oralmente às várias questões sobre o texto, apresentadas em PowerPoint. Foi possível alcançar o objetivo da realização das atividades selecionadas para a aula.

Em suma, apesar de se tratar da primeira aula, o resultado final foi positivo, verificando que as estratégias e recursos utilizados se revelaram uma mais-valia para a motivação, interesse e empenho da turma. Os alunos mostraram-se atentos e participativos. Foi uma “aula-choque”, por ser primeira aula, e, apesar de verificar alguns erros durante a regência, conseguiu-se alterar no decorrer da mesma.

## **Matemática**

*“Para consciencializar-se da relevância do seu trabalho e, conseqüentemente, executa-lo com entusiasmo, é bom que o professor tenha, e procure transmitir aos seus alunos, uma noção do interesse da matéria que está a ensinar” (Lima, 2004).*

Como diz Lima (2004), um professor consegue transmitir o entusiasmo que tem sobre uma matéria aos alunos. Isto aconteceu com o bloco escolhido pelo Professor Orientador Cooperante, neste caso o bloco das Isometrias. Era uma matéria que se podia abordar duma forma muito prática, para motivar os alunos, sendo assim um processo facilitador de aquisição de conhecimentos. Esta regência estendeu-se por doze aulas de noventa minutos, incluindo a aula onde se realizou a ficha de avaliação.

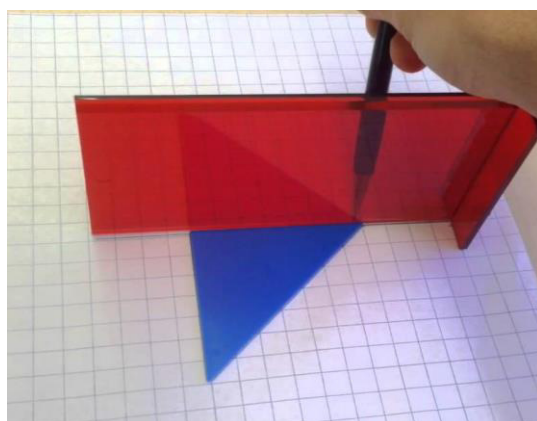
Durante a Licenciatura, esta área também foi bastante trabalhada. Possuía-se inúmeras ferramentas para a abordar, de modo a conseguir apresentar aos alunos tarefas diferentes e desafiadoras, e aproveitar a utilização de diversos materiais.

Em Matemática, a aula selecionada foi a terceira implementação (9 de maio). Os conteúdos a trabalhar foram as Isometrias do plano que se enquadram no domínio de

Geometria e Medida, e, nesta aula, tratou-se da Reflexão Axial e as suas propriedades. “Os alunos realizarão diversas tarefas nas que envolva a utilização de instrumentos de desenho e de medida, sendo importante que consigam desenvoltura na execução de construções rigorosas (MEC, 2013)”. É de realçar que, nestes conteúdos, como na maior parte dos casos, a abordagem deve começar pela parte mais simples e, pouco a pouco, ir aumentando o nível de exigência.

A abertura da aula foi feita da mesma forma que nas outras áreas, com o sumário no quadro e nos cadernos diários dos alunos. De seguida, os alunos receberam um papel quadrado tendo que seguir as indicações dadas pela professora. Esta primeira tarefa resultou na dobragem do papel a meio e no desenho de uma figura numa das partes (Anexo 5), de seguida os alunos cortaram a imagem e concluíram que a imagem obtida resultou da união de duas partes iguais.

De seguida, foi entregue outro papel com uma dobragem realizada de uma forma diferente, mas com o mesmo resultado. O objetivo principal destas tarefas era identificar o eixo de simetria e criar figuras iguais, estando os pontos opostos da imagem à mesma distância do eixo de simetria. Este objetivo foi trabalhado em grande grupo e, através do diálogo coletivo, chegaram à conclusão final. Foi notório o envolvimento e o interesse dos alunos. Continuando com o desenvolvimento da aula, foi inserido mais um instrumento, o “mira”, para agrado dos alunos. O primeiro momento foi de reconhecimento do



*Figura 2 - Mira*

instrumento, os alunos puderam manusear e observar em detalhe o objeto. De seguida, cada aluno recebeu uma ficha com diversas imagens para trabalhar com o “mira”, podendo

realizar a tarefa a pares. Foi interessante ver a motivação dos alunos, a cooperação e entreaajuda.

Posteriormente, os alunos utilizaram mais uns instrumentos de medida, a régua, o compasso e o transferidor, recorrendo ao domínio da Medida, para medir ângulos e comparar imagens. Os alunos foram constantemente questionados pelas tarefas que realizavam e em conjunto descobriram às propriedades da Reflexão Axial, sendo este um dos objetivos da aula: serem os próprios, depois de realizarem as tarefas, chegarem às conclusões. Todos os materiais construídos na aula foram colados no caderno, com as respectivas definições, para facilitar o estudo das mesmas.

A planificação foi cumprida em todos os aspetos. Os alunos alcançaram os objetivos pretendidos e, principalmente, mostraram-se motivados e curiosos por saber o que se ia fazer na próxima aula. É de destacar que os alunos que tinham maiores dificuldades na área da Matemática mostraram-se participativos e preocupados com a realização das tarefas.

## **Ciências da Natureza**

### *Porque não levar o nosso dia-a-dia para a escola?*

A posição de partida para esta área de intervenção é a questão inicial. Quando se insere, dentro da aula, o dia-a-dia do aluno, criando oportunidades para eles realizarem atividades práticas, cujo produto final é a realidade dos alunos, estes demonstram mais motivação e desempenho. O bloco a explorar durante a lecionação facilitou esta interação, os “Microrganismos” que era bastante propício para desenvolver estes objetivos.

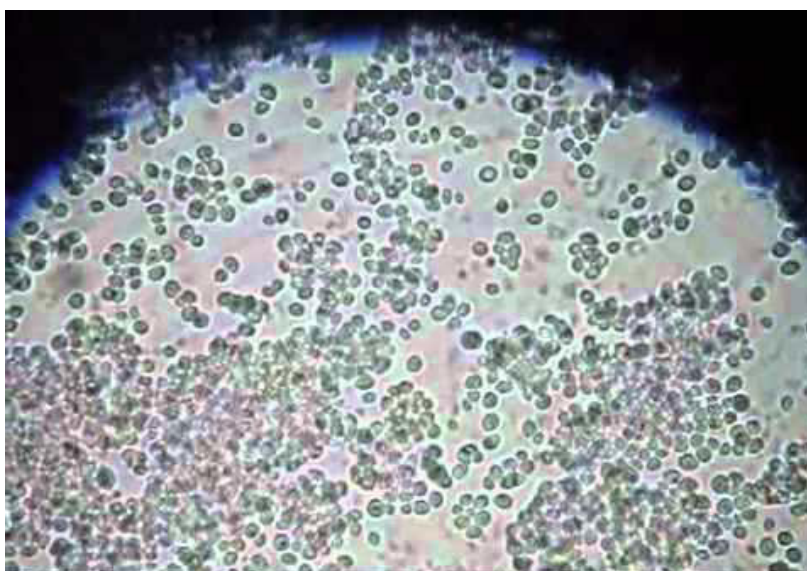
Ao longo da regência desta área que contava com oito aulas, quatro de noventa minutos e quatro de quarenta e cinco minutos, trabalhou-se com os alunos o papel dos microrganismos para o ser humano, com os seguintes objetivos do Programa de Ciências Naturais do Ensino Básico: compreender as agressões causadas por alguns agentes patogénicos, a Higiene e problemas sociais e compreender a influência da higiene e da poluição na saúde humana. Bloco bastante vantajoso para proporcionar aos alunos aulas

enriquecedoras, práticas e, principalmente, com temas facilmente reconhecíveis no dia-a-dia dos alunos.

Ao mesmo tempo a planificação deste bloco ia ao encontro dos “desejos” manifestados pelos alunos visto que, no primeiro contacto com os alunos, estes expressaram que as expectativas que tinham em relação as aulas dadas pelas professoras estagiárias, eram de aulas dinâmicas e com atividades experimentais. Sendo este um tema que se podia abordar de uma forma bastante prática, foram incluídas nas planificações várias atividades de carácter laboratorial e experimental. Seguindo este raciocínio, foi selecionada a seguinte aula com bastante conteúdo prático, e adequada a uma realidade próxima e que os próprios alunos podiam realizar no quotidiano.

Assim sendo, a aula selecionada para este relatório foi a terceira aula (12 de maio). O tema abordado foi os “Microrganismos” com os conteúdos dos “Microrganismos Úteis”. Esta aula teve uma preparação prática prévia de materiais, para quando iniciasse a aula, os materiais estivessem preparados. Neste caso, com a colaboração da professora Helena e do par de estágio, preparou-se umas suspensões de leveduras, necessárias para a atividade.

#### Observação Microscópica de levedura



*Figura 3 – “Observação microscópica de levedura”*

Para dar início á aula, os alunos passaram, para o caderno, o sumário da aula, escrito no quadro, enquanto eu ia passando pelos lugares e, cada aluno, ia retirando, de um saco, um papel.

Quando finalizaram, cada aluno abriu o papel e verificou a que grupo ia pertencer. Com os alunos todos sentados, procedeu-se à explicação de como iria decorrer a atividade. Foram organizados três grupos, em cada grupo devia ser escolhido um elemento responsável pelos materiais e foi esse elemento que foi buscar o microscópio, para, de seguida, e de uma forma organizada, observarem, microscopicamente, a levedura. De seguida, cada grupo foi levantar um tabuleiro, onde constavam todos os materiais necessários para realizarem a atividade, “prepararem uma bola de pão” (Anexo 6).

Depois de realizadas todas as etapas, os três grupos elaboraram a bola de pão, trabalhando em equipa, organizados e respeitando as regras estabelecidas. De propósito, não foi dada a indicação para os alunos fazerem a higiene das mãos, antes de começarem a amassar o pão, mas todos eles conseguiram aperceber-se da situação e lavaram as mãos. No fim, a massa ficou a levedar e os materiais foram arrumados. A excitação dos alunos era notória, todos queriam saber como ia ficar a bola de pão, e qual seria a maior e melhor. Depois de conseguir controlar novamente a turma, voltou-se à exploração dos conteúdos, aproveitando a utilização da levedura para explicar a importância de alguns microrganismos, sendo classificados como microrganismos úteis.

Foram realizadas várias questões relacionadas com o tema. “Se conheciam outros microrganismos úteis? Quais eram? Para que serviam? Se costumavam comer microrganismos úteis? Juntamente com os alunos foi realizado, no quadro, um resumo das classes de microrganismos e da sua identificação”, relacionada com os cinco reinos.

De seguida, foi passado um pequeno PowerPoint para sintetizar os conhecimentos adquiridos. Faltando 30 minutos para finalizar a aula, começou-se a tornar notório, na sala de aula, um “aroma” diferente. Nesse momento, a professora cooperante e a professora estagiária começaram a cozer pão, previamente elaborado, o que chamou a atenção dos alunos.

Finalizado o PowerPoint, cada grupo foi observar a sua bola de pão, e puderam constatar o crescimento da mesma, e desta forma, observaram através do trabalho realizado por eles, o processo da “levedação”. Terminou-se a aula, com os alunos a degustarem o pão quentinho, que acabara de ser produzido. Os alunos mostraram-se entusiasmados, cooperantes e sempre atentos às explicações.

Para não desperdiçar o pão elaborado pelos alunos, durante o recreio foi cozido e, depois, saboreado pelos restantes professores e funcionários da escola, na sala de convívio.

## **História e Geografia de Portugal**

*“O tempo – e, portanto, o passado – está presente em tudo o que é humano, o humano mergulha um tempo complexo. Por si só, o historiador, não detém as chaves do passado, a história-disciplina não engloba o passado de cada um”* (Citron, 1990, p. 115)

Na área de História e Geografia de Portugal, foram lecionadas oito aulas, sendo quatro de noventa minutos e quatro de quarenta e cinco minutos. Estas quatro aulas de menor duração implicavam uma organização mais meticulosa e ao mesmo tempo mais complicada de gerir.

O período de observação durante o estágio proporcionou uma ampla visão sobre as estratégias utilizadas, reconhecendo os pontos positivos e negativos desse período de lecionação. Um dos aspetos negativos tinha a ver com as aulas de menor duração, que coincidiam com o período da tarde, o que dificultava a concentração dos alunos. Esta circunstância exigia uma planificação muito cuidada e detalhada. A organização da matéria não podia fugir ao prazo estabelecido, para não complicar o seguinte período de lecionação, que seria dado pelo outro elemento do par de estágio.

No mês de regência, o bloco atribuído pela Professora Orientadora Cooperante foi o de Portugal do século XX, abordando as matérias: I República (1910 – 1926), o Estado Novo (1933-1974), a Guerra Colonial (1961 – 1974), o 25 de Abril (1974) e, para finalizar, a descolonização. Sendo esta última parte imprescindível para o relatório final.

Ainda no período de observação, antes das férias da Páscoa, foi entregue aos alunos uma entrevista, que deviam fazer a um familiar que tivesse vivido na época de Salazar (1933 – 1974) e participado na Guerra Colonial. No caso de não ter nenhum familiar envolvido, podiam realizar a um amigo.

Considero que esta entrevista foi muito produtiva, pois os alunos, sem se aperceberem, obtiveram imensa informação deste período da História Portuguesa, que seria trabalhada em todo o período de regência. E o mais importante é que conseguiram identificar-se com estes momentos, fazendo uma ponte entre a História e as vivências dos familiares, porque quase sempre houve um familiar que participou nalgum destes acontecimentos e tiveram a hipótese de partilhar com os restantes alunos.

A aula selecionada foi a segunda aula (7 de abril), uma aula de noventa minutos. O tema a tratar foi “Salazar e o Estado Novo”.

Para começar, quando tocou a campainha, os alunos ficaram fora da porta que estava fechada. A sala de aula estava decorada, imitando as aulas no tempo do Estado Novo. Logo na entrada, foi distribuído, a cada aluno, um guião dizendo-lhes que deveriam ler o primeiro ponto antes de entrar. A curiosidade dos estudantes era notória. Dentro da sala encontrava-se a professora cooperante e a professora estagiária, para poder ajudar no controlo da atividade. A reação dos alunos ao entrar na sala foi agradável e respeitadora.

Foi gratificante observar todos os alunos de pé ao lado das mesas, em silêncio, respeitando totalmente as instruções. Iniciou-se a aula, como estava estabelecido no guião, representando uma professora daquela época.

É de salientar a total colaboração dos alunos: observavam todos os gestos, e responderam a tudo o que lhes era colocado. Quando finalizou esta “representação”, os alunos foram questionados sobre a experiência que acabavam de viver; o que acharam desse tipo de aula; se existiam comparações possíveis com o tipo de aulas atuais; e, ao mesmo tempo, os alunos comentavam algumas vivências pessoais, que os familiares lhes contaram ao respeito deste tipo de aulas, na entrevista realizada nas férias.

Durante este diálogo com os alunos, foram explorados alguns dos conteúdos das entrevistas, aproveitando os comentários dos familiares. Aproveitando a decoração existente nas paredes da sala, em conjunto com os alunos, explorou-se todos os símbolos representados: o crucifixo e as fotos de António de Oliveira Salazar e Óscar Carmona, os cartazes com as “lições de Salazar”. Para finalizar com uma conclusão feita pelos alunos, sobre a matéria abordada, sobre os símbolos. O objetivo desta aula era que os alunos identificassem as características próprias da propaganda utilizada: que detetassem a exaltação da obra e dos valores supremos seguidos pelo regime, assim como enaltecer a pedagogia salazarista.

Dando continuidade à aula, foram exploradas, através de PowerPoint, várias imagens relacionadas com documentos censurados pelo regime. Mais uma vez, os alunos comentaram situações que os familiares lhes tinham transmitido, relacionadas com essas imagens.

Considera-se um aspeto importante no desenvolvimento intelectual e na aquisição de conhecimentos o proporcionar aos alunos atividades que relacionem a História, um acontecimento histórico que aparece num livro escolar, com a realidade individual, as vivências de familiares.

Como momento derradeiro da aula foi projetado um vídeo sobre o “Hino da Legião Portuguesa”. A Legião Portuguesa era uma organização nacional de caráter para militar, que funcionou durante o Estado Novo e, que era composto por jovens maiores de 18 anos. Cada aluno recebeu uma cópia da letra deste hino e puderam acompanhar a sua reprodução. Como o tempo da aula já estava a finalizar, os alunos levaram como trabalho para casa a exploração e análise deste texto.

A motivação e excitação dos alunos era significativa no final da aula, questionando se iriam ter mais aulas “divertidas” diziam alguns alunos, outros comentários eram que assim iriam gostar das aulas de História. O objetivo da aula foi alcançado. É de salientar a participação, no diálogo, com os alunos, a transmissão de saberes e a construção de novos conhecimentos.



### **CAPÍTULO III - Orientação para a área do projeto**

Escolheu-se a área de História e Geografia de Portugal para fazer este projeto porque é uma disciplina que se considera muito importante para a formação pessoal dos alunos. Conhecer e entender o nosso passado para conseguir viver o nosso presente e estar preparados para o futuro ajuda a encarar o modo de viver no mundo atual.

Desde o momento que se teve conhecimento da divisão de conteúdos pela Professora Orientadora Cooperante, para o estágio, soube-se de imediato o tema selecionado para o estudo, “Moçambique, a Guerra da Descolonização”. Porquê? Considera-se um dos momentos marcantes na História de Portugal e de muitos portugueses, alguns próximos do investigador. Também foi fundamental a visão que a maior parte das pessoas têm deste conflito sem se posicionarem nem tentarem entender as razões das reações da outra parte do conflito. Sendo uma pessoa que se interessa por conhecer e entender as duas visões das histórias, dando a oportunidade da outra parte dum conflito ou duma situação se poder explicar, este seria um tema abrangente para este estudo. Com o ingresso neste curso, durante a Licenciatura surgiu a oportunidade de poder investigar e obter mais informação sobre este período do Estado Novo. Gerando, cada vez mais, um grande interesse por esta matéria. O interesse, desde o ponto de vista de professor, por este acontecimento histórico, surge no sentido de saber como é que este momento histórico também é estudado pelos alunos moçambicanos.

Fundamental também, para esta experiência, foi a colaboração com uma missão a norte de Moçambique, um lar de meninas com idades entre os 11 e os 17 anos e que poderia vir a ajudar à investigação. Também com a presença de familiares, pais e irmão, na capital moçambicana, facilitaria o contacto com alunos da capital, Maputo, e assim conseguir um amplo leque de dados para realizar um trabalho interessante. Sendo colocadas numa escola no 6.º ano, na distribuição da matéria realizada pela professora cooperante concluiu que um dos temas que se teria que tratar seria a “Descolonização”.

Existia motivação e interesse pela matéria. Chegar a esta fase final do percurso como estudante e poder realizar um estudo mais pormenorizado sobre uma matéria tão

importante pessoalmente foi bastante positivo. Agora já se tinha tema, imensa motivação e estímulos suficientes para preparar planificações.

# PARTE II

## PROJETO DE INVESTIGAÇÃO

### *NOTA INTRODUTÓRIA*

Este capítulo inicia-se com a apresentação do problema da investigação; a demonstração da sua pertinência. Para a realização de um trabalho de investigação é necessário conhecer o que existe de matéria sobre o tema em estudo, é necessário investigar para conseguir fundamentar, com diferentes obras de autores, todos os conceitos expostos no projeto. Seguidamente, é realizado um esclarecimento e analisadas diferentes obras para determinar qual será a metodologia apropriada para a realização da investigação. Ao igual que devem ser apresentados e analisados os dados *à priori* recolhidos, justificando a escolha dos mesmos. O capítulo culmina com a apresentação das conclusões obtidas com a implementação deste trabalho.



## CAPÍTULO I - Introdução

Atualmente, existe uma procura constante por um ensino melhor, enriquecedor e mais integrador. Um argumento que nem sempre foi lembrado, mas que tem um papel importante na formação dos alunos, consiste na preocupação e interesse que os alunos devem ter em entender o visionamento de um acontecimento desde o outro ponto de vista, o colocar-se na posição do outro para desta forma o poder respeitar, empatia histórica. É necessário compreender as atitudes, as crenças e a educação de cada ser humano, para o poder julgar. Desta forma, cada um, consegue criar a sua opinião e enriquecer a visão da História.

### ***Pertinência do estudo***

*“É verdade que ninguém pode viver o passado, mas também é bem certo que não se pode avançar criticamente rumo ao futuro ignorando o passado”*

*(Félix e Roldão, 1996, p. 17)*

Nos dias atuais, existe a constante procura por um ensino melhor e mais integrador. Esta investigação surge da necessidade verificada no ensino da História e Geografia de Portugal de proporcionar aos alunos diferentes pontos de vista sobre um mesmo acontecimento, multiperspetiva, colocando em causa a visão absoluta e única que existe sobre certos acontecimentos, de modo a promover a reflexão, o espírito crítico e a consciência do relativismo cultural. Como diz Curto (2008, p. 17) “mais do que procurar reduzir cada comemoração a um único sentido ou determinar uma orientação definida que traduza a ideologia oficial, melhor será procurar as diferentes capacidades de fabricar significados, muitas vezes de sentido contrário aos supostos fins da história”.

Segundo Curto (2008, p. 20) o mercado editorial condiciona a manipulação da História. A produção de manuais determina a forma de aprendizagem. Os autores

influenciam duma certa forma na indústria cultural, as vezes, sendo “por vezes mais poderosa do que os poderes políticos”.

Inserido no plano curricular do Mestrado em Ensino do 1.º e 2.º CEB, o estágio em contexto real, é uma oportunidade única, para ter contato com os alunos, aprender com o professor cooperante e aplicar todo o conhecimento adquirido nos últimos anos de estudo. É dada a oportunidade de poder observar o ambiente e a sala de aula, de analisar e refletir sobre os acontecimentos, e ao mesmo tempo, recolher o máximo de informação num contexto real.

De acordo com o Programa de História e Geografia de Portugal, do 6.º ano do 2º ciclo, procura-se que os alunos:

*“desenvolvam atitudes que favoreçam o seu conhecimento do presente e do passado”, “promover o desenvolvimento da sensibilidade, do espírito crítico, da criatividade e das capacidades de expressão” e ao mesmo tempo “contribuir para o desenvolvimento de atitudes e valores que conduzam a uma integração e intervenção democráticas na sociedade que o rodeia” (Ministério da Educação, 1999)*

Numa primeira fase do estudo, procurou-se identificar os conteúdos no programa de História e Geografia de Portugal - “A guerra colonial, a descolonização e o fim do Império Português: Os novos países africanos” e em Moçambique, no programa curricular, da disciplina de Ciências Sociais do 6º ano - “A luta de libertação nacional. A luta do povo moçambicano contra a dominação colonial”.

Na fase seguinte, depois da recolha e análise de informação/dados, foi abordada esta matéria com os alunos. Foram aplicadas diferentes atividades práticas, sempre proporcionando momentos cativantes para transmitir os conhecimentos, mas ao mesmo tempo, proporcionando as estratégias próprias para que, cada aluno, consiga interpretar esta informação, dessa forma deve ser capaz de desenvolver um espírito crítico e manifestar a sua opinião.

Para finalizar, o estudo acaba por demonstrar a visão que estes alunos têm sobre o acontecimento histórico que lhes foi facilitado, qual é a sua opinião e qual é a influência que a família acaba por ter na formação da personalidade.

A opção por este sentido no trabalho, deve-se ao facto de, atualmente, este acontecimento histórico, ainda estar muito presente e existirem familiares ou amigos que participaram nele.

Portanto, estimular os alunos a fazer pesquisas, a preocuparem-se pelo relativismo histórico, a criarem o seu próprio raciocínio, a entender a visão do outro e a colocar-se no lugar do outro, foi este o grande objetivo delineado para realizar este trabalho de investigação.

### ***Problema e questões de investigação***

Este estudo tem como questão inicial: “O papel da História, desde diferentes pontos de vista de um mesmo acontecimento histórico, pode contribuir para melhorar as aprendizagens dos alunos do 2.º Ciclo?”.

Deste modo, construíram-se os seguintes objetivos de investigação com a finalidade de colocar em prática a pergunta de partida e no sentido de responder aos objetivos do estudo:

- Avaliar a importância dada a HGP pelos alunos.
- Compreender que conteúdos da disciplina de HGP os alunos preferem.
- Reconhecer as metodologias de ensino mais eficazes no ensino e aprendizagem de HGP.
- Compreender o papel da História na formação/informação dos alunos.
- Conhecer a perceção que os alunos têm sobre um facto histórico.
- Avaliar em que medida as memórias familiares condicionam o pensamento crítico dos alunos.
- Conhecer a noção que os jovens têm sobre o “patriotismo”.

Os objetivos principais deste estudo baseiam-se em: explorar os conceitos e as questões que possam surgir durante a exploração do tema, identificar as conclusões e as mudanças conceituais dos alunos resultantes da exploração da matéria e suscitar nos alunos a reflexão crítica sobre as mudanças identificadas e consciencializá-los da sua importância.

Com este estudo pretende-se dar resposta à questão, através de uma fundamentação de autores de referência, sendo realizada uma pesquisa documental, bem como nos resultados obtidos nas respostas dos alunos às entrevistas que lhes foram realizadas durante o desenvolvimento da prática pedagógica, assim como as entrevistas realizadas a alunos moçambicanos, proporcionando momentos de aprendizagem, reflexão e de análise de textos e excertos selecionados.



## **CAPÍTULO II - Revisão da literatura**

Neste capítulo será feita uma fundamentação teórica sobre o momento histórico estudado para a investigação, destacando alguns temas significativos. Deste modo, a presente revisão inicia-se com uma análise geral à Didática, e mais em concreto à Didática da História. Posteriormente, é feita referência à importância do papel do professor como meio de transmissão de conhecimentos, na sala de aula. São, também, abordadas temáticas indispensáveis para este estudo, como é a História de Portugal Contemporânea e de Moçambique, assim como uma análise ao sistema educativo português e moçambicano, baseado no contributo que os manuais escolares dão a estes dois países.

### **Didática**

A didática é uma ciência que abrange os métodos e técnicas próprias para ensinar. Segundo Libâneo (2007) a didática estuda o processo do ensino, relacionando todos os seus campos, num só conjunto, examina os objetivos, os conteúdos, os métodos e a organização da aula, para desta forma assegurar as condições e métodos necessários para existir uma aprendizagem importante.

Através da didática o professor possui uma base estruturada para exercer o seu trabalho em segurança e proporciona-lhe maior competência profissional. Mas será que isto é suficiente para o desempenho do professor? Seguindo as considerações de Libâneo (2007), o professor deve ser ele próprio a delinear o seu percurso, o caminho que quer seguir, pois só desta forma consegue alcançar o máximo desempenho e rendimento.

Na sociedade, podem-se observar dois pontos de vista: o dos grupos sociais que possuem o poder político e económico, que procuram uma educação que crie pessoas submissas, e o grupo mais preocupado pelo aspeto social, que procura uma sociedade mais igualitária, mais humana e mais preocupada com a cidadania.

## Didática da História

A Didática da História, em Portugal, dá os seus primeiros passos nas primeiras décadas do século XX, mais concretamente, em 1911, quando os governos da I República instituíram as Faculdades de Letras e as Escolas Normais Superiores das Universidades de Lisboa e Coimbra. Foi nestas faculdades que se formaram os professores, inclusive os professores de História. Mas, durante o Estado Novo, a formação sofreu alterações: foram desativados os cursos nas faculdades e colocados em determinadas instituições de forma a serem controlados pela ditadura (Nunes & Ribeiro, 2015).

Entrados no “regime marcelista” e no seguimento da “reforma Veiga-Simão” (1970-1973) o Governo do Estado Novo buscou “reintroduzir a investigação, o ensino e a transferência de saberes em didática da História na rede nacional de ensino superior”. Perante a oposição das universidades, de Lisboa, Coimbra e Porto, foi pelas recém-criadas Escolas Superiores de Educação e Universidades Novas que, assumiram a didática da História nos Departamentos de Ciências da Educação, surgiu uma força para a modernização e independência do sistema do ensino português, que reintroduziu as “ciências da educação”. As “universidades opositoras”, no ano letivo 1987/1988, acabaram por voltar a responsabilizar-se por cursos de formação inicial de professores, sendo que a didática da História foi sempre encarada como “um mero saber fazer convidado” (Nunes, 2015).

Mesmo com todos os acontecimentos políticos e sociais que ocorreram em Portugal, até ao início da década de 2000, a didática da História manteve-se da responsabilidade das “ciências de educação” (Nunes & Ribeiro, 2015).

Quanto à didática da História propriamente dita, deparamos com a possibilidade de escolha entre as três soluções antes referidas:

- a corrente behaviorista e neo-narrativista, promotora de uma “formação para a cidadania” através de discursos “acessíveis e atrativos”, significativos e mobilizáveis pelas crianças e pelos jovens porque factualistas e valorativos;

- a escola construtivista, defensora do apoio ao desenvolvimento de competências específicas, transversais e gerais por intermédio da metodologia da “aula oficina”,

- a corrente historiográfica, proponente do apoio à aquisição de conhecimentos e de competências relevantes nos planos pessoal, profissional e cívico através da concretização de uma prática docente tão próxima quanto possível do registo da “história-ciência” (objetivo e estrutural, explicativo e comparativo) (Nunes & Ribeiro, 2007).

### **Importância da História e Geografia de Portugal**

*"A história é a testemunha dos tempos, a luz da verdade, a vida da memória, a mensageira da velhice, por cuja voz nada é recomendado senão a imortalidade do orador".*

*Da Oratoria, Cícero (1871)*

Depois de serem feitas questões, aos alunos, sobre quais são as áreas que consideram mais importantes no currículo escolar, a maior parte dos alunos responderam matemática, porque é “mais prática e podemos utilizar no nosso dia-a-dia para fazer compras”, e português, porque é “indispensável para ler, para compreender e para falar”. A história não é considerada importante, porque “é sempre a mesma coisa”, é importante para responder às questões do teste, mas pouca mais importância tem. Como diz José Mattoso (1999) *“A disciplina de História, que se supõe ser tão necessária para a formação cívica e para a compreensão da sociedade, torna-se, assim, eminentemente aborrecida. As noções que aí se aprendem esvaem-se como fumo depois dos exames”*. Esta é uma realidade existente nos alunos a dia de hoje.

Os problemas associados à aprendizagem da História baseiam-se, fundamentalmente na falta de sentido que os alunos associam à sua aprendizagem. Não dão importância à relação existente entre o passado e o presente. Não compreenderem a utilidade que a história pode oferecer. Já os antigos pensadores romanos, como o caso de Cícero (1871), diziam que a história era a “mestra da vida”. Cícero dizia que devia ser

através dos exemplos do passado, das situações positivas e negativas do passado, que se podia obter ensinamentos para nos guiarmos no presente, aprender dos erros e das vitórias.

Não se deve pensar na História como algo “útil”, se pensarmos em “útil” como algo que nos dá uma solução imediata, como é o caso da matemática ou do português, mas a utilidade da história tem que ser observada com a finalidade de adquirir um amplo conhecimento sobre a sociedade, entender determinados fenômenos políticos e sociais. Para Pagès (2011) aprender História pode ser uma ferramenta útil para o controle do tempo, em particular, para entender o futuro.

A História transmite as ideias necessárias para compreender a realidade em que vivemos, o porquê das situações, pois é na História que se consegue entender a própria existência, descobrir a relatividade das coisas, das opiniões, dos acontecimentos e incluso, é através da História, que se consegue explicar ou entender a razão pela qual determinadas situações históricas se repetem, em contextos diferentes ou semelhantes (Mattoso, 1999). Segundo Philips (2002, p. 21) a principal razão da História consiste na importância de estabelecer relações explícitas entre o passado e o presente, compreender o presente no contexto do passado.

O ensino da História deve ser um importante contributo para a educação no desenvolvimento da cidadania, proporcionar o desenvolvimento de várias competências, pensar por si mesmo e analisar criticamente as diferentes formas de informação, valorizar a herança histórica familiar e nacional, desenvolver atitudes básicas como a honestidade intelectual e o rigor, o juízo autónomo, a curiosidade, a abertura e a tolerância. (Félix, 1998)

Atualmente, a História situa-se no centro do interesse dos currículos de vários países, e o Conselho de Europa diz, com respeito ao ensino da História, que pode e deve ser uma importante contribuição para a educação, no desenvolvimento da cidadania. O papel fundamental da História é a formação da consciência histórica dos homens, dando a oportunidade da criação de identidades e intervenção social com conhecimento da causa.

Segundo Karnal, (2008, p. 28) a História, como disciplina formativa, deve fazer com que o aluno sinta “a história como algo próximo dele, assim terá mais vontade de interagir com ela”, mostrará mais interesse e se sentirá mais qualificado e inclinado para defender. Como dizem Ausubel, Novak e Hanesian citado em (Félix, 1998) “uma aprendizagem é significativa quando se pode relacionar com o que o aluno já sabe” (p. 43)

Mas será que a História que chega às nossas mãos é cem por cento objetiva? O discurso histórico deve ser criticamente analisado, porque esta informação está baseada em documentos, em informação recolhida por uma determinada pessoa, um historiador, que vai transmitir a sua visão, e na qual vão surgir interferências e condicionalismos relativos ao meio onde vive e a época.

Segundo Duby (1989) “A História é, no fundo, o sonho de um historiador, e este sonho é grandemente condicionado pelo meio no qual se insere este historiador”. Daí ser importante conseguir ter acesso a diferentes versões da História, diferentes historiadores, quando a finalidade seja obter um conhecimento o mais objetivo possível. Por sua vez, Barton e Levstik (2004, p. 11) consideram que “necessitamos pensar com cuidado sobre as implicações destas escolhas (sobre História e historiadores) e se elas suportam verdadeiramente os objetivos que temos para o ensino da História”.

A História apresentada no currículo escolar tem como finalidade proporcionar ao aluno o seu desenvolvimento crítico e consciente e ao mesmo tempo uma responsabilidade cívica. Serve para conduzir as novas gerações a apreciar e desfrutar de pegadas do passado e não só a serem meramente observadores de obras de arte e monumentos. Como diz Félix (1998), para alcançarem este objetivo, os alunos devem aprender a observar ao seu redor com “olhos históricos-críticos”, dando importância ao legado do passado, o qual é continuamente desvalorizado, mas que na realidade deve ser considerado um legado importantíssimo dos nossos antepassados, e do qual devemos aprender e compreender.

Neste sentido, para Félix (1998) as finalidades da HGP são: compreender e explicar o mundo através do passado; explicar o presente; manter a memória, através do conhecimento das origens e fundamentos da vida coletiva; desenvolver a dimensão

temporal do Homem, através dos conceitos de mudança e permanência; adquirir procedimentos, valores e atitudes; compreender o que se passa a nível internacional; aprender a eliminar estereótipos e prejuízos; fomentar a abertura a uma História multicultural e desenvolver atitudes positivas de âmbito ambiental.

### **O papel do professor e a História**

Um dos fatores mais importantes no progresso da vida escolar dos alunos é o papel do professor, que vai ter muita influência no desenvolvimento tanto cognitivo como pessoal do aluno. Durante o percurso escolar existe sempre um professor que deixa a sua marca, seja pela positiva ou negativa. Vem daí a importância de se perceber qual é o papel que o professor deve exercer nos tempos atuais, aproveitando os conhecimentos adquiridos do passado.

Segundo Libâneo (2007), existem vários tipos de professores: os mais tradicionais, aqueles que perduraram mais no tempo. São aqueles que a sua preocupação consiste em transmitir aos alunos a informação e a matéria que vem contida nos manuais, sendo este o seu suporte universal. Abordam a matéria sempre da mesma forma, acabando por dar aulas sempre iguais, e em relação aos alunos não existe diferenciação, nem preocupação em ter atenção às características, competências e capacidades deles. A finalidade deste método é que os alunos consigam memorizar a matéria e depois transcreve-la na avaliação, sendo desta forma um método mecânico e com um aproveitamento a curto prazo, porque o memorizado rapidamente será esquecido.

Outro tipo de professores são os professores progressistas. São aqueles que se preocupam mais em diversificar os materiais, encontrar diferentes estratégias e métodos, de forma a fazer a matéria mais apelativa e mais próxima dos alunos. Tem em atenção as características dos alunos, as suas dificuldades e está atento aos progressos. Mas continua a fraquejar pelo método de avaliação, porque vai obrigar na mesma a memorização, o que vai provocar a falta de estimulação mental, a não serem capazes de utilizar esses conhecimentos adquiridos de uma forma livre e criativa.

Para Libâneo (2007), “um aluno com aprendizagem de qualidade é aquele que desenvolve o raciocínio próprio, que relaciona conceitos e aplica conhecimentos novos, tanto dentro da sala de aula como fora”. E seguindo esta ideia, segue-se uma perspectiva socio-construtivista, que consiste na intervenção do professor, como portador de conhecimentos produzidos socialmente e, ao mesmo tempo, no relacionamento social gerado pelos alunos. Através destas relações, o aluno acaba por desenvolver pessoalmente as suas próprias capacidades, e assim torna-se capaz de concretizar variadas tarefas de aprendizagem para ser ele próprio a chegar a um resultado final. Desde esta perspectiva, a sala de aula é o local onde estes conhecimentos são partilhados, o professor tem o papel de colaborador, de ajudar a criação por parte do aluno de um pensamento autónomo e próprio.

Remetendo-nos agora para o papel do professor de História, tal como os outros professores, este deve ser capaz de ensinar os alunos a pensar, a questionarem-se e a questionarem, a aprenderem a ver a realidade que os rodeia e não só, de forma a que consigam criar e construir as suas próprias opiniões, a serem eles a construírem o seu raciocínio. Para que os alunos alcancem este nível, primeiramente o professor deve acreditar nele mesmo, gostar principalmente do que faz, e tanto o professor de História como os outros devem observar os alunos como futuros cidadãos e como futuros criadores de pensamentos e conhecimentos. Para Proença (1992, p. 26) o professor de História “deve estar sempre atento à evolução do pensamento histórico e da produção historiográfica sob pena de empobrecer, ou mesmo, falsear o seu ensino”.

No desenvolvimento do trabalho como professor é fundamental ter um amplo conhecimento sobre a “espinha dorsal” (Libâneo, 2007) da prática docente, que consiste na existência da relação entre os objetivos, os conteúdos e as metodologias. Como diz (Almeida, 2013) conseguir responder as seguintes questões, para quê ensinar? o que ensinar? e como ensinar? Parte fundamental desta prática docente também é a visão que o professor tem do mundo que o rodeia, quanto maior for o conhecimento exterior do professor maior será a probabilidade do sucesso no processo de ensino-aprendizagem dos alunos.

A prática docente deve ter um fio condutor e estar interligado à realidade do aluno a ao meio envolvente. Inserido neste processo de unidade e ligação, situam-se, então, os objetivos como conceções de educação e da escola. Segundo estes objetivos estabelecidos pelo professor e que devem seguir as linhas gerais da escola, o professor vai estabelecer quais são os conteúdos a abordar e ao mesmo tempo quais serão as melhores metodologias de trabalho para os alunos alcançarem os objetivos preestabelecidos.

O papel do professor de História consistirá na criação de “auxílios” que ajudem o aluno na construção de um conhecimento com determinadas características, estimulando-o a expressar “ideias históricas” na sua linguagem, desde muito cedo. (Félix, 1998, p. 33).

O professor tem que deixar de ser um transmissor para ser o organizador dos instrumentos que facilitem a aprendizagem dos alunos, e os conteúdos deixam de ser arrecadados para serem descobertos pelos alunos, através do trabalho realizado.

Como diz Saviani (citado por Almeida, 2013) “se cada individuo (aluno) é capaz de (re)construir a história, eis porque defende-se e destaca-se a importância da pesquisa (“ensino = pesquisa) no processo de ensino-aprendizagem”. Desta forma, promove-se uma participação mais ativa no processo do aluno com a relação pedagógica.

O comportamento do professor na sala de aula acaba por determinar o entusiasmo e os resultados positivos dos alunos; a clareza da exposição, o entusiasmo do professor, o fornecimento de feedback positivo e detalhado, um ambiente seguro e organizado e a monitorização frequente do progresso dos alunos, encontram-se entre os comportamentos que devem ser visíveis no professor (Cadima, 2011).



## A História de Portugal e Moçambique

*“Tu não és um país, África, Tu és uma ideia,  
Conformada em nossos espíritos, cada qual com o seu,  
Para esconder nossos medos, cada qual com os seus,  
Para alimentar nossos sonhos, cada qual com os seus.”*

(Mazrui, 1969)

Em 1498, Vasco da Gama chegou a Moçambique, e, pouco a pouco, Portugal vai estabelecer o seu domínio comercial.

No entanto, a partir do século XIX que, com a Conferência de Berlim, em 1885, Portugal tentou delimitar as suas fronteiras e, em 1886, a Sociedade de Geografia de Lisboa, apresenta o “Mapa Cor-de-Rosa”. Proposta que a Inglaterra não vai aceitar e, sendo uma potência mundial, através de um ultimato, conhecido por “Ultimato inglês”, força Portugal a desistir da região que se situa entre Angola e Moçambique. Com a aceitação desta gerou-se, em Portugal, um período de instabilidade que teve como consequência a queda da Monarquia (Neto, Matos, Cruz, & Silva, 2013).

Posteriormente, Portugal teve que defender estes seus territórios da ofensiva de Alemanha durante a 1ª Guerra Mundial (1914-1918) e acabou aliando-se a Inglaterra. Terminou por ficar do lado dos vencedores e conseguiu no tratado de paz, defender os interesses portugueses nos territórios africanos.

A participação na I Guerra teve consequências para Portugal: numerosas perdas humanas, uma crise financeira e social, fatores que juntamente com a instabilidade política dos últimos anos em Portugal, em 16 anos houve 48 governos, provocou, com o Golpe Militar de 1926, a queda do governo e do presidente da República (Neto et al, 2013)

Em 1932, com Salazar no poder, estabelece-se o regime do Estado Novo, sendo as colónias uma matéria de máximo interesse. Em 1949, Portugal torna-se membro da NATO. Depois das pressões internacionais para a independência às colónias (Alexandre, 1993), Portugal não só não dá a independência, senão que, em 1951, através de uma emenda constitucional, muda o estatuto jurídico de Moçambique de colónia para Província

ultramarina, alegando que estas províncias não têm “vocação para a independência” (Alexandre, 1993). Com este cenário, com a exploração da matéria prima e da povoação local, começam a surgir vários grupos de estudantes moçambicanos revoltados que querem lutar pela sua liberdade (Silva, 1995). Em 1962 foi realizado o I Congresso da Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique) na Tanzânia e é neste momento que o povo moçambicano, de uma forma mais notória, enfrentou Portugal, liderado por Eduardo Chivambo Mondlane.

Após estes acontecimentos, Portugal desencadeou uma grande ofensiva em Moçambique com o objetivo de controlar a Frelimo. Enviou milhares de soldados para combater uma guerra de defesa do território nacional, “defender o povo das províncias ultramarinas contra... o povo das províncias ultramarinas” (Mondlane, 1969). Durante o conflito, a informação que surgia era diferente consoante as fontes. Enquanto o governo português referia que nos primeiros anos de conflito foram cerca de 4000 mortos e feridos, a Frelimo avançava que as baixas portuguesas de perto de 9000. Esta informação era proferida para fragilizar o inimigo, tanto de um lado como do outro.

Nos manuais portugueses, este tema é tratado como a “Guerra Colonial” – Salazar recusa a independência das colónias (Manual História e Geografia de Portugal – 6º ano (Editora Texto)) (Educação, 2016) e no manual moçambicano é tratado como a “Luta Armada de Libertação Nacional” (Manual Brinca com Ciências Sociais – 5ª classe, Alcance Editores) (Singulano, 2006).

## **Sistema Educativo em Portugal**

*“A conceção de manual não é estática, mas sujeita a mudanças estruturais dependentes de vários fatores: alterações políticas e ideológicas, dos programas, das conceções de ensino e das expectativas da sociedade, que cada vez é mais interventiva” (Solé, 2014).*

O ano de 1870 é de grande importância para o Ensino de Portugal, pois é nesta data que se cria o Ministério da Instrução Pública, que até agora era assumido pelo Ministério do Reino, abrangendo um amplo leque de assuntos. É no ano de 1878 que surge a “Cartilha Maternal” de João de Deus, uma das obras mais notáveis da pedagogia portuguesa. Ao longo do tempo, em Portugal deram-se importantes reformas de ensino primário. Em maio de 1878, Rodrigues Sampaio publica a reforma da instrução primária que só entrará em vigência em 28 de julho de 1881, a frequência do ensino primário tornou-se obrigatória. (Carvalho, 1986). Depois de um período agitado, fixa-se definitivamente com a lei de 7 de julho de 1913, o Ministério da Instrução Pública. Produzem-se reformas republicanas no sector do ensino. Leonardo Coimbra, ministro da Instrução, a princípio de maio de 1919, publica uma nova reforma, que será novamente alterada pelo novo ministro da instrução Joaquim José de Oliveira, a 26 de setembro de 1919. (Carvalho, 1986)

Depois do Golpe Militar de 1926 e a instauração da Ditadura militar (1926-1933), uma das medidas tomadas foi a separação de géneros nas escolas primárias (8 de junho de 1926), medida que viria a durar até ao fim do regime (1974). A 17 de maio de 1927, é aprovado um novo programa do ensino primário que entraria em vigor no ano letivo seguinte (1927-28), que vigorará durante todo o período do Estado Novo. Após 1927, o ensino primário passa a designar-se de “elementar”, continuando a ser obrigatório, e o primário superior passa a designar-se de “complementar”, sendo Gustavo Cordeiro Ramos ministro da Instrução Pública (Carvalho, 1986).

Durante o Estado Novo (1933-1974), Carneiro Pacheco, com a Lei 11 de abril de 1936 intitulada “Remodelação do Ministério da Instrução Pública”, decreta que este ministério vai passar a denominar-se Ministério da Educação Nacional. A partir de 24 de novembro de 1936, foi instituído o livro único, típico de um sistema de ensino altamente centralizador (Alexandre, 1993). O primeiro livro único foi publicado em 1941. Estes livros únicos tinham um papel explícito de carácter ideológico, e a função de transmissão de valores e ideais defendidos pelo Estado Novo. Os livros únicos manter-se-ão, em regime de exclusividade durante duas décadas.

Após a Revolução de Abril, verificou-se a democratização do ensino. Foram elaborados novos programas para o ensino primário, preparatório e secundário. A estabilização do sistema educativo português, depois de uma fase conturbada do processo político pós abril, dá-se só com a aprovação da Lei de Bases do Sistema Educativo.

Em 1979, a definição de manual no sistema educativo português surge por primeira vez na legislação, como o “instrumento de trabalho que permita a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades e atitudes inerentes aos objetivos definidos e aos conteúdos programáticos” (Claudino, 2011).

Segundo Magalhães (2013) a estabilização do sistema educativo português, depois de uma fase conturbada do processo político pós abril, verificou-se só com a aprovação da Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro), da reforma dos planos de estudos e dos programas, consubstanciado pelo Decreto-lei n.º 286/89, de 29 de agosto.

Em 2001, é publicado o documento Currículo Nacional do Ensino Básico - Competências Essenciais (DEB), que propõe uma nova gestão dos conteúdos programáticos e uma nova abordagem metodológica. Promove-se um ensino por competências, onde a importância do ensino se centra na aquisição de “um saber em ação ou em uso” pela promoção de competências específicas e transversais. Deste documento surgem as Metas de Aprendizagem (MEC, 2010) e cuja elaboração tinha a intenção de operacionalizar e avaliar as competências evidenciadas pelos alunos, tornando as competências definidas no currículo nacional operacionalizáveis para os professores, referencial normativo substituído pelas Metas Curriculares no ano letivo de 2012/2013.

Na atual legislação (Lei 46/2006, art. 3) define o Manual escolar como o “recurso didático-pedagógico relevante, ainda que não exclusivo, do processo de ensino e aprendizagem”, destacando o trabalho autónomo do aluno ajudando no desenvolvimento das competências e aprendizagens estabelecidas no programa vigente, “apresentando informação correspondente aos conteúdos nucleares dos programas em vigor, bem como propostas de atividades didáticas e de avaliação das aprendizagens, podendo incluir orientações de trabalho para o professor”

O manual escolar tem como função ser um auxiliar no desenvolvimento do currículo, influi quer nos professores quer nos alunos quanto a ideologias, concepções, valores, teorias e mensagens que transmite, abrangendo as capacidades a desenvolver pelos estudantes.

Leonor Carvalho, citada por Solé (2014), afirma que “um bom manual é aquele que se preocupa sobretudo em desvendar «os caminhos» e não tanto em apresentar resultados”, ou seja, o manual escolar atualmente tem o papel de motivar o interesse e curiosidade dos alunos e provocar uma discussão dos temas científicos para aquisição de conhecimentos.

Todos os autores partícipes no processo educativo referenciam a importância dos manuais. No entanto, é necessário entender as mudanças educativas pois, face à rápida evolução científica e das comunicações globais no ensino, tendo este recurso que adaptar-se às mudanças.

Morgado (2004, p. 37) aponta quatro especificidades que dão ao manual escolar um estatuto singular: “é um produto de consumo, suporte de conhecimentos escolares, veículo transmissor de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura e, por último, um instrumento pedagógico”. No entanto, é preciso destacar o papel relevante que o professor tem na sala de aula e na própria utilização do manual escolar, pois como refere Tormenta (1996) “o tipo de utilização do manual está, sobremaneira, dependente das suas características e também das escolhas pedagógicas do professor” (Morgado, 2004, p. 9).

Existe uma ampla diversidade de documentos históricos e materiais que podem vir a ser utilizados em sala de aula. O professor é o condutor deste processo, que seguindo o programa curricular e as metas curriculares, oferecem a base que se deve seguir durante as aulas. Atualmente, a História tem sofrido uma grande transformação, existem para as aulas de História uma panóplia de materiais didáticos diversificados que acompanham não só a evolução “do que se aprende” como a do “como se aprende”. Mas o professor deve ser cauteloso na aplicação de todos estes recursos existentes. (Feliz, 1998).

Neste caso, recorrer à utilização dos recursos do meio é importante, pois existem modelos didáticos baseados na descoberta e na busca de uma história viva, utilizando fontes históricas (materiais e orais) próximas do aluno. (Feliz, 1998). O recurso de familiares ou conhecidos pode ser utilizado pelos alunos para realizarem uma investigação ou pesquisa e, dessa forma, o resultado da investigação pode servir como recurso de aula.

## Manual de História e Geografia de Portugal



Figura 4 - Manual História e Geografia de Portugal

## Sistema Educativo em Moçambique

Em Moçambique, desde a proclamação da Independência Nacional, prevalece o princípio constitucional que atribui à educação um direito fundamental de cada cidadão:

“Artigo 88 (Direito à Educação)

1. Na República de Moçambique a educação constitui direito e dever de cada cidadão.

*2. O Estado promove a extensão da educação à formação profissional contínua e a igualdade de acesso de todos os cidadãos ao gozo deste direito.”*

Segundo as políticas do governo moçambicano, a educação é considerada um instrumento para a afirmação e integração do indivíduo na vida social, económica e política, um fator indispensável para o seguimento da construção de uma sociedade moçambicana e combate à pobreza.

Para alcançar este objetivo, Moçambique elaborou e implementou pela primeira vez o Sistema Nacional de Educação (SNE) através da lei 4/83, de 23 de março de 1983 e revista pela lei 6/92, de 6 de maio de 1992. Tratou-se de uma alteração total da estrutura educacional até então vigente. Sofreu graves percalços posteriormente com a guerra civil que destruiu o país, fazendo-o sucumbir numa profunda crise económica que se refletiu nos resultados esperados. A rede escolar ficou destruída em mais de 50 % em 1990. A taxa de admissão no Ensino Primário em 1981 era de 93%, diminuiu drasticamente em 1994 para 54%, e em 1999 aumenta 85.2% (MINED,1999).

No contexto da estratégia global de desenvolvimento, o Governo de Moçambique adotou, em 1995, a Política Nacional de Educação, que operacionalizava o Sistema Nacional de Educação. A Política Nacional de Educação definia a Educação Básica (o Ensino Primário de 7 classes e a Alfabetização e Educação de Adultos) como a primeira prioridade do Governo. Uma das alterações importantes que afetou o Ensino Primário foi a Lei 6/92, que veio alterar a idade obrigatória de entrada neste ensino passando para 6 anos, em relação aos 7 anos da Lei 7/83. A introdução do SNE foi gradual, uma classe por ano, tendo-se iniciado com a 1.ª classe em 1983.

O currículo do Ensino Básico do SNE tinha sete classes organizadas em 2 graus. O 1º grau (EP1) compreendia cinco classes (da 1ª à 5ª classe) e o 2º (EP2) duas classes (6ª e 7ª). No EP1, um só professor lecionava todas as disciplinas curriculares enquanto que no EP2, cada disciplina era lecionada por um único professor.

No Ensino Primário 1, para cada disciplina, foi elaborado um livro do aluno e um manual do professor. O manual do professor apresentava, de uma forma detalhada, as

atividades que o professor devia realizar em cada aula bem como as propostas de avaliação. Os programas de ensino e os livros concebidos para os alunos, bem como os manuais dos professores tratavam das matérias de modo compartimentado, não respeitando o princípio de interdisciplinaridade, dificultando o ensino.

Tomando em consideração os fatos acima expostos, era objetivo de o Ministério da Educação construir um currículo, que proporcionasse aos cidadãos moçambicanos os conhecimentos e habilidades de que eles necessitavam para obterem meios de sobrevivência sustentáveis, acelerar o crescimento da economia e reduzir os índices de pobreza. Diferentes estudos apontaram como fatores desta época do ensino, o elevado rácio aluno/professor, 61:1, a fraca preparação do professor, as precárias condições de trabalho e o desajustamento da estrutura e dos conteúdos do currículo (Lobo & Nhêze, 2008).

O Sector da Educação registou, desde a Independência, vários avanços no sentido de elevar a melhoria da qualidade, mas são vários os desafios por enfrentar, sendo a carência de material didático complementar (para além do livro do aluno) um dos maiores problemas enfrentados pelos professores primários, existiu a necessidade de inventar formas de trabalhar em turmas superlotadas, com alunos com níveis de aprendizagem diferenciados e em horários reduzidos. Apesar da preocupação existente a nível governamental pela melhoria da qualidade, todavia *“existe em Moçambique e em todos os países da África, uma grande distância entre a realidade social e a realidade política”* (Ngoenha, 1993).

Depois do SNE, foi implementado, entre 1999 e 2005, o Plano Estratégico para o Setor da Educação (PEE I) que enfatizava a prioridade central do Ensino Básico, centralizando os objetivos da expansão do acesso à educação e na melhoria de qualidade. Seguidamente, entre 2006 e 2010/11 foi implementado o Plano Estratégico de Educação e Cultura (PEEC). O PEEC reconheceu a importância da primeira infância como uma componente importante para o alcance da Educação para Todos e como fator determinante para o progresso e sucesso no Ensino Primário. Mas, devido a muitas outras prioridades, o Governo assumiu um papel de facilitador nesta área, encorajando parcerias



e iniciativas locais que, com um mínimo de investimento, pudessem gradualmente assegurar a expansão da primeira infância. Com esta perspetiva, o enfoque no período do PEEC (2006 a 2011) foi o de trabalhar em parceria como os outros Ministérios (principalmente o da Mulher e Ação Social) e com provedores não-governamentais para se operarem melhorias nos serviços prestados. (Arends, 1995)

Moçambique fez parte dos 191 países-membros da ONU, que em setembro de 2000, elaboraram a Declaração do Milénio, um pacto que estabelece um compromisso compartilhado com o desenvolvimento humano sustentável, *“para melhorar a vida de todos os habitantes do planeta no século XXI”* (Nações Unidas, 2000), entre os objetivos estabelecidos está o de *“Atingir o Ensino Básico universal”*.

Depois de 15 anos de trabalho, o Relatório dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio 2015 demonstrou que os países conseguiram trabalhar em conjunto e, assim, alcançar os objetivos previstos. No campo da educação, o mundo assistiu a uma melhoria *“na igualdade de gênero na educação desde a criação os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio: a paridade de gênero no ensino primário foi alcançada na maioria dos países. Mais meninas estão agora na escola.”*

Em Moçambique, 2008, mais de 80% das crianças em idade de frequentar o ensino primário (6-12 anos) estavam matriculadas na escola. Cerca de 19% dessas faixas etárias não frequentam o ensino primário. As taxas de escolarização tendem a ser mais elevadas na região Sul: na Cidade de Maputo (96%), Província de Maputo (95%), Gaza (91%) e Inhambane (91%). A Província de Tete tem a taxa de escolarização mais baixa a nível nacional com 69%. (Minedu, 2008).

Com estes resultados conclui-se que Moçambique alcançou o objetivo previsto nos ODM, melhorou o acesso à educação, aos manuais escolares. Destacam-se as zonas mais próximas das grandes cidades.

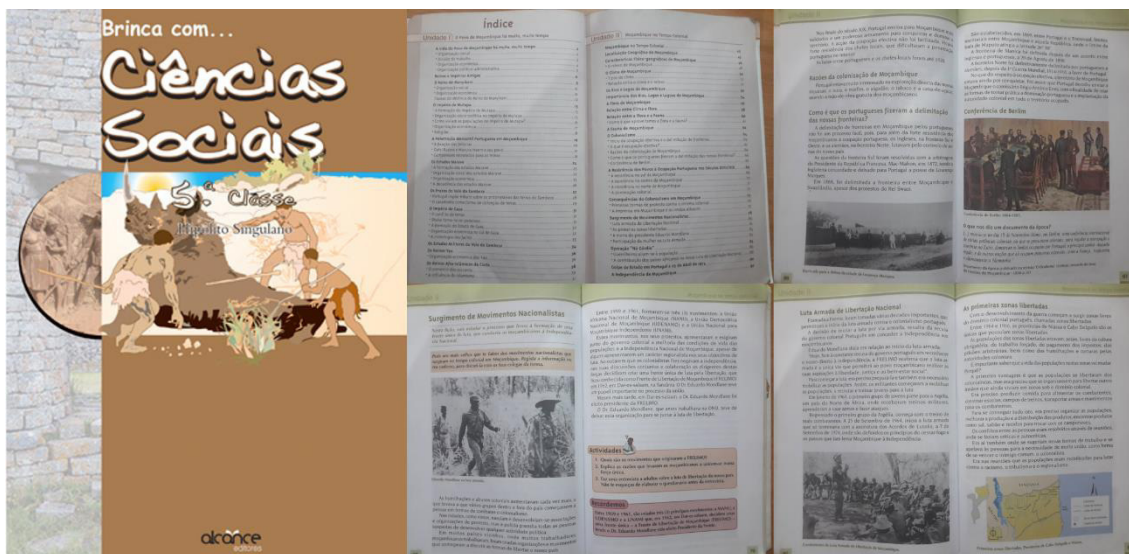


Figura 5 - Manual Brincar com... Ciências Sociais, Moçambique

### CAPÍTULO III – Metodologia

No presente capítulo apresentam-se as opções metodológicas adotadas para a execução do estudo, devidamente descritas e justificadas. Também são referidos os métodos de recolha de dados, tendo sido utilizadas entrevistas, a observação direta, a recolha de informação através de meios audiovisuais e pesquisa documental.

#### ***Opções metodológicas***

A finalidade deste estudo é a de realizar uma investigação sobre um determinado problema, mas primeiro é importante compreender o que é uma investigação. Esta consiste num processo de recolha de dados que serão estudados e analisados para se chegar a uma conclusão e alcançar o objetivo. A primeira fase de um estudo de investigação é detetar o problema a estudar. De seguida, tem que se procurar a forma como esse problema se vai estudar, ou seja, deve ser escolhida a melhor metodologia de estudo, aquela que vá produzir os melhores resultados (Fernandes D. , 1991).

A escolha para este estudo centra-se na metodologia qualitativa. Esta metodologia surge como resposta às limitações reveladas pelo método quantitativo, que se baseia principalmente nas relações entre variáveis medíveis, enquanto na qualitativa, o objetivo é o de compreender a realidade desde o ponto de vista dos participantes. Também Vale (2004) refere que os estudos qualitativos “acentuam a construção social da realidade natural, as relações entre o investigador e o que ele estuda, procuram respostas que acentuem o modo como as experiências sociais são criadas e adquirem significado” (p. 173). Os investigadores, nesta metodologia, inspiram-se em métodos utilizados na investigação antropológica e etnográfica, (Fernandes D. , 1991) que se fundamentam no trabalho realizado no local, no ambiente e sem se preocupar que a sua atitude se converta num observador participante, pois será ,desta forma, que o participante consegue transmitir de forma mais subjetiva a sua opinião.

Refere Flick (2005) duas metodologias, a qualitativa e a quantitativa, que seguem duas filosofias, o *idealismo (ou fenomenologia)* de Kant e o *positivismo* de Comte. Enquanto o positivismo defende que para cada fenómeno existe uma realidade objetiva, e serve para confirmar que os resultados conseguidos são alargáveis a toda a população, o idealismo

baseia-se no fenómeno, para o qual existem tantas interpretações da realidade quantos os indivíduos que a procuram interpretar. Esta metodologia acaba por oferecer um entendimento mais profundo dos problemas, indagar o que se esconde por detrás de certos comportamentos e crenças. Não se procura uma dimensão das amostras, nem da generalização dos resultados, mas sim a opinião e a interpretação dos indivíduos.

Neste paradigma qualitativo, o investigador é o “instrumento” de recolha de dados por excelência, a qualidade dos dados recolhidos depende muito da sua envolvimento e do seu conhecimento. (Coutinho, 2008)

Nesta metodologia, utilizam-se diversas técnicas, tais como entrevistas detalhadas e profundas com os sujeitos sob investigação, observações minuciosas e prolongadas das suas atividades e / ou comportamentos e análise de produtos escritos (Fernandes, 1991).

Os investigadores desta perspetiva estão mais interessados em compreender as perceções individuais do mundo, procuram estudar a compreensão, em vez de basear-se na análise estatística.

Segundo Coutinho (2008), a combinação entre vários pontos de vista, métodos e fontes de dados conduz o investigador à aquisição de “um retrato mais fidedigno da realidade ou uma compreensão mais completa do fenómeno a analisar” (p. 9).

Assim sendo, entre as técnicas de pesquisa qualitativa, a entrevista e a observação participante (que se utilizaram nesta investigação) são algumas das que melhor dão resposta ao objetivo final desta investigação (Serrano, 2004). Vale (2004) defende que uma investigação qualitativa decorre consoante os dados recolhidos através de entrevistas, observações, documentos e questionários. Com estas técnicas, o investigador é colocado em contacto direto e aprofundado com os indivíduos e facilitam a compreensão, ao detalhe, do que eles pensam sobre determinado assunto ou fazem em determinadas circunstâncias. Como menciona Serrano (2004, p. 32), importa “conhecer as realidades concretas nas suas dimensões reais e temporais, o aqui e o agora no seu contexto social”.

## ***Recolha de dados***

A recolha de dados é uma das fases mais importantes de uma investigação. É nesta fase que o investigador vai adquirir a maior parte da informação/dados que seguidamente irá analisar. Como diz Coutinho (2014), a fase final de análise e interpretação de dados é uma fase “crucial” do estudo. Na investigação quantitativa, distinguem-se perfeitamente a fase de recolha e a de análise de dados, ao passo que, na qualitativa, estas duas fases afetam-se e, ao mesmo tempo, complementam-se.

Após a recolha de dados, surge a necessidade de serem registados e preparados, como é o caso das entrevistas, que se vão transcrever. Também se devem registar os dados recolhidos durante a observação e notas de campo. Com esta informação toda transcrita obtém-se um texto que será a base para a análise concreta (Flick, 2005).

Como diz Wiersma (1995, cit. in Coutinho, 2014) “as categorias emergem dos dados”. Será na fase posterior à recolha de dados que o investigador irá buscar padrões de pensamentos ou comportamentos para desta forma categorizá-los. Nesta interpretação, o investigador deve ter em conta os seus próprios objetivos e nunca perder de vista o propósito da investigação. O investigador faz a recolha de dados porque “tenciona estudá-los por si próprios ou espera encontrar neles informações úteis para estudar outro objeto”(Quivy & Campenhoudt, 1992, p. 201).

Considerando os aspetos indicados anteriormente, para esta investigação utilizaram-se as entrevistas, a observação participante, os documentos e os meios audiovisuais (fotografia e vídeo).

## ***Procedimentos da recolha de dados***

### **1. Entrevista**

“A entrevista é utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspetos do mundo.” (Bogdan & Biklen, 1994, p. 134).

Existem três tipos de entrevistas que podem ser utilizadas para a realização de uma investigação: a entrevista aberta que beneficia da livre comunicação por parte do interlocutor e onde o entrevistador intervém o menos possível; a entrevista semiestruturada, onde o guião pode ser adaptado no momento da realização e a flexibilidade permite uma recolha maior de dados; e a entrevista estruturada ou fechada, onde as questões são padronizadas e pressupõe uma resposta curta e direta.

A escolha do modelo de entrevista foi influenciada pela determinada procura de informação. A entrevista semiestruturada é a que mais se adequa a este tipo de estudo. Possuem um guião que foi preparado previamente e que serve de eixo orientador durante a entrevista, mas, ao mesmo tempo, que garante que todos os entrevistados respondam as mesmas perguntas, estas não têm que ser colocadas numa ordem rígida, isto quer dizer, que as mesmas podem ir-se adaptando consoante o desenvolvimento da entrevista. (Bogdan & Biklen, 1994)

Neste estudo foram realizados diferentes tipos de entrevistas: entrevistas realizadas pelos alunos a familiares; entrevistas individuais feitas aos alunos, gravada em vídeo e entrevistas efetuadas através do Google formulários; e entrevistas individuais feita a professores através do Google formulários.

Para a realização destas entrevistas, foram entregues consentimentos informados e pedidos de autorização aos encarregados de educação (Anexo 1 e 2).

## **2. Observação**

A observação é um dos métodos aplicados nos paradigmas da investigação educacional e neste caso na investigação qualitativa.

O trabalho fundamental na observação corresponde ao investigador. Vai ser ele que vai reter e posteriormente transmitir a informação que observou no contexto; vai observar o desenvolvimento comportamental dos alunos em determinados momentos, mas num contexto normalizado, a sala de aula (Quivy & Campenhoudt, 2005). O investigador está presente no momento da recolha de dados. O observador tenta analisar o máximo de situações de forma a obter o máximo de informação, não sendo uma observação

organizada e estruturada, seguindo as orientações de Coutinho (2014, p. 188). Esta observação refere-se a uma observação naturalista.

Postic e De Ketele (1988, p. 47) organizaram uma série de questões para entender este processo de recolha de dados. *“Observar porquê? Observar quem? Observar o quê? Com que instrumentos? Que unidade de observação devo escolher? Observar com que grau de inferência? Como registar as observações? Em que tipos de situações é mais pertinente observar? Como tratar as informações recolhidas?”*

Partindo destas questões que apresentam estes autores, consegue-se identificar a base desta recolha de dados. Na observação, é necessário prestar atenção a todos os pormenores, a todas as situações que podem surgir, para que, com esta informação, se consiga formalizar uma descrição pormenorizada do fenómeno, construir novas ideias e através destas ideias agir de acordo com elas, e, ao mesmo tempo conseguir avaliar o fenómeno ou atitude observada (Postic & Ketele, 1988).

Na observação, é necessário registar todos os momentos, comentários e atitudes que se considera poderem vir a ter importância na elaboração do estudo, realizando um “diário de bordo” (Alves, 2006).

Durante o processo de investigação, sucederam-se várias fases de observação. Inicialmente, surgiu a observação não participante, que decorreu nas primeiras semanas da PES II, nas quais além de se analisar o trabalho realizado pelos professores, também foi importante observar as atitudes dos futuros participantes no estudo. Este momento possibilita a oportunidade de observar as possíveis lacunas existentes e, desta forma, tentar abordar as matérias de diferente forma ou se se achar a metodologia apropriada, dar continuidade. (Blanchet *et al.*, 1989)

A seguinte fase de observação decorreu no período de lecionação, através de uma observação centrada mais nos problemas e processos inerentes à investigação. Não foi tarefa fácil, pois requeria bastante atenção ao que os alunos diziam e faziam enquanto se lecionava, e surgia ao mesmo tempo uma observação participante.

Segundo Denzin (1989, p. 157-8) *“A observação participante define-se como uma estratégia de campo que combina vários elementos: a análise documental, a entrevista de sujeitos e informantes, a participação e observação diretas, e a introspeção.*

Para finalizar, durante as entrevistas gravadas, também se conseguiu observar as atitudes dos participantes, as reações faciais que transmitem muita informação.

### **3. Meios audiovisuais (vídeo)**

A utilização dos meios audiovisuais como método de observação num processo de investigação é um processo conhecido como observação em segunda mão, sendo cada vez mais recorrente. *“A gravação vídeo é um dos métodos mais poderosos de recolha de dados para se conseguir captar as iterações diárias de sala de aula.”* (Confrey & Lachance, 2000)

Este método de observação foi utilizado na parte final da investigação, na realização das entrevistas, que foram gravadas para facilitar o discurso oral dos alunos e, ao mesmo tempo, ser um recurso para o investigador, uma vez que permite analisar tanto as respostas dadas como as atitudes e os gestos dos participantes.

### **4. Pesquisa documental**

A recolha documental também foi um aspeto muito importante para a realização do estudo. Os primeiros passos nesta recolha de dados costumam ser confusos, visto que existe uma ampla variedade de documentos que devem ser direcionados para o problema a estudar.

A pesquisa documental, como fonte de recolha de dados, é estável, pois possibilita ser consultada continuamente; é exata, porque contém nomes, referências, detalhes exatos de um evento; e abrange muita informação, desde longos períodos de tempo e acontecimentos (Yin, 2010)

A seleção destes documentos deve ser decidida de acordo com o professor, pois a sua experiência e a ajuda prestada são fundamentais para o sucesso desta investigação.



## ***Participantes***

O presente trabalho de investigação recaiu sobre uma turma do 6.º ano de escolaridade, numa escola do distrito de Viana do Castelo, de forma presencial, e sobre duas turmas do 10.º ano de escolaridade, sendo uma da província de Nampula e outra da província de Maputo, de Moçambique.

A turma da escola de Viana do Castelo era composta por vinte e um alunos, sendo onze do sexo masculino e dez do sexo feminino, com idades compreendidas entre os onze e os treze anos. Na turma existiam dois alunos CEI que não frequentavam as nossas aulas.

Esta turma, em geral, apresentava um bom nível de desenvolvimento, mostrava interesse e vontade de aprender, na maioria das áreas curriculares. O comportamento e o rendimento escolar foram bons, em geral. Havia, no entanto, dois elementos com um comportamento bastante negativo. Era uma turma participativa, crítica e a maior parte dos alunos possuía um bom nível de autonomia na realização das tarefas e questionava sempre que existiam dúvidas. O relacionamento entre os alunos era muito bom, existia respeito pelos colegas e espírito de entreajuda. Os alunos com mais capacidades predispunham-se de imediato para ajudar aos alunos que tinham mais dificuldades.

Logo no início do estágio, os alunos foram questionados sobre as suas preferências relativamente às diversas áreas curriculares. Tendo-se verificado que estavam mais ou menos repartidas pelas quatro áreas.

O objetivo do estudo era despertar o interesse dos alunos pela História e Geografia de Portugal e, assim, promover o espírito crítico de forma a desenvolver o seu conhecimento: mostrar que, num acontecimento histórico, onde normalmente só se conhecem as razões de uma das partes intervenientes, importa conhecer as razões de ambas as partes para se poder construir uma opinião.

Numa primeira fase do trabalho, os alunos, para se situar mais por dentro do momento histórico, tinham que entrevistar, durante as férias da Páscoa, uma pessoa, podendo ser familiar ou não, que tivesse vivido na época do Estado Novo. A entrevista tinha questões baseadas na época de Salazar, na Guerra Colonial e no 25 de abril.

Os resultados destas entrevistas foram trabalhados, posteriormente, durante a leção da matéria, conseguindo, desta forma, envolver de uma forma direta os alunos. Dos dezanove alunos, dois não conseguiram fazer as entrevistas.

Numa fase posterior e depois da leção da matéria, que abordava estes conceitos, principalmente a matéria relacionada com a Guerra Colonial e a independência dos países colonizados, foi realizada uma entrevista individual a cada aluno. Nestas entrevistas, além de serem questionados sobre a matéria abordada foi-lhes pedido que expressassem a sua opinião e com espírito crítico avaliassem o acontecimento histórico em estudo.

A participação da turma nesta investigação foi importante, mantiveram-se sempre participativos, gostavam de partilhar as ideias que lhes tinham sido transmitidas pelos familiares e apresentaram respostas críticas. O objetivo desta abordagem era o de fomentar a curiosidade, o gosto e o interesse pela História.

Em relação às escolas de Moçambique, foram selecionadas duas turmas. Uma era do norte do país, de Nampula, concretamente da missão portuguesa existente em Itoculo meninas todas residentes no Lar Eugenie Caps. Eram alunas do 10º ano e já tinham estudado o acontecimento histórico em análise. A escolha por este ano foi em consenso com a diretora do lar, a Irmã Augusta, por este ser um tema ainda muito complicado de falar abertamente. A outra turma foi escolhida em Maputo, também um 10º ano.

Em ambas escolas foram selecionados vinte alunos para participar, que já tinham abordado a matéria da Guerra Colonial (em Moçambique é estudada como a Guerra de Independência) e a consequente independência do país. Foram alunos participativos, mostraram interesse pela finalidade do estudo. Responderam individualmente à entrevista que lhes foi enviada. Esta mesma entrevista antes de lhes ser entregue, teve que ser supervisionada pela respetiva professora, visto esta matéria ser ainda um “tabu” para os moçambicanos, existe ainda muita pressão política.

Como última parte do estudo, foram entrevistados vários professores para conhecer a sua visão sobre este conflito e sobre a importância e o papel da História no plano curricular escolar.

### ***Delineamento e calendarização do estudo***

Este estudo, como dissemos anteriormente, desenvolveu-se numa escola de Viana do Castelo, no 6.º ano de escolaridade. Decorreu durante a lecionação integrada no estágio do Mestrado e na área de História e Geografia de Portugal, com o tema do Estado Novo. Sendo um tema bastante atual, foram aproveitadas as vivências e experiências pessoais, que alguns familiares dos alunos possuíam.

A realização deste estudo decorreu em seis fases. A primeira consistiu na identificação do problema que se queria estudar. A segunda fase foi dedicada à observação da turma, principalmente o comportamento e a relação que os alunos apresentavam com esta disciplina.

A terceira fase que decorreu durante o período de férias da Páscoa, consistiu na realização de entrevistas efetuadas pelos alunos aos familiares. Este instrumento serviu como introdução ao tema que se ia tratar; a “Descolonização”.

A quarta fase teve lugar durante o período de lecionação da matéria correspondente ao estudo de caso e consequente aprendizagem dos alunos.

Na quinta fase, que teve lugar no período pós-regência desta disciplina, foram realizadas as entrevistas pessoais e diretas aos alunos sobre a matéria estudada.

Nesta fase também foram realizadas as entrevistas aos alunos moçambicanos, que já tinham estudado estes conteúdos.

Na sexta fase, foram realizadas entrevistas a vários professores que, tivessem vivido em África ou lecionassem História.

A calendarização sintetizada de todo este trabalho está patente no quadro seguinte:

## Calendarização

<b>Datas</b> <b>Etapas do Estudo</b>	<b>Mar.</b>	<b>Abr.</b>	<b>Mai.</b>	<b>Jun.</b>	<b>Jul.</b>	<b>Ago.</b>	<b>Set.</b> <b>(2016)</b> <b>Abr.</b> <b>(2018)</b>	<b>Out.</b> <b>(2016)</b> <b>Abr.</b> <b>(2018)</b>	<b>Abr.</b> <b>Jun.</b> <b>(2018)</b>
Pesquisa bibliográfica									
Definição da questão problema									
Revisão da literatura									
Observação da turma									
Pedidos de autorização aos									
Entrevistas iniciais									
Intervenção didática									
Entrevistas aos alunos									
Entrevistas aos professores									
Recolha de dados									
Análise dos dados									
Conclusões									

*Quadro 1 - Calendarização*

## **CAPÍTULO IV – Intervenção didática**

Ao longo deste capítulo será apresentada e descrita a intervenção didática, implementada no contexto da PES II, assim como as atividades propostas e os objetivos inerentes às mesmas.

### **Intervenção Didática**

A intervenção educativa realizada no contexto desta investigação decorreu entre os dias 4 e 29 de abril de 2016, durante oito aulas, sendo quatro de 90 minutos e quatro de 45 minutos, em simultâneo com a prática pedagógica relativa à unidade curricular de PES II.

O objetivo do estudo era despertar o interesse dos alunos pela História e Geografia de Portugal e, ao mesmo tempo, promover o espírito crítico de forma a desenvolver o seu conhecimento. Pretendia-se, também, mostrar que, num acontecimento histórico, onde normalmente só se conhecem as razões de uma das partes intervenientes, deve-se procurar conhecer o raciocínio e a opinião de ambas as partes para se poder gerar uma opinião fundamentada e esclarecida.

Tendo por base a obtenção da informação para a construção do relatório, as aulas foram planificadas antecipadamente, com base no programa, no manual adotado e na pesquisa, em outros manuais, alguns deles fornecidos pelo POC. As atividades previstas eram distribuídas pela turma ou projetadas no quadro, sempre em diálogo com os alunos. Durante o trabalho autónomo, a professora circulava pela sala de forma a controlar o que estava a ser realizado e, ao mesmo tempo, esclarecer as dúvidas colocadas. A resolução das atividades era realizada de forma oral ou escrita no quadro, de forma a que todos os alunos tivessem aceso a esta informação.

A estrutura da aula era muito semelhante em todas as disciplinas. As aulas eram iniciadas com a escrita do sumário no caderno. Assim, os alunos ficavam a conhecer os objetivos delineados. Seguidamente, confirmava-se a realização dos trabalhos de casa e a respetiva correção. Eram ouvidos vários alunos sobre cada resposta, para assim verificar se todos estavam de acordo e, se necessário, era realizado um diálogo até se chegar a um

consenso. No momento inicial, eram lembradas as matérias lecionadas nas aulas anteriores, normalmente com uma atividade, para facilitar a aprendizagem dos novos conteúdos.

De seguida, era apresentada e explorada a nova matéria, tendo em consideração os critérios do Programa de História e Geografia de Portugal e os requisitos estipulados pelas Metas Curriculares para o 6.º ano de escolaridade, utilizando uma abordagem mais exploratória, numa correspondência permanente entre professora-aluno, apoiada num profundo diálogo, com o objetivo de serem os próprios alunos a alcançarem as próprias conclusões e assim adquirir os conhecimentos.

Durante o período de leção, a preocupação foi explorar toda a matéria selecionada e programada, visto que o tema para o relatório final se situava na parte final da leção. O desenvolvimento das aulas foi muito dinâmico, recorrendo à exploração de artigos, de hinos musicais, de vídeos, tudo de forma a conseguir adquirir o máximo de informação. A ideia fundamental era a de proporcionar aos alunos momentos de reflexão, de desenvolvimento pessoal, incentivar a comunicação e a capacidade de ouvir, entender e de argumentar. Durante a aula, os alunos colavam sempre, no caderno, um pequeno resumo ou esquema sobre a matéria abordada.

Para finalizar as aulas, era apresentado através de projetor, um resumo da matéria tratada. Desta forma, os alunos aproveitavam este momento final para consolidar as ideias, para colocarem dúvidas que tivessem surgido durante a aula. Quando eram enviados trabalhos para casa, estes eram explicados no momento de comunicar a tarefa.

A preparação para este estudo decorreu em várias etapas, como se verá de seguida.

### **1.ª Etapa: Entrevistas aos familiares ou amigos**

Na primeira fase do trabalho, foi proposto aos alunos que, durante as férias da Páscoa, se informassem sobre algum familiar ou amigo que tivesse vivido na época do Estado Novo e lhe fizesse uma entrevista, já preparada, para obter informação sobre o Estado Novo e a Guerra Colonial. Assim, os alunos, de uma forma mais lúdica, conseguiram

introduzir-se no tema, que seria abordado durante o mês seguinte. A entrevista tinha questões sobre a época de Salazar, a Guerra Colonial e o 25 de abril. (Anexo 2)

#### Entrevistas “O Estado Novo e a Guerra Colonial”

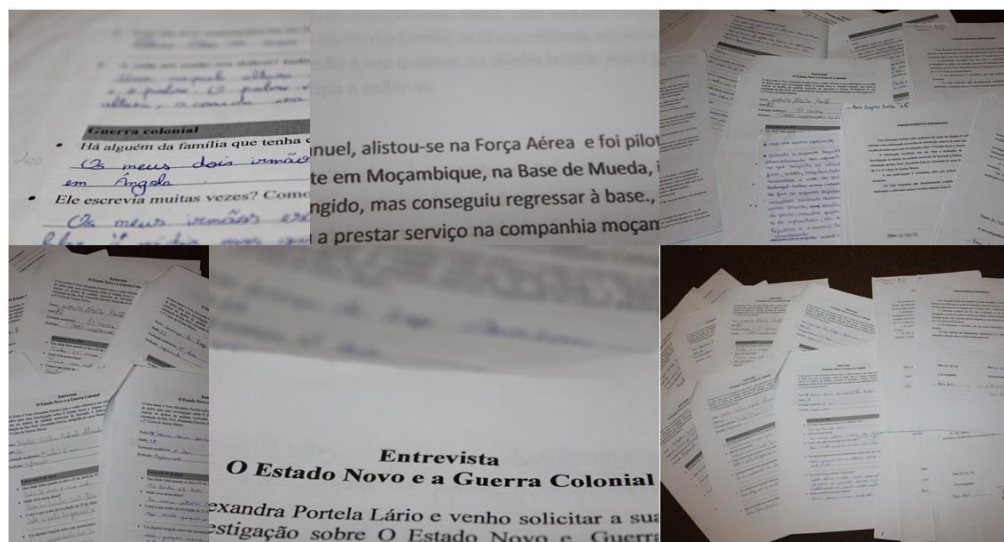


Figura 6 - Entrevistas "O Estado Novo e a Guerra Colonial"

Anexada à entrevista, ia um pedido de consentimento para autorizar a participação.

Os resultados destas entrevistas foram utilizados posteriormente, durante a leção da matéria, conseguindo assim envolver, de uma forma direta, os alunos.

Esta atividade foi um ponto importante neste trabalho, porque os alunos, antes da aula ter lugar, já estavam por dentro da matéria a lecionar e sentiam-se mais motivados, porque ouviram as histórias dos seus familiares, sendo este um aspeto positivo.

As entrevistas realizadas pelos alunos aos seus familiares, (catorze do sexo masculino, com idades compreendidas entre 47 e 95 anos, e 3 do sexo feminino, com idades compreendidas entre 58 e 80 anos) serviram de complemento à leção e de exploração de experiências familiares sobre a matéria.

Entre as questões apresentadas, era perguntado se o familiar, quando era mais novo, tinha frequentado a escola e até que ano. Os dezassete entrevistados afirmaram que tinham frequentado a escola: sete tinham frequentado o 4.º ano, três o 6.º ano e outros três o 9.º ano e só quatro frequentaram um curso universitário.

Em relação à questão relacionada com as matérias ensinadas nessa altura, todos concordam que são muito parecidas com as atuais, só mais extensas e exigentes, desde os

rios, as serras até às linhas de comboio. Alguns alunos ficaram surpreendidos pelos avós, ainda hoje, se lembrarem de todos os rios e serras de Portugal e do domínio que têm da tabuada. Alguns alunos demonstraram admiração pelos avós, por que passados tantos anos ainda se lembravam de muita informação.

Sobre a postura do professor, tanto na aula como com o aluno, as respostas dividem-se. Uns dizem que o professor mantinha uma atitude de amizade e respeito e outros declaram que eram muito ásperos, severos e distantes. Segundo o testemunho do entrevistado do aluno n.º 17, “naquela altura o professor batia por duas razões, por tudo e por nada”.

A questão seguinte era sobre, se nessa altura, se sentia respeito ou medo em relação ao professor. A maioria dos entrevistados disse que sentia respeito, mas também existia muito medo perante o professor.

Relacionado com a opressão, foram questionados se se sentiram alguma vez oprimidos, se podiam falar de qualquer coisa. A grande maioria dos entrevistados disse que não se sentiam oprimidos, pois, também eram pequenos, mas, ao mesmo tempo, referem que não se podia falar de alguns temas, principalmente políticos. Quem se manifestasse contra o regime podia ser perseguido pela PIDE e preso.

Para finalizar o tema de Salazar, foram questionados sobre que opinião tinham da política de Salazar. A maioria concorda que era uma época de bastante respeito e considera que, inicialmente, a política de Salazar como ministro até foi positiva e de grande sucesso no domínio económico, mas todos destacam, como aspetos negativos, a ditadura, a guerra e a fome.

No capítulo sobre o Estado Novo, foram realizadas cinco questões. Uma questão tinha a ver com materiais de publicidade, cartazes ou panfletos relacionados com a oposição ao Estado Novo. Onze dos entrevistados responderam que não guardaram quaisquer materiais, três elementos reconhecem que não guardaram porque era perigoso e três guardaram alguns panfletos e cartazes. Com esta questão e as respostas dadas, os alunos tomaram consciência da opressão a que estiveram sujeitas as pessoas que viveram no tempo da ditadura salazarista.



Outra questão abordava o tema das eleições de 1958 e o direito das mulheres a votar. As respostas foram variadas. Apenas um entrevistado foi votar, pois a maioria, nessa altura, também era menor de idade. A maior parte deles reconhece que, naquela época, a maioria das mulheres não tinha direito a votar. Com esta questão, os alunos aperceberam-se das diferenças existentes com o momento atual em relação ao direito a voto, principalmente das mulheres.

Sobre a questão relacionada com os direitos, neste caso os direitos cívicos, a maioria dos entrevistados consideraram que foi uma época de opressão, de medo, na qual se fazia o que era obrigado ou se era preso. Mesmo assim, dois dos entrevistados consideravam que essa época era melhor do que a atual, existia mais respeito e valores. Com as respostas à questão colocada, os alunos conseguem aperceber-se de alguns aspetos da realidade que se vivia na altura.

Numa outra questão, perguntava-se a idade dos entrevistados na altura do 25 de Abril, tendo-se verificado que ia desde os 5 anos até aos 51, o que também explica a diferença de pontos de vista sobre a época.

Sobre a forma como os entrevistados souberam da Revolução de 25 de Abril, a maioria declarou que foi através do rádio, mas alguns disseram que foi com a televisão.

Questionados sobre que sentimento tiveram quando souberam ou assistiram à revolução, todos concordam em que se sentiram livres, contentes e com vontade de desfrutar dessa liberdade conseguida.

O segundo grupo de questões tinha a ver com a guerra colonial. Em relação a questão sobre se alguém tinha participado na Guerra Colonial, todos responderam que tinham algum familiar que participou. Alguns dos entrevistados estiveram na guerra, por exemplo, em Angola ou Moçambique.

A seguinte questão, de cariz pessoal, pretendia saber se os militares escreviam cartas à família e qual era o sentimento ao receber esta correspondência. Nas respostas, podemos observar que todos os entrevistados escreviam cartas à família, às namoradas, e às “Madrinhas de guerra”. Foi interessante observar nos alunos as reações a esta figura da guerra (a madrinha).

Outra curiosidade tinha a ver com a cobertura que os meios de comunicação faziam da guerra colonial. Os entrevistados asseguram que era transmitida muita informação para aquelas pessoas que estavam no continente. A maioria também garante que a informação dada, na altura, era censurada, não era dita toda a verdade, só aquilo que deixavam dar.

Para finalizar, os entrevistados foram questionados sobre qual era a sua opinião sobre a guerra colonial. Quase todos concordaram que foi um engano. Que se perdeu muito dinheiro e principalmente vidas humanas. Também existe a opinião de que a guerra foi necessária, para defender os portugueses que se encontravam em África.

Considera-se que este foi um trabalho com um resultado positivo. Existiu uma grande variedade de opiniões sobre determinados assuntos. Os alunos conseguiram obter informações junto dos familiares, que, depois, iriam ser trabalhadas na aula. A motivação geral foi tão boa, que vários alunos acabaram por fazer mais questões aos familiares e depois apresentaram as respostas na sala.

## **2.ª Etapa: Atividades durante o período de lecionação**

Para a realização da investigação, foram aplicadas várias atividades que tinham como finalidade estudar os conteúdos programáticos, mas de forma exploratória. As atividades foram aplicadas com a seguinte calendarização:

<b>Atividade 1</b>	5 de abril	Quem é Salazar? Cartaz de propaganda Ditadura
<b>Atividade 2</b>	7 de abril	Representação de uma “aula da época de Salazar” Cartazes “A lição de Salazar”
<b>Atividade 3</b>	14 de abril	Filme “Guerra colonial” Música “Angola é nossa”
<b>Atividade 4</b>	26 de abril	Hino de Moçambique Hino de Angola

*Quadro 2 – Lista de Atividades*

Como foi dito anteriormente, a planificação desta disciplina teve uma dificuldade acrescida, devido à necessidade de, nesta primeira leção, inserir as atividades para recolher a informação necessária para a realização da investigação. Toda a matéria lecionada, que se verificou ser aquela que se adequava mais aos objetivos finais, desde o Estado Novo até ao 25 de abril, foi utilizada para alcançar o propósito estabelecido. Daí terem sido utilizadas atividades variadas, aproveitando os conteúdos a lecionar.

### **Atividade 1. Quem é? Cartaz de propaganda.**

Salazar



*Figura 7 - Atividade 1 – Salazar (Fonte: Manual História e Geografia de Portugal)*

Para desenvolver esta atividade, foi distribuído por cada par de alunos esta imagem. Cada par tinha que escrever cinco ideias que caracterizassem a mesma. Foi interessante observar o bom desempenho dos alunos, que começaram logo a trabalhar e mostraram-se motivados. Seguidamente, procedeu-se à correção oral, de forma a proporcionar um diálogo entre os alunos. O objetivo desta aula era o de compreender a ascensão de Salazar ao poder e o de reconhecer o

carácter ditatorial do Estado Novo, conhecendo e compreendendo os mecanismos de difusão dos ideais do Estado Novo e de repressão dos opositores.

### **Atividade 2. Aula de Salazar**

Esta atividade, que consistia na representação de uma aula da época de Salazar, estava organizada para provocar impacto nos alunos. Foi interessante observar os alunos a respeitarem as regras que lhes foram dadas ao entrar na sala de aula: todos os alunos estavam de pé ao lado da mesa e seguindo o guião na perfeição.

### Representação de uma aula da época de Salazar



*Figura 8 - Atividade 2: Representação de uma aula da época de Salazar  
(Fonte: retirado de <http://aprendernabiblioteca.blogspot.com>)*

Os alunos respeitaram o guião, rezaram e cantaram e, o mais importante, conseguiram entender a finalidade desta representação. O objetivo desta atividade era de conhecer e compreender os mecanismos de difusão dos ideais do Estado Novo.

Este objetivo também foi obtido na segunda atividade do dia, ao explorar os cartazes de propaganda, as “Lições de Salazar”.

### Cartazes “A Lição de Salazar”



*Figura 9 - Cartazes: "A Lição de Salazar" (Fonte: Manual de História e Geografia de Portugal)*

### **Atividade 3.** Canção “Angola é nossa” e Filme “Guerra colonial”

Esta atividade tinha como objetivo conhecer e compreender a permanência do

Canção: ANGOLA É NOSSA

Ó povo heróico português  
Num esforço estóico outra vez  
tens de lutar, vencer, esmagar a vil traição!  
Pra triunfar valor te dá o ter`s razão  
Angola é nossa - gritarei -  
É carne, é sangue da nossa grei,  
sem hesitar pra defender, é pelejar até vencer!  
Ao invasor castigar co`o destemor  
ancestral, deter, destroçar!  
Vencer, escorraçar!  
E gritar: Angola é nossa  
Angola é nossa  
É nossa, é nossa  
Angola é nossa!  
Angola é Portugal!...

*Figura 10 - Canção "Angola é nossa"*

colonialismo português e a Guerra Colonial. Através da canção “Angola é nossa”, conseguiu-se exemplificar a intransigência de Estado Novo relativamente à política colonial. Como complemento desta atividade, foi de salientar a utilização e exploração das entrevistas realizadas pelos alunos aos familiares, na parte relativa à Guerra Colonial.

A visualização de um excerto do filme “Guerra Colonial” tinha como objetivo caraterizar a Guerra Colonial, salientando a guerrilha e o apoio das populações autóctones aos movimentos que lutavam pela independência. Igualmente esta atividade teve um papel importante no reconhecimento dos efeitos da guerra, salientando o número de soldados mobilizados, as vítimas dos dois lados do conflito e os problemas associados à guerra que persistem ainda hoje. (Obj G. 2.4.3.)

## Filme Guerra Colonial



Figura 11 - Filme "Guerra Colonial (Fonte: Manual de História e Geografia de Portugal)

### **Atividade 4.** Hino de Moçambique e Hino de Angola.

Esta atividade decorreu no dia 26 de abril, estando já perto do fim do período de leção. Era uma parte fundamental para o desenvolvimento do relatório final. A atividade foi apresentada com um pequeno excerto do Hino de Moçambique, mas com supressão da palavra Moçambique. O trabalho foi desenvolvido a pares. Tinham de preencher os espaços em branco e justificar a escolha. Os alunos identificaram este

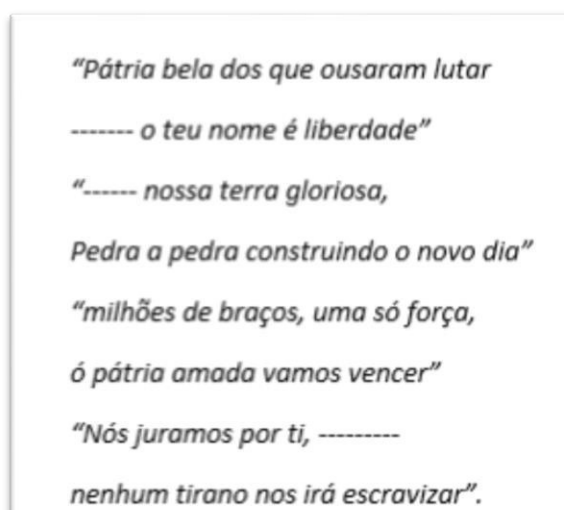


Figura 12 - Excerto "Hino de Moçambique"

momento como o Estado Novo, com Portugal e identificando como “tirano”, como diz no excerto, Salazar.

Seguidamente, os alunos ouviram em áudio o Hino de Moçambique, para fazer o preenchimento dos espaços em branco. Foi interessante observar a reação dos alunos perante este áudio. Para eles foi uma surpresa e, só no fim da audição, um aluno manifestou surpresa por o “tirano” da canção *sermos nós?* (portugueses). Daí surgiu um diálogo construtivo, entre a turma, do qual se retiraram inúmeras ideias.

Pela primeira vez, os alunos ouviram os Hinos de dois países africanos colonizados e que declararam guerra a Portugal. Foi-lhes explicado que este Hino foi criado depois de os países terem alcançado a Independência e, por essa razão, a letra dos hinos expressar o sentimento desses povos. Esta atividade teve um impacto positivo nos alunos, como eles próprios disseram: por terem a oportunidade de trabalhar com material diversificado.

### **Pátria Amada – Hino de Moçambique**

Na memória da África e do Mundo  
Pátria bela dos que ousaram lutar  
Moçambique o teu nome é liberdade  
O sol de Junho para sempre brilhará brilhará

Moçambique nossa terra gloriosa  
pedra a pedra construindo o novo dia  
milhões de braços, uma só força  
ó pátria amada vamos vencer

Povo unido do rovuma ao Maputo  
colhe os frutos do combate pela Paz  
cresce o sonho ondulado na bandeira  
e vai lavrando na certeza do amanhã

Moçambique nossa terra gloriosa  
pedra a pedra construindo o novo dia  
milhões de braços, uma só força  
ó pátria amada vamos vencer

Flores brotando do chão do teu suor  
pelos montes, pelos rios, pelo mar

nós juramos por ti, ó Moçambique:  
nenhum tirano nos irá escravizar

Moçambique nossa terra gloriosa  
pedra a pedra construindo o novo dia  
milhões de braços, uma só força  
ó pátria amada vamos vencer

*Figura 13 - Hino de Moçambique*

### **Angola, avante! - Hino de Angola**

O Pátria, nunca mais esqueceremos  
Os heróis do quatro de Fevereiro.  
O Pátria, nós saudamos os teus filhos  
Tombados pela nossa Independência.  
Honramos o passado e a nossa História,  
Construindo no Trabalho o Homem novo,  
Honramos o passado e a nossa História,  
Construindo no Trabalho o Homem novo!!

Angola, avante!  
Revolução, pelo poder Popular!  
Pátria Unida, Liberdade,  
Um só povo, uma só Nação!

Levantemos nossas vozes libertadas  
Para glória povos africanos.  
Marchemos, combatentes angolanos,  
Solidários com os povos oprimidos.  
Orgulhosos lutaremos Pela Paz  
Com as forças progressistas do mundo.  
Orgulhosos lutaremos Pela Paz  
Com as forças progressistas do mundo!!

Angola, avante!  
Revolução!!  
Pelo poder Popular  
Pátria Unida, Liberdade,  
Um so povo, uma so Nação

*Figura 14 - Hino de Angola*



### **3.ª Etapa: Entrevista individual aos alunos**

Numa fase posterior e depois da leção da matéria que abordava estes conceitos, principalmente a matéria relacionada com a Guerra Colonial e a independência dos países colonizados, foi realizada uma entrevista individual a cada aluno. Nestas entrevistas, além de serem questionados sobre a matéria abordada foi-lhes pedido que expressassem a sua opinião e, com espírito crítico, avaliassem o acontecimento histórico em estudo.

Este trabalho de investigação foi abordado através do papel de professor investigador, pois, ao mesmo tempo, que “ensinava”, também procurava seguir o objetivo que tinha sido traçado inicialmente, para o qual era necessário a recolha de dados.

As entrevistas foram realizadas de forma individual. Foram gravadas em vídeo, para o investigador poder ocupar-se durante a entrevista só do diálogo com o aluno. O vídeo e a sua posterior visualização foram de enorme apoio no estudo destas entrevistas, pois, permitem observar a atitude, os gestos e a expressão facial dos alunos, que também denotam muita informação.

As entrevistas foram realizadas durante o mês de maio, aproveitando os intervalos das aulas. O objetivo desta atividade era obter a opinião dos alunos sobre o acontecimento histórico trabalhado. Para chegar a esta conclusão, e como esta matéria já tinha sido abordada, foram feitas algumas questões iniciais para os voltar a situar nesse momento histórico. As questões eram sobre os objetivos de Salazar com a Guerra Colonial, se Portugal era um país mais poderoso com as colónias ou não, como é que a população portuguesa encarava a Guerra Colonial. Os alunos ainda tinham bem presentes estes conteúdos.



*Figura 15 - Entrevista aos Alunos*

Seguidamente, foi apresentado um texto inventado pelo investigador:

*“Imagina que, desde 2010 até 2020, chega a Portugal um grande número de emigrantes australianos, com mais habilitações literárias que os portugueses, que, pouco a pouco, começam a trabalhar e, em poucos anos, começam a fazer parte da administração das grandes empresas e a dominar os partidos políticos.*

*Os portugueses começam a ser excluídos dos cargos mais importantes e passam a desempenhar funções subalternas. A partir de 2020, a maior parte da população portuguesa (70%) já faz parte da classe operária, enquanto a classe política e empresarial é constituída maioritariamente por australianos.*

*A situação económica do país começa a melhorar graças aos australianos, os quais começam a impor a sua cultura e os seus hábitos e a exigir que os portugueses cumpram as suas regras.”*

Pretendia-se concluir a opinião dos alunos sobre atitude dos portugueses que viveram o momento. A maior parte dos alunos (80 %) respondeu que os portugueses iriam sentir-se revoltados e com raiva do povo invasor, porque este povo iria começar a mandar nos portugueses e a ocupar o país. Também quatro alunos responderam que se deveria apresentar queixa na União Europeia, porque esta deveria defender os países membros.

Seguidamente foram questionados sobre como é que os portugueses se iriam sentir. As respostas foram várias, desde que se sentiriam excluídos, revoltados, com tristeza e medo, porque os estrangeiros ocupam “o nosso território”. Também falaram que se sentiriam inferiores, oprimidos e sem liberdade.

Os alunos foram questionados sobre como reagiriam se se encontrassem nesta situação. A maior parte dos alunos (75 %) disseram que organizariam uma revolução, lutariam para voltar a ter liberdade e a serem os portugueses a mandar no seu próprio país. Os sentimentos expressados foram os de raiva, tristeza, zangados.

Nesse momento, o investigador questionou aos alunos sobre se conseguiam situar na História, alguma situação parecida com esta, mas em que o povo invasor era Portugal.

É de salientar que as gravações em vídeo, no momento da entrevista, acabaram por transmitir muita informação além da oral. As expressões dos alunos revelavam surpresa e sorrisos. Nesse momento, a maior parte dos alunos identificou o período da colonização de

Portugal, a invasão dos países africanos. Alguns também nomearam a “Ditadura de Salazar”.

Acabaram por dizer que o povo moçambicano, neste caso, também se sentiu revoltado, sentia raiva para com o povo português. Uma aluna disse: “acho que sentiríamos o que os moçambicanos sentiram, aprendemos que não fizemos bem”. Outro comentário foi: “Portugal não devia fazer aos outros o que não quer que lhe façam a ele”. Durante este diálogo, os alunos manifestaram que, mesmo sendo contra a guerra, e que nada justifica a utilização da mesma, conseguem entender porque é que o povo moçambicano se revoltou: “eles estavam a defender-se, se fôssemos nós, iríamos fazer o mesmo contra o povo invasor”. Como diz um aluno: “nós invadimos um terreno que não era nosso, e depois ficamos chateados quando os donos o queriam recuperar”.

Depois de todo o trabalho desenvolvido, considera-se que os alunos conseguiram entender o que a outra parte do conflito estaria a sentir. Falou-se muito em sentimentos, sempre apelando a parte mais pessoal dos alunos. A intenção não era moldar a opinião deles, mas sim que tentassem colocar-se no lugar do outro.

#### **4.ª Etapa: Entrevista a alunos moçambicanos**

Em relação às turmas da escola de Itoculo, Moçambique, a escolha do 10º ano foi previamente discutida com a diretora do centro educativo, da província de Nampula. As alunas que participaram neste estudo fazem parte de um lar gerido por religiosas portuguesas (Irmãs Missionárias do Espírito Santo) e, no qual, vivem há mais ou menos quatro anos.

Foram, então, selecionadas 20 alunas para participar. Previamente, já tinham abordado a matéria da Guerra Colonial (em Moçambique é estudada como Guerra de Independência) e a consequente independência do país.



*Figura 16 - Entrevista Alunas de Itoculo*

Da mesma forma que a escola de Itoculo foi contactada, também foi contactada uma escola da capital, do 10.º ano de escolaridade, (vinte alunos, sendo doze rapazes e oito raparigas). Em Maputo, o acesso à educação é mais fácil e o nível de conhecimento é mais elevado. A finalidade do estudo é conhecer a posição de cada aluno sobre o conflito entre os dois países.

Esta parte do estudo recaiu, como anteriormente foi dito, sobre um grupo de alunas do Norte de Moçambique e sobre outro grupo de alunos da capital moçambicana.

O nosso trabalho iniciou-se com o grupo de meninas pertencentes ao Lar Eugénie Caps de Itoculo, que vivem neste lar durante o período escolar, regressando a casa na altura das férias. São crianças e jovens que neste Lar e com a ajuda das Irmãs Missionárias do Espírito Santo conseguem ter acesso à educação. No Lar também recebem formação pessoal, tanto ao nível de sobrevivência pessoal como de desenvolvimento profissional. A colaboração deste grupo de alunas foi coordenada por uma irmã portuguesa que na altura se encontrava a dirigir a missão, a Irmã Augusta.

O segundo grupo entrevistado pertence à capital, Maputo. Foram vinte alunos entrevistados, sendo doze rapazes e oito raparigas do 10.º ano.

A entrevista constava de treze questões abertas, de forma a que os alunos pudessem expressar a sua opinião livremente. A única diferença na entrevista era a primeira questão.

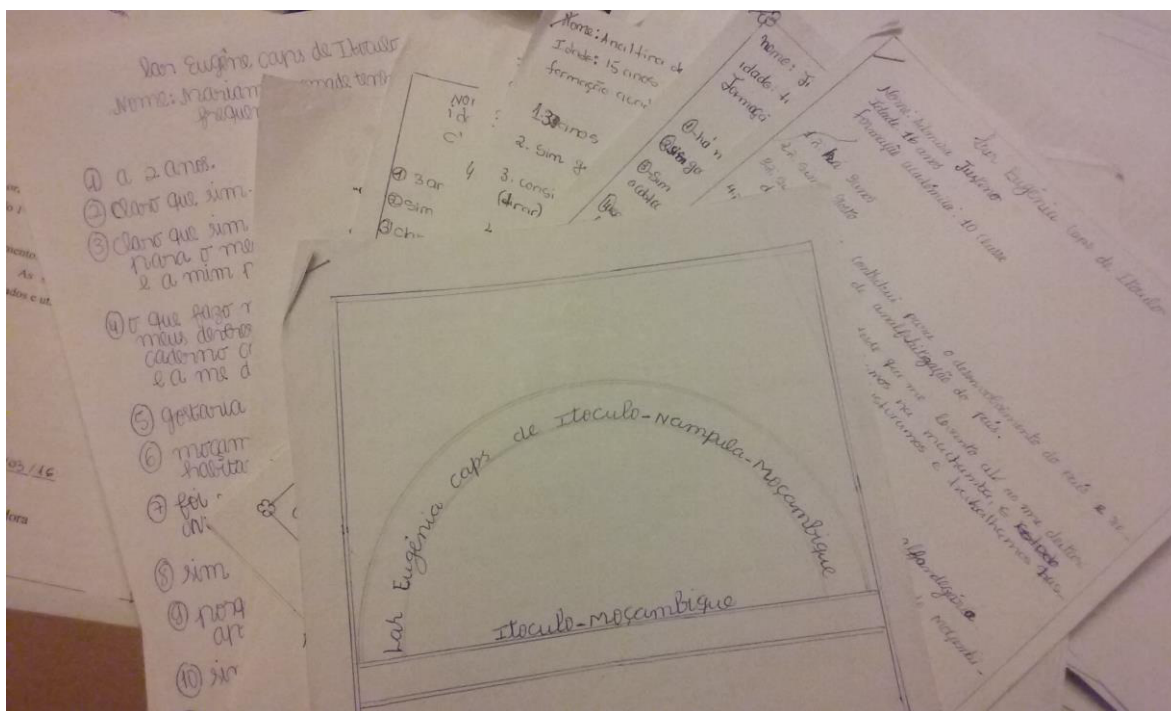


Figura 17 - Entrevistas a alunos moçambicanos

Estas alunas possuíam um sentido de responsabilidade muito grande, tanto ao nível pessoal, relativo à aquisição de aprendizagens como ao nível comunitário, entendem que estão a ter uma oportunidade única para se formarem e que devem ser elas a mudar o país, ajuda-lo a crescer, económica e escolarmente.

O dia-a-dia destas jovens está relacionado com a formação académica e pessoal, produzir os próprios alimentos, a roupa, entre outras coisas. Em relação com o futuro, estão preocupadas com a situação do país, mas querem evoluir e ter uma profissão. Estas alunas têm um grande orgulho na sua nacionalidade, entenderam que o papel dos portugueses no conflito entre os dois países, foi desagradável, com a exploração dos bens locais e dos seus habitantes. Foi um povo explorado que procurou a sua liberdade, na “Guerra da Independência”, lutaram pelo direito ao território, pelos seus direitos contra o povo invasor. Mesmo não sendo possível realizar a entrevista pessoalmente, foi enviada por

internet, as alunas responderam por escrito, mas, mesmo sendo uma entrevista semiestruturada, faltou o contato direto, observar as reações faciais e as expressões.

A finalidade era compreender como é que os alunos estudam esta matéria e foi notória a continua utilização das palavras escravidão, de aproveitamento de recursos naturais e dos invasores. O visionamento deste conflito por parte destes alunos tem um caráter bastante negativo, têm um sentimento de inferioridade em relação ao colonizador e de revolta para estas atitudes.

A entrevista relativa aos alunos de Maputo é muito semelhante as itoculenses. Diferenciam-se em dois aspetos, sendo cidadãos da capital, as preferências dos alunos, na ocupação do tempo, após a escola, é mais diversificada, desporto e cultura. Em relação ao conflito encontram-se localizados na zona do país oposta à maior parte do conflito, que se desenvolveu à Norte de Moçambique. A atitude com os portugueses é de revolta pela forma como os portugueses os tratavam, ainda existe raiva e preocupação.

### **5.ª Etapa: Questionário feito aos alunos no Google Formulários**

Para finalizar esta recolha de dados foi realizada uma entrevista através do Google formulários, à qual responderam dezassete alunos.

Primeiramente, os alunos foram questionados se gostavam desta disciplina, História e Geografia de Portugal. Todos os alunos responderam afirmativamente, que gostavam porque era uma disciplina em que aprendem mais sobre o passado, sobre a História do seu país e do mundo.

Seguidamente, responderam sobre se consideravam importante esta disciplina. Também a resposta foi positiva, porque querem saber o que aconteceu antes de nascerem (aluno 1). Um aluno disse: “é uma disciplina que nos faz pensar sobre as guerras, sobre povos que não têm condições de vida favoráveis e sobre o problema da humanidade”

A terceira questão foi sobre qual foi a parte da disciplina de que mais gostaram. Aqui as respostas foram muito variadas, desde os “Nómadas”, pela sua vida e evolução; à “Segunda metade do século XIX”, porque é interessante saber o salto que deu Portugal até agora; a “batalha de Aljubarrota”, a “Ditadura”, o “25 de abril” e a “União Europeia”, por ser o acontecimento mais próximo dos alunos. Como se pode observar, houve vários

momentos históricos que ficaram na memória dos alunos, o que mostra grande interesse por esta disciplina.

A seguinte questão foi se achavam importante conhecer a História de Portugal e, seguindo o nível de raciocínio que tinham tido até aqui, todos acharam relevante. Assim, ficavam a conhecer como é que os antepassados se desenvolveram, qual foi a sua evolução, para desta forma entenderem o presente e ajudar a resolver e entender problemas futuros. Como disse um aluno: “poderá ajudar-me no futuro”.

Em relação a como gostariam que fosse uma aula de História e Geografia de Portugal, a maioria coincide no seguinte: gostariam de aulas mais dinâmicas, mais atrativas e divertidas, utilizando mais equipamentos digitais e aulas fora da sala, com visitas a monumentos históricos.

Para finalizar esta entrevista, e uma vez que já tinham estudado a “Guerra Colonial”, foi-lhes perguntado: se tivessem a oportunidade de falar com um aluno moçambicano, da mesma idade, o que gostariam de dizer-lhe. As respostas foram muito interessantes e diversificadas, um aluno gostava de perguntar-lhe como é que a sua família se lembra dos portugueses, se com admiração, com rancor ou com medo. Vários alunos estão interessados em saber como é que era a abordagem do professor sobre este tema. Outros alunos quereriam dizer que se a guerra tivesse sido decisão deles a teriam evitado. O último aluno disse que simplesmente lhe pediria desculpa.

## **6.ª Etapa: Entrevista a professores**

Na última parte do estudo, foram entrevistados vários professores para conhecer a sua visão sobre este conflito e sobre a importância e o papel da História e Geografia de Portugal no plano curricular.

O estudo foi feito com quinze professores, com idades compreendidas entre os 32 e os 57 anos, sendo cinco professores e dez professoras de diversas áreas, e que lecionavam desde o 2.º ciclo até à Universidade. Os critérios da escolha destes professores foram dois: ou dar aulas de História ou ter vivido numa ex-colónia portuguesa.

Dos entrevistados, nove tinham vivido em ex-colónias, dos quais cinco em Angola e quatro em Moçambique.

A entrevista, propriamente dita, começou a partir deste ponto. Foram questionados sobre a forma como viveram a guerra colonial e o que sentiram. A maior parte dos professores na altura da guerra era jovem, e a informação que tinham era através dos adultos e da rádio. No caso de Angola, a guerra era mais centrada na capital, assistiam à morte de tropas portuguesas e de militares angolanos e muitas vezes eram evacuados da escola. Os adultos tentavam manter a calma e fazer a vida normal, mas não davam a sua opinião fora de casa porque diziam que era perigoso.

No caso de Moçambique, os entrevistados viveram principalmente na capital. Então como a guerra “era no Norte”, e dada a dimensão de Moçambique, ficava muito longe. Também comentam que, na altura, os negros eram considerados como terroristas e não gente a querer ser livre na sua terra.

De seguida, foi-lhes questionado se este acontecimento influenciou a forma de ver a vida. As respostas foram todas afirmativas. Afetou de várias maneiras: desde acreditar que o “processo de negociação se aplica a tudo na vida”; que os conflitos bélicos nunca solucionam os problemas; que para um povo é necessária a liberdade de informação, de expressão, de educação e de comunicação, para que um povo possa evoluir e crescer.

Com a guerra, a maior parte dos portugueses que viviam nas colónias tiveram que regressar à “metrópole”, e estes professores não foram exceção. A questão aqui é como encararam este regresso. Para a maior parte deles não foi fácil. Por um lado, significou perder tudo o que tinham, pois tiveram que deixar quase todos os pertences em África, e, por outro lado, abandonar o lugar onde viviam para irem viver para uma “metrópole” desconhecida, com um clima e uma cultura diferentes. Alguns entrevistados declararam que não sentiram dificuldades de adaptação, ou por já conhecerem a metrópole ou por terem facilidade em adaptar-se a novas realidades.

Questionando os professores sobre a visão que os manuais escolares dão sobre a guerra colonial e se concordam com a forma como é apresentada aos alunos, a maior parte considera que ainda é uma matéria recente e que ainda não é muito trabalhada nos manuais, mas aqueles que a trabalham acabam por não dar a entender a verdadeira



situação, que foi vivenciada por estes professores. Consideram que seria apropriado apresentar esta e outras situações históricas desde uma multiperspetiva, “ou seja, os dois lados do conflito”. Alguns dos professores que não lecionam História também disseram que não tinham conhecimento de como esta matéria era abordada nas aulas. Alguns ficaram curiosos em conhecer esta abordagem e assim poder comparar com as vivências próprias.

Também se questionou os professores sobre qual a importância que a disciplina de História e Geografia de Portugal pode ter para o desenvolvimento dos alunos. Todos concordaram que é muito importante e fundamental para a educação crítica dos alunos e para a formação da consciência cidadã. Para entender o presente momento baseado no passado e o futuro no presente. Assim como determinadas tomadas de decisão, conhecer melhor as razões que originaram determinados momentos históricos e perspetivar o futuro evitando os mesmos erros. A disciplina deve dar a oportunidade de os alunos terem acesso a vários pontos de vista para a análise dos acontecimentos.

Aproveitando a experiência pessoal e familiar destes professores e a influência que estes tiveram nas suas vidas, foram questionados sobre se a experiência dos familiares dos alunos os pode influenciar na sua educação. Todos concordaram que existe influência. As experiências pessoais condicionam e muito a forma como orientam a educação dos filhos. A maior parte dos entrevistados refere que a educação transmitida pelos pais é essencial na formação dos filhos, mas principalmente as ações, o exemplo, as atitudes do núcleo familiar. Neste caso, o respeito pelas outras pessoas e consolidar valores nas crianças é determinante.

Para finalizar este trabalho, e depois de explicar que durante as entrevistas, observou-se que alguns dos alunos se mostraram surpreendidos com os motivos que fizeram os povos das ex-colónias lutar contra Portugal, foi perguntado se consideravam importante dar a possibilidade de os alunos estudarem este acontecimento tendo acesso as diferentes visões existentes sobre o mesmo acontecimento.

As respostas foram todas coincidentes: todos consideram fundamental. Como disse um dos entrevistados: “esse é um dos objetivos desta disciplina, o colocar-se no lugar do OUTRO”, é uma das aprendizagens que consta no programa. A diversidade de opiniões

permite que os alunos pensem antes de emitir a sua opinião, confrontar diferentes visões ajuda a criar uma opinião crítica.

Considero que estas entrevistas foram um instrumento importante para este estudo. Conhecer a opinião de professores, e, principalmente, dos que viveram este acontecimento histórico ajuda a dar mais credibilidade. Baseia-se no ponto de vista que defende que os alunos devem ter acesso a várias visões sobre o mesmo acontecimento histórico e que a experiência pessoal ajuda a ver estes acontecimentos duma forma distinta. No caso dos alunos, as entrevistas a familiares acabaram por fazer do acontecimento histórico algo mais próximo.

## CAPÍTULO V - Conclusões do estudo

Neste último capítulo serão expostas as principais conclusões do estudo, estando este capítulo dividido em duas componentes. Na primeira, discutem-se as principais conclusões, procurando dar resposta às questões orientadoras estabelecidas inicialmente. Na segunda parte, apresentam-se os principais constrangimentos identificados ao longo do estudo, assim como são mencionadas algumas recomendações para o futuro.

### Conclusões

*A educação deve visar o pleno desenvolvimento da personalidade humana e o reforço do respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais.*

(nº 2 do Art.º 26º da Declaração Universal dos Direitos do Homem. In: Piaget, 1990, p.73)

Com esta investigação, pretendeu-se compreender de que forma a História pode contribuir para melhorar as aprendizagens dos alunos no 2.º ciclo, através da exploração dos conteúdos, analisando os diferentes pontos de vista existentes sobre um determinado acontecimento histórico, neste caso-sobre a Guerra Colonial, segundo uma perspetiva, ou, desde outra perspetiva, sobre a Guerra de Independência. O objetivo principal da presente dissertação foi o de salientar as duas visões sobre um conflito, ou seja, o olhar português/moçambicano, numa abordagem comparativa e diferencial, tendo as entrevistas aos alunos e aos professores e os manuais escolares como base do estudo.

Representa, duma maneira singular, ecos de incertezas e de contradições de um passado recente que deve trazer para o presente, numa dimensão de mudança ampla, uma visão diferente: redescobrir e tentar entender a nossa História e o nosso passado, sentindo, principalmente, o respeito pelo Outro.

O caminho escolhido para abordar este tema incluiu as entrevistas aos familiares, que proporcionaram, desde o início deste estudo, uma visão diferente, uma visão em primeira pessoa do conflito; também se destacam as entrevistas dos alunos moçambicanos,

para ter acesso a outra parte do conflito, a outra visão, o que permitiu o enriquecimento de conteúdo a esta investigação.

O tema toca uma matéria que faz parte da nossa História contemporânea, que nos atingiu pela participação de familiares, ainda vivos, que nos transmitem as suas experiências, que fizeram parte deste período da História.

Neste trabalho, foi fundamental implicar e tornar os alunos protagonistas, perceber o que os motiva e o que lhes dá maior credibilidade histórica (experiência familiar) e, depois, saber ouvi-los para, em conjunto, formarmos uma opinião consciente sobre o nosso passado e sobre a História.

Portanto, os objetivos foram amplamente alcançados. A participação e motivação dos alunos foram notórias. O seu desempenho durante as aulas e durante o estudo foi bastante satisfatório. A atitude no decorrer das aulas foi positiva, mostrando-se muito interessados, empenhados e participativos, recorriam com bastante frequência às informações obtidas nas entrevistas aos familiares. O envolvimento dos familiares elevou de uma forma considerável o empenho e a motivação.

Assim, através da visualização realizada aos manuais escolares portugueses e moçambicanos, são perceptíveis as duas visões diferenciadas sobre o mesmo conflito. O próprio nome dado ao mesmo conflito por ambas as partes é reflexo desta realidade: “Guerra Colonial” e “Guerra da Independência”.

Os conteúdos absorvidos pelos alunos também refletem estas duas visões. É de salientar como alunos portugueses do 6.º ano consideravam que estes países africanos nos foram “roubados”, convencidos que eram países pertencentes a Portugal. Só no fim das várias atividades, a maior parte dos alunos concluíram que nunca tinham pensado que estes países tinham identidade própria, e que ser independentes era um direito deles.

As entrevistas aos alunos moçambicanos vieram a reforçar a mesma ideia, mas desde o ponto de vista deste povo. Através das respostas, consegue-se observar o a visão negativa que têm deste período devido ao sofrimento por que familiares e amigos passaram. É de salientar o patriotismo existente, querer estudar para ajudar o país, ser melhor pessoa, defender o povo moçambicano.

Em suma, depois de analisar ambas as entrevistas, portuguesas e moçambicanas, verifica-se, nas conclusões alcançadas pelos alunos, o mal-estar pelo sofrimento causado à outra parte interveniente, a sensação de tristeza, raiva e vergonha.

Os alunos refletiram sobre o tema, colocaram-se na posição do povo moçambicano, exprimiram sentimentos de raiva, medo e rancor, mostraram que não concordam com as atitudes tomadas pelo nosso país, querendo pedir “desculpa” aos alunos moçambicanos pelo sofrimento que o nosso país lhes causou.

As expectativas sobre este trabalho eram elevadas, mas o resultado final foi amplamente satisfatório. Desta forma, pode-se concluir que proporcionar aos alunos diversas visões, fazê-los parte integrante do estudo, dar-lhes as bases para serem eles próprios a criarem as suas aprendizagens, levá-los a fazer uma reflexão crítica sobre um acontecimento, sem ser condicionado, ajudará a construir futuros homens e mulheres com uma visão mais ampla e com preocupação e respeito pelo “outro”.

### **Constrangimentos e recomendações**

Concluído o estudo, torna-se elementar citar alguns constrangimentos e limitações encontradas durante a investigação, propondo posteriormente algumas recomendações a ter em conta em futuras investigações.

O primeiro constrangimento prende-se com o duplo papel de professor e investigador, sendo difícil exercer as duas funções. Como primeira prioridade sempre foram as aulas e a leção dos conteúdos estabelecidos. A necessidade de chegar ao final do tema, a “Guerra Colonial”, para poder trabalhar a investigação dificultou, um pouco, a gestão do tempo, e resultou numa maior pressão. A limitação do tempo refletiu-se na leção do tema, sendo aconselhável fazer uma exploração da matéria mais adequada.

Outro constrangimento prende-se com a impossibilidade de ter estabelecido um diálogo direto, via Skype, entre a turma portuguesa e a turma de Itoculo. A escassez de tempo não permitiu.

Por fim, foi limitado o registo fotográfico das aulas. A preocupação pela lecionação, a preparação de futuras planificações e, simplesmente o esquecimento deste registo, resulta na falta deste material que seria proveitoso durante a investigação. Como recomendação em futuras investigações é de salientar a recolha do registo fotográfico de trabalhos e desenvolvimentos realizados na sala.

# PARTE III

## REFLEXÃO FINAL DA PES I E PES II

### NOTA INTRODUTÓRIA

Esta última parte do relatório final da PES tem como objetivo uma reflexão acerca da PES I e PES II, sendo destacados aspetos positivos e menos positivos, o contributo destas a nível profissional e pessoal e as aprendizagens obtidas durante o estudo.





## **CAPÍTULO I - Reflexão final da PES I e PES II**

Depois de cinco anos, chegou o momento de fazer o balanço deste tempo decorrido. Foram anos de aprendizagens e crescimento pessoal, de aquisição de competências e de muito trabalho.

O momento final chegou e só posso estar satisfeita com tudo o que aconteceu. Houve coisas boas e coisas menos boas, momentos enriquecedores, complicados, muito sacrifício, tanto pessoal como familiar, mas acredito que este esforço valeu a pena.

Os primeiros três anos, a Licenciatura, foram a base neste processo de aprendizagem. Apesar de estar rodeada, na maior parte do tempo, de jovens alunos, sempre me senti bem integrada na turma. Passamos bons momentos, existia um bom ambiente entre todos os colegas e também com os professores, que eram sempre muito próximos e estiveram sempre disponíveis.

O meu percurso durante a Licenciatura foi muito enriquecedor. Existiram várias oportunidades de estar em contacto direto com alunos. Foi-nos possibilitada a oportunidade de passar pelo pré-escolar, pelo 1.º e 2.º ciclos. Tivemos momentos de observação, de colaboração com as professoras das escolas e também implementamos várias aulas com diversas atividades. Este contacto direto com o meio escolar foi facilitador para a hora da escolha de mestrado. Foi mais fácil através da experiência que tivemos durante estes três anos, conseguir orientar a nossa vocação. Como muitas vezes diziam os professores, pode-se pensar que é de um determinado ciclo que gostamos, mas depois da prática tem-se mais a certeza dessa escolha.

Com estas experiências o que se concretizava cada vez mais era a vontade e a certeza de ser esta a minha vocação. É no meio educativo que me sinto realizada.

Fiz parte da criação de uma missão, Lar para meninas, a norte de Moçambique, em Itoculo. Esta missão ajuda 50 jovens, com idades compreendidas entre os oito e os catorze anos, a formarem-se, tanto ao nível pessoal como profissional.

Três anos depois da criação desta missão, e tendo conhecimento das dificuldades que existem nesta zona do país, pela escassez de professores, surgiu a oportunidade de entrar para o curso de Educação Básica e assim, uma vez formada, partir para esta missão. Um ano mais tarde o meu marido entrou no mesmo curso para se formar também e assim

podermos ir para a missão, em família. Este sonho cada vez está mais perto, e chegado este momento no meu percurso académico, sei que este será um objetivo a alcançar.

A minha união a esta gente, o povo macúá, é muito forte, e tenho que agradecer as “minhas meninas”, porque elas também participaram neste estudo, com as suas entrevistas.

Voltando à licenciatura, devo referir que os momentos vividos nas escolas com os alunos foram muito bons, pela alegria que demonstraram, pela boa aceitação para connosco, por todo o carinho que nos deram. Ao mesmo tempo, estas experiências reforçavam a minha ideia: estes conhecimentos serão bem aplicados na missão, porque mesmo não tendo muitos recursos, os alunos têm uma vontade enorme de aprender.

Finalizada a Licenciatura, chega o momento chave de escolher o Mestrado. Inicialmente o meu gosto por crianças fez-me pensar em escolher o Mestrado em Pré-escolar e Primeiro Ciclo, mas depois de ter analisado as minhas experiências, senti a necessidade de apostar no Mestrado em 1.º e 2.º Ciclo, por ser mais abrangente.

O primeiro ano de mestrado foi muito intenso, houve uma mudança de turma, mas o grupo com o que eu estava habituada a trabalhar continuou junto, o que nos facilitou imenso. Foi um ano de “didáticas”, de muitos trabalhos e de elaboração de muitos materiais, mas, ao mesmo tempo de uma extraordinária partilha entre todos os colegas, partilha de informação e de opiniões. Foi um ano muito enriquecedor ao nível de aquisição de conhecimentos e de preparação para o segundo ano que se avizinhava muito complicado.

Em relação ao segundo ano, neste momento, lembro-me das emoções vividas nas duas escolas que lecionei. Foram dois momentos completamente opostos, mas vividos com a mesma intensidade. Foram meses de imenso trabalho, de planificações, de trabalhos manuais, de sacrifícios, de lágrimas, mas também, a sensação de dever cumprido.

Como disse anteriormente foram duas experiências opostas. Na Prática de Ensino Supervisionada I, foram quinze semanas vividas em contexto de aula, numa escola espetacular, foi uma experiência muito positiva.

Em relação a estas quinze semanas, sendo as primeiras de observação, considero que foram muito importantes para poder constatar como é o funcionamento dum 2.º ano, como é distribuída a carga horária, como interage a professora e como reagem os alunos.

Como refere Estrela, (1994:26) “o professor, para poder intervir no real de modo fundamentado, terá de saber observar e problematizar (ou seja, interrogar a realidade e construir hipóteses explicativas). Intervir e avaliar serão ações consequentes das etapas precedentes”.

Eu e o meu par do estágio, conseguimos viver este período de uma forma satisfatória, contamos com a colaboração da nossa professora orientadora cooperante, a professora Regina, que esteve sempre pronta para nos ajudar nas dúvidas e nos esclarecimentos sobre os perfis dos alunos, para assim poder organizar melhor o nosso trabalho.

A sala tinha diverso material exposto, a maior parte construído pelos alunos, Arends é da opinião que “(...) os alunos podem até ajudar a produzir uma sala com aspeto interessante e acolhedor. Muitos alunos sentem-se bem quando vêm os seus trabalhos na parede, e tal exposição pode ser usada como um sistema de incentivo.” (1995, p. 96). Neste sentido foram produzidos com os alunos, materiais didáticos diversificados e atraentes para conseguir uma maior motivação e ação por parte dos alunos.

Existia uma relação pedagógica muito satisfatória entre as professoras (a titular e as de apoio) e os alunos, bem como com os restantes colegas, o que era bastante positivo, pois “as relações afetivas que o aluno estabelece com os colegas e professores são de grande valor na educação, pois a afetividade constitui a base de todas as reações da pessoa diante da vida”. (Vasconcellos, 2005, p. 83)

Aprendi muito com a observação do relacionamento entre a professora e os alunos. A professora coordenadora era bastante preocupada e com muito bom relacionamento com os pais. Este relacionamento também passou para as estagiárias, criando-se uma ligação com os pais.

Foi um período intenso e de grande responsabilidade, com imenso trabalho e com o sentimento de dar mais a cada dia que passava.

Uma das partes mais complicadas foram as planificações das aulas, porque não queria baixar o nível dos alunos, e a minha maior preocupação era que tivessem aulas motivadoras e exigentes, principalmente que fossem adequadas à maior parte dos alunos.

Considero que o ritmo deste estágio foi bastante acelerado. Foram meses de intenso trabalho. Este trabalho era sempre realizado tendo em conta as necessidades e as dificuldades dos alunos, seguindo sempre as orientações curriculares e as da professora.

Particpei em todos os projetos em que foi solicitada a minha colaboração. Considero-me uma pessoa dinâmica e ativa, e esta característica foi aproveitada neste estágio. Realizamos concursos, participamos em projetos e, apesar de ter concluído o estágio, continuei a fazer parte de um dos projetos que finalizou em abril.

Particpei em encontros com os pais, com os que mantive uma boa relação. É de destacar a relação criada com os pequenos, “os nossos meninos”, foi espetacular. Ajudar a formar pessoas é muito importante e quando são mais novos demonstram muito carinho e amizade, o que é muito reconfortante. Este foi um pequeno passo na minha vida, mas que me marcou completamente.

No entanto, a passagem por esta escola foi o primeiro passo de um longo caminho. Como futura profissional de ensino, devo ter bem presente que “cada professor deve ser preparado para encontrar, por si mesmo, os comportamentos mais adaptados à sua personalidade e mais eficazes para o desempenho da sua função. Isto exige, por parte do professor, a aquisição de uma atitude experimental, de um conhecimento teórico sobre a investigação e experiência (...)”. (Estrela, 1994, p. 27).

Em relação à Prática de Ensino Supervisionada II surge uma grande diferença: no 1.º ciclo se pratica a monodocência, um só professor convive o dia todo com os alunos, consegue organizar o horário e os conteúdos de uma forma mais transversal, consegue manter um contacto mais personalizado e, ao mesmo tempo, ter um conhecimento mais profundo sobre cada aluno, no 2.º ciclo a pluridocência faz com que o relacionamento com os alunos seja muito escasso. No caso das disciplinas de Português e de Matemática, como a carga horária semanal é superior, estes professores conseguem ter mais contacto com os alunos, nas restantes disciplinas isto não acontece.

Outra diferença que encontrei foi a organização do nosso estágio. No 1.º ciclo as planificações eram preparadas semanalmente, de forma alternada, e, ao mesmo tempo, tinha que preparar materiais. Esta pressão e preparação ajudaram a fomentar um ritmo de trabalho que depois foi útil para encarar o 2.º ciclo.

O 2.º ciclo deste mestrado tinha uma organização bastante complexa. A primeira dificuldade foi a de ter que preparar uma planificação para todo um mês de duas disciplinas sem nunca ter dado aulas, neste caso, a um 6.º ano. Tinha de preparar áreas diferentes ao mesmo tempo, como são a História e Geografia de Portugal com o Português e depois a Matemática e as Ciências Naturais.

Tive a dificuldade acrescida de nesta primeira parte ter que recolher a informação necessária para a minha investigação. Isto aconteceu porque o tema que eu queria trabalhar em História e Geografia de Portugal, a Descolonização, foi lecionado por mim nesta primeira intervenção. Mas foi positivo porque eu sabia qual era o tema que queria trabalhar no relatório e uma vez que ia ser eu a lecionar todo o período salazarista até a descolonização, era perfeito para a minha investigação.

Uma parte fundamental deste estágio, como no 1.º Ciclo, foi a observação. Esta fase é de indiscutível importância, pois é através dela que ficamos a conhecer a personalidade dos alunos, as suas características, as dificuldades e a postura perante os colegas, assim como a atitude dos professores orientadores cooperantes com eles, como conduzem as aulas e que estratégias utilizam. Depois destas semanas de observação devemos aproveitar a informação recolhida para nos ajudar na nossa leção.

A PES II decorreu num clima de tensão, com muito trabalho para fazer, mas com pouco tempo e, principalmente, pouca experiência. Com a ajuda dos POC, que se disponibilizaram imenso desde o início do estágio, e com a ajuda dos nossos professores da ESE iniciou-se o trabalho.

Dentro da planificação do meu trabalho para a investigação, utilizei as disciplinas de Português e História e Geografia de Portugal para a recolha de dados. Na primeira fase do trabalho, foi proposto aos alunos que durante as férias da Pascóa, realizassem uma entrevista a um familiar ou amigo que tivesse vivido na época do Estado Novo. A ideia era que com esta entrevista, os alunos comessem a ter contacto com este tema, que foi

tratado durante todo o mês de lecionação. Desta forma, consegui captar a atenção dos alunos e o seu envolvimento.

Ao retomar as aulas, após as férias, aproveitei a aula de português para falar sobre um autor moçambicano, Mia Couto, e fazer um trabalho de pesquisa sobre este autor, vida profissional e pessoal. Desta forma começou a falar de Moçambique na sala de aula.

Durante as primeiras aulas de História e Geografia de Portugal, foi trabalhada “ O Estado Novo” . Houve aulas práticas, como a representação de uma aula na época de Salazar, foram analisadas canções da época, foram exibidos vídeos sobre acontecimentos da época, etc.

Foi um mês de imenso trabalho, porque, ao mesmo tempo que lecionava, encontrava-me a planificar o seguinte mês, no que lecionei a Matemática e Ciências Naturais.

Como a recolha de dados foi realizada na primeira parte do estágio, também tive a oportunidade de fazer mais uma recolha durante a segunda parte, e perceber se a colheita era suficiente, porque sabemos que uma vez finalizado o estágio já não conseguimos ter acesso aos alunos. A disponibilidade dos alunos também é de ressaltar. Estiveram sempre disponíveis para o nosso trabalho, motivados, mesmo aqueles que sentiam mais dificuldades queriam participar no nosso estudo. Considero que tanto a postura dos POC como dos alunos foi memorável. Dos primeiros sabemos que a sua disponibilidade é limitada, mas mesmo assim estiveram sempre muito atentos e preocupados connosco. Para eles, é o meu maior agradecimento porque sem eles a nossa preparação fica dificultada. Depois aos alunos, sempre participativos, mesmo tendo que abdicar em algumas situações da hora de recreio, eles queriam colaborar. Em ambos os estágios, foi marcante a colaboração dos alunos e o carinho demonstrado para comigo. Foi emocionante.

Para finalizar esta reflexão, é de salientar um momento que foi marcante e decisivo tanto na PES I como na PES II. Este foi o momento das reflexões. Estes momentos com os POC eram realizados no final do dia ou de aula. Consistia numa conversa com troca de opiniões, com sugestões para melhorar, partilha de apreciações entre o par de estagiárias e a POC. Foi sempre encarado como um momento de crescimento, de aprendizagem, por

isso foi sempre considerado um momento positivo. Não posso negar que também era um momento de nervosismo porque acabava por ser uma avaliação ao trabalho realizado, mas sempre o encarei como uma ajuda.

Durante a realização desta reflexão final, foram muitos os sentimentos que surgiram, principalmente o de saudade. Saudade destes alunos, que considerei meus, saudade destes professores que me ajudaram a crescer, saudades das aventuras que se passaram, das atividades realizadas, das vivências proporcionadas aos alunos e as que eles me proporcionaram. Foram momentos inesquecíveis. A despedida em cada estágio estive cheia de lágrimas, de emoção, foram meses de muito cansaço, de muito trabalho, mas as alegrias proporcionadas compensaram amplamente estes momentos. Posso assegurar que cresci imenso como pessoa, aprendi muito tanto ao nível pessoal como profissional, tanto com os professores como com os alunos.

Um professor é um pilar fundamental no desenvolvimento dos mais novos, é com ele que os alunos passam a maior parte do tempo, principalmente os alunos do 1.º ciclo que vivem quatro anos seguidos com a professora. São pessoas que deixam marcas para toda a vida da criança. Ajudam na construção da personalidade do aluno. Quando se tem um bom professor nestes primeiros anos de aquisição de conhecimentos e de formação pessoal, os alunos adquirem bons princípios. É por isto que quero ser professora, quero ajudar neste crescimento, nesta aventura.

*“A maior glória de um professor é sentir que os seus alunos se tornaram grandes homens.” (Erasmus Shalkytton)*





## Bibliografia

- Aguilar, L. F. (2001). *Expressão e Educação Dramática – Guia pedagógico para o 1º ciclo de ensino básico*. Lisboa: Instituto de inovação educacional.
- Alexandre, V. (1993). Ideologia , economia e política : a questão colonial na implantação do Estado Novo. *Análise Social*, XXVIII(1117–1136). Retrieved from <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223294012K3eBJ5wh1Af89UW6.pdf>
- Almeida, R. D. (2013). *Ser professor de História: A importância da fundamentação teórica da prática docente*. Cuiabá: UFMT.
- Andreia Amorim Pereira, S. T. (2016). *Viana do Lima. Porta para o Mundo*. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo.
- Arends, R. (1995). *Aprender a ensinar*. Lisboa: Mc Graw-Hill.
- Association, A. P. (2012). *Manual de publicação da APA*. Porto Alegre: Penso.
- Barret, G. (1986). Le cadran didactique. *Revue Des Sciences de L'éducation*, 12(1), 115–119. <http://doi.org/10.7202/900524ar>
- Blanchet, A., Ghiglione, R., Massonnat, J., & Trognon, A. (1989). *Técnicas de investigación en Ciencias Socials: Datos. Observación. Entrevista. Cuestionário*. . Madrid: Narcea.
- Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação: Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- Calado, C. (2008). *Uma escola com ambição*. Obtido de Repósito Universidade Nova: <https://run.unl.pt/handle/10362/1923>
- Carvalho, R. d. (1986). *História do Ensino em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian .

- Cardoso, L. D. (2010). *A planificação do ensino: análise de planificações do 1º ciclo do ensino básico*. Obtido de Estudo Geral - Universidade de Coimbra: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/15640>
- Castelo, C. M. (2015). *Viana fica no coração*. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo.
- Cícero. (1872). *De Oratore*. Obtido em 12 de 11 de 2017, de <https://archive.org/details/cicerodeoratore01ciceuoft>
- Citron, S. (1990). *Ensinar História hoje*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Cohen, L., Manion, L., & Morrison, K. (2011). *Research Methods in Education*. London: Routledge.
- Costa, F., & Marques, A. (2011). *História e Geografia de Portugal*. Porto: Porto Editora.
- Coutinho, C. P. (2008). A qualidade da investigação educativa de natureza qualitativa : questões relativas à fidelidade e validade. *Educação Unisinos*, 12(1), 5–15. Retrieved from <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/5291/2545>
- Coutinho, C. P. (2013). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática*. Lisboa: Almedina.
- Coutinho, C. P. (2014). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas*. Coimbra: Almedina.
- Duby, G. (1989). *Diálogos sobre a nova história*. Lisboa: Dom Quixote.
- Educação, M. d. (1991). *Programa de História e Geografia de Portugal - Ensino Básico - 2º Ciclo*. Lisboa, Portugal. Ministério de Educação.
- Educação, M. d. (2003). *Plano Curricular do Ensino Básico*. Maputo: INDE/MINED Moçambique.

Educação, M. d. (2008). *Portal do Ministério de Educação de Moçambique*. Obtido de [www.minedu.org.mz](http://www.minedu.org.mz)

Educação, M. d. (2014). *Metas Curriculares de História e Geografia de Portugal do Ensino Básico - 2º Ciclo*. Lisboa: Ministério de Educação.

Educação, M. d. (01 de 07 de 2016). *Ministerio de Educação*. Obtido de [http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ficheiros/eb\\_hgp\\_programa\\_2c1.pdf](http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ficheiros/eb_hgp_programa_2c1.pdf)

Agrupamento de Escolas de Monserrate. (2018). *Projeto educativo : educar para a vida*. Retrieved from [http://www.esmonserrate.org/attachments/2015PE\\_AEMonserrate.pdf](http://www.esmonserrate.org/attachments/2015PE_AEMonserrate.pdf)

Estrela, A. (1994). *Teoria e Prática de Observação de Classes*. Porto: Porto Editora.

Evertson, C., & Green, J. (2008). *Métodos Cuantitativos Aplicados 2: La observación como indagación y método*. Chihuahua: Antología.

Félix, N. (1998). *A História na Educação Básica*. Lisboa: Ministério da Educação.

Fernandes, D. (1991). Notas sobre os paradigmas da investigação em educação. *Noesis*, (18), 64–66.

Fernandes, F. J. (1990). *Viana Monumental e Artística - Espaço Urbano e Património de Viana do Castelo*. Viana do Castelo: Edição do Grupo Desportivo e Cultural dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

Fernandes, F. J. (1999). *Tesouros de Viana - Roteiro Monumental e Artístico*. Viana do Castelo: Edição do Grupo Desportivo e Cultural dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

Ferreira, O. A. (2010). *Ao serviço da didáctica da História*. Coimbra: Minerva Coimbra.

Flick, U. (2005). *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*. Lisboa : Monitor.

- Formosinho. (2002). *A Supervisão na Formação de Professores I - Da Sala à Escola (Vol. 1ª)*. Porto: Porto Editora.
- Gómez, G. R., Flores, J. G., & Jiménez, E. G. (1999). *Metodología de la Investigación Cualitativa*. Málaga: Ediciones Aljibe.
- INE. (2011). *Instituto Nacional de Estatística*. Obtido em 12 de 5 de 2016, de <https://www.ine.pt>
- Caldas, P. V. (1990). *Viana do Castelo - Cidades e Vilas de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença.
- Lessard-Hebert, M. (1996). *Pesquisa em Educação*. Lisboa: Horizontes Pedagógicos.
- Lessard-Herbert, M., Goyette, G., & Boutin, G. (1990). *Investigação Qualitativa - Fundamentos e Práticas*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Libâneo, J. C. (2007). *Didática*. S. Paulo: Cortez.
- Lima, E. L. (2004). *Matemática e Ensino*. Lisboa: Gradiva.
- Lisboa, E. S. (s.d.). *Teatro na Educação*.
- Lobo, M., & Nhêze, I. (30 de 09 de 2008). *Movimento de Educação para Todos*. Obtido de [http://www.mept.org.mz/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=63&Itemid=48](http://www.mept.org.mz/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=63&Itemid=48)
- Mazrui, A. A. (1969). *História Geral da África – Vol. VIII – África desde 1935*. S. Carlos: Unesco.
- MEC. (2013). *Ministério de Educação e Ciência*. Obtido em 25 de 10 de 2017, de <http://www.sec-geral.mec.pt>
- Moçambique, G. d. (19 de 11 de 2004). *Portal do Governo de Moçambique*. Obtido de <http://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Media/Files/Constituicao-da-Republica-PDF>

- Mondlane, E. (1969). *Lutar por Moçambique*. Lourenço Marques: Verdade.
- Neto, H., Neto, J., Matos, M. J., Castelão, R., Cruz, T., & Silva, T. (2013). *História e Geografia de Portugal*. Lisboa : Santillana.
- Newitt, M. (1997). *História de Moçambique*. Lisboa: Europa - América.
- Nóvoa, A. (1989). A Expressão Dramática e a Formação de professores . *Apontamentos ligeiros*.
- Nunes, J. P., & Ribeiro, A. I. (2007). *A didática da História e o perfil do professor de História*. Coimbra: Impactum Coimbra University Press.
- Nunes, J. P., & Ribeiro, A. I. (6 de 11 de 2015). *A didáctica da História e o perfil do professor de História*. Obtido de Impactum Coimbra University Press: <http://hdl.handle.net/10316.2/28245>
- Oliveira, I., & Serrazina, L. (2002). A reflexão e o professor como investigador. In G. de T. sobre Investigação. (Ed.), *Reflectir e Investigar sobre a Prática Profissional* (pp. 29–42). Lisboa: APM.
- Pelissier, R. (1994). *História de Moçambique*. Lisboa : Estampa.
- Pinto, A., & Marques, B. (2012). *A interdisciplinaridade em sala de aula, no 1º ciclo do Ensino Básico*. Faro: Universidade do Algarve.
- Portugal. MEC (2013). *Ministério de Educação e Ciência*. Obtido em 25 de 10 de 2017, de <http://www.sec-geral.mec.pt>
- Postic, M., & Ketele, J. D. (1988). *Observer les situations educatives*. Paris: Puf.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (1995). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (4ª ed). Lisboa: Gradiva.

- Reis, A. M. (1994). *Viana em 1517 - Urbanismo, demografia, sociedade* (Vol. 15). Viana do Castelo: Centro de Estudos Regionais.
- Reis, P. (2011). *Observação de Aulas e Avaliação do Desempenho Docente*. (C. C. Professores, Ed.) Obtido em 4 de fevereiro de 2015, de Ministério de Educação: [http://www.ccap.min-edu.pt/docs/Caderno\\_CCAP\\_2-Observacao.pdf](http://www.ccap.min-edu.pt/docs/Caderno_CCAP_2-Observacao.pdf)
- República, A. d. (s.d.). *Diário da República Eletrónico*. Obtido em 05 de 03 de 2018, de <https://dre.pt/pesquisa/-/search/373798/details/maximized>
- República, A. d. (s.d.). Lei n.º 11-A/2013. *Diário da República n.º 19/2013, 1º Suplemento, Série I de 2013-01-28*. Obtido de <http://data.dre.pt/eli/lei/11-a/2013/01/28/p/dre/pt/html>
- Rodrigues, A., & Martins, I. P. (2005). *Ambientes de Ensino Não Formal de Ciências: Impacto nas Práticas de Professores do 1º Ciclo do Ensino Básico*. Aveiro: Departamento de Didática e Tecnologia Educativa.
- Ryngaert, J.-P. (1981). *O jogo dramático no meio escolar*. Coimbra : Centelha.
- Shallkyytton, E. (1998). *Shallkyytton*. Obtido de <http://www.shallkyytton.com/>
- Silva, A. E. (1995). *O litígio entre Portugal e a ONU (1960 - 1974)*. Obtido em 15 de 05 de 2017, de *Análise Social*, vol. XXX (130): [www.analisesocial.ics.ul.pt/documentos](http://www.analisesocial.ics.ul.pt/documentos)
- Silva, D. (1995). O litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974). *Análise Social*, pp. 5-9.
- Sim-Sim, I. (1998). *Desenvolvimento da Linguagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Singulano, H. (2006). *Brincar com Ciências Sociais*. Maputo: Alcance Editores.
- Singulano, H. (2006). *Brincar com Ciências Sociais*. MAputo: Alcance Editores.
- Telo, A. J. (1994). As Guerras de África e a Mudança nos Apoios Internacionais de Portugal. *Revista da Histórias das Ideias*, 347 - 369.

- Trilha, J. (1993). *La educación fuera de la escuela. Ámbitos no formales y educación social*. Barcelona: Ariel.
- Vale, I. (2004). *Algumas notas sobre investigação qualitativa em educação*. Revista da ESE.
- Vasconcellos, C. (2005). *Avaliação: concepção dialética libertadora do processo*. S. Paulo: Libertad.
- Wittock, M. (1989). *La investigación de la enseñanza II: Métodos culitativos y deobservación*. Barcelona : Ediciones Paidós Ibérica.
- Yin, R. (2010). *Estudo de Caso - Planejamento e Métodos*. Porto Alegre: Bookman.
- Zabalza, M. (1994). *Planificação e Desenvolvimento Curricular na Escola - A escola como cenário de operações didáticas*. Porto: Edições ASA.





## **Anexos**

### ***Anexo 1 - Consentimento Informado***

Vera Alexandra Portela Lário, portadora do cartão de cidadão nº 12433068, vem solicitar a sua colaboração na recolha de informação, através de entrevista, a qual visa a recolha de dados para uma investigação sobre O Estado Novo e Guerra Colonial.

A informação recolhida tem em vista a realização de um trabalho de investigação no âmbito da unidade curricular de Prática de Ensino Supervisionada II, sob orientação da Dra. Prof. Alexandra Esteves, integrada no curso Mestrado em Educação do 1º e 2º Ciclos do Ensino Básico

A sua participação é voluntária, pelo que poderá interrompê-la a qualquer momento.

As suas respostas são absolutamente confidenciais e os resultados serão analisados e utilizados, única e exclusivamente, neste estudo.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

A investigadora

O(A) participante

---

---

## **Anexo 2 - Pedido de Autorização**

Estimado(a) Encarregado(a) de Educação,

No âmbito do curso de Mestrado em 1º e 2º Ciclos do Ensino Básico, da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo e da minha integração no estágio que realizo com o grupo de alunos em que o seu educando se encontra, pretendo realizar uma investigação centrada na área curricular de História e Geografia de Portugal.

Para a concretização da mesma será necessário proceder à recolha de dados através de diferentes meios, entre eles os registos fotográficos, áudio e vídeo das atividades referentes ao estudo. A colaboração, nesta investigação, não prejudicará os estudos do seu educando e os registos serão confidenciais e utilizados exclusivamente na realização desta investigação. Todos os dados serão devidamente codificados garantindo, assim, o anonimato das fontes quando publicado.

Venho por este meio solicitar a sua autorização para que o seu educando participe neste estudo, permitindo a recolha dos dados acima mencionados. Estarei ao seu dispor para prestar quaisquer esclarecimentos que acharem necessários.

Agradecendo desde já a sua disponibilidade e colaboração, solicito que assine a declaração abaixo, devendo posteriormente destaca-la e devolvê-la.

Viana do Castelo, 4 de abril de 2016

A mestranda

\_\_\_\_\_  
(Vera Alexandra Portela Lário)

---

Eu, \_\_\_\_\_, encarregado(a)  
de \_\_\_\_\_ educação do(a) \_\_\_\_\_ aluno(a),  
\_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, da turma \_\_\_\_\_ do \_\_\_\_\_º

ano, declaro que autorizo/não autorizo (riscar o que não interessa) a participação do meu educando no estudo acima referido e a recolha de dados necessária.

Data: \_\_/\_\_/\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Obs.: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

### **Anexo 3: Entrevista Google Formulários**

1. Gostas da disciplina de História e Geografia de Portugal?

Sim

Não

2. Consideras importante a disciplina de História e Geografia de Portugal? Porquê?

3. Qual foi a parte da História que estudastes que mais aprecias-te? Porquê?

4. Achas importante conhecer a História de Portugal? Porquê?

5. Como gostarias que fosse uma aula de História e Geografia de Portugal?

6. Escolhe o momento da História Contemporânea que consideras mais importante?

a. Estado Novo

b. Guerra Colonial

c. Descolonização

d. 25 de abril

7. Guerra Colonial = Guerra da Independência, qual achas que foi a guerra mais importante? Porque?

8. Como cidadão português, depois de estudar a Guerra Colonial, se tivesses a oportunidade de falar com um aluno moçambicano, da tua mesma idade, o que lhe dirias?

#### Anexo 4 – Aula de Português



Escola Básica 2º e 3º Ciclos Dr. Pedro Barbosa

---

1. Descobre como se formaram as seguintes palavras utilizadas na escrita de Mia Couto:

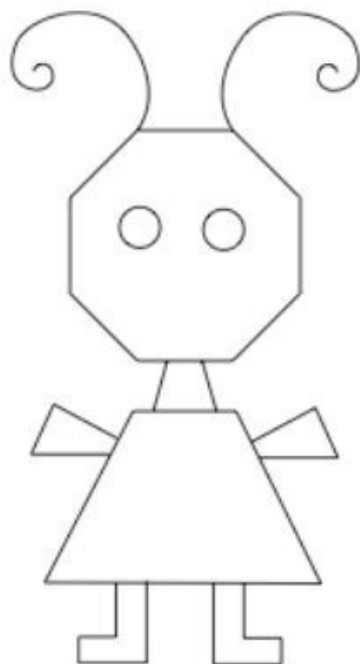
Pirilampiscar	pirilampo	piscar
Atarantonto	atarantado	tonto
Pintalgato	pintalgado	gato
Distraições	distrações	traíçoas
Argumentiras	argumentos	mentiras
Distratividades	distração	atividades
Estremolhado	estremunhado	molhado
Falinventar	falar	inventar
Manifestivo	manifestar	festivo
Estremexendo	estremo	mexendo
Nuventanias	nuvens	ventanias
Portuçambiquês	português	moçambiques
Brinciações	brincar	criações
Pertubabado	perturbado	babado
Gesticalada	gesto	calada
Redemoníaca	redemoinho	demoníaca
Carolinda	Carolina	linda
Inutensílio	inútil	utensilio
Entrequando	entre	quando
Luaminosas	lua	luminosa

**Ficha de Matemática**

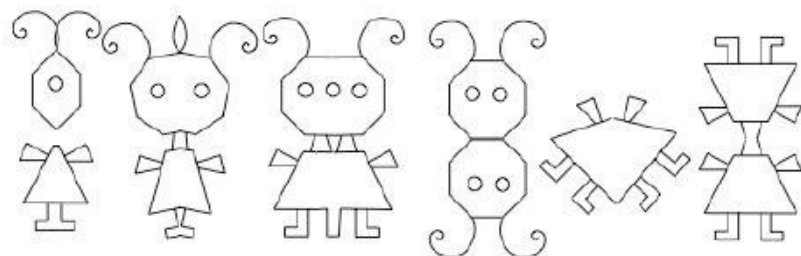
1. Com a ajuda do MIRA desenha a figura através de uma reflexão.



### B. Molly o monstro

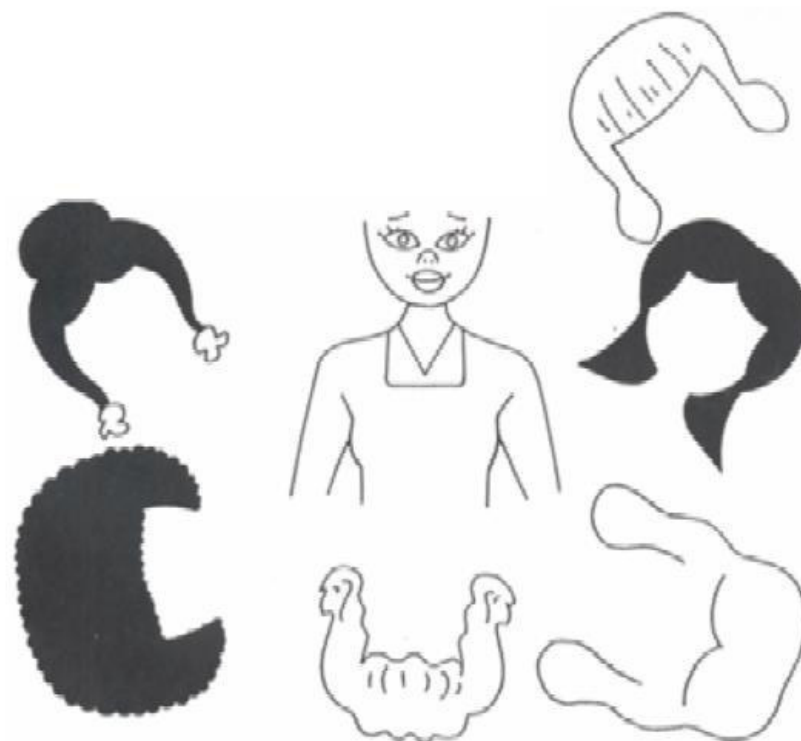


Pode fazer com que a Molly fique parecida com algum destes desenhos?



### Perucas.

Usando o mira, tente colocar as várias perucas na boneca. Desenhe um segmento de reta de que mostre a posição do mira para cada uma das situações.



## Anexo 6 – Aula Ciências Naturais: Atividade “Elaboração de pão”



### Qual é a ação dos micróbios no fabrico do pão?

#### Material

- 4 colheres de sopa de farinha
- Fermento de padreiro
- Tigela
- Vareta
- Gobelê
- Água
- 2 recipientes, A e B
- Colher de sopa



1 Fermento de padreiro onde existem micróbios (leveduras do pão).

#### Modo de proceder

- 1 – Deita, na tigela, a farinha, o sal e 2 colheres de água morna.
- 2 – Amassa a mistura obtida com as mãos até obteres uma massa consistente.
- 3 – Divide a massa em duas partes iguais e coloca-as, respetivamente, nos recipientes A e B.
- 4 – Mistura, no gobelê, o fermento com um pouco de água morna e agita com a vareta.
- 5 – Junta o conteúdo do gobelê à massa A.
- 6 – Deixa repousar a massa A e a massa B durante 30 minutos, em lugar aquecido.
- 7 – Espeta a vareta em cada uma das massas e retira-a.
- 8 – Molda pequenos pães com a massa A e com a massa B e leva-os, separadamente, a cozer ao forno.



2 O pão A tem fermento e o pão B não tem.

1. Que **observaste** em 7? E em 8?
2. Que podes **concluir** sobre a ação dos micróbios no fabrico do pão?



## ***Anexo 7 – Hino da Legião Portuguesa***

Nós teremos que vencer  
Nada temos a temer  
Da invasão comunista.

Já existe a Legião,  
Ao vento solta o pendão,  
Dá combate ao anarquista.

Não voltamos ao passado,  
Acabou o revoltado,  
Disso temos a certeza;

E mais tranquilos andamos  
Porque todos confiamos  
Na Legião Portuguesa.

Reparai no seu marchar,  
Os braços a oscilar,  
Elevando a mão ao peito.

Garbosos e aprumados,  
São verdadeiros soldados  
da ordem e do respeito.

Ele é um soldado unido,  
Quer na paz ou quer no perigo,  
O seu lema é avançar.

Respeita o seu comandante,  
Gritando sempre: Avante!  
Por Salazar! Salazar!

## **Anexo 8 – Entrevista Alunas Itoculo**

### **“Guerra colonial versus Guerra da Independência um único acontecimento com duas visões diferentes”**

O meu nome é Vera Alexandra Portela Lário e venho solicitar a sua colaboração na recolha de dados para uma investigação sobre a Guerra de Independência, que estou a realizar no âmbito do curso de 2º Ano de Mestrado em Educação do 1º e 2º Ciclos do Ensino Básico.

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Formação académica: \_\_\_\_\_

1. Há quanto tempo vives neste Lar?
2. Gostas de estudar?
3. Consideras importante, para o teu futuro, estudar? Porquê?
4. O que é que fazes no teu dia-a-dia, desde que te levantas até que te deitas?
5. Como gostarias que fosse o teu futuro?
6. O que significa para ti ser moçambicano?
7. Na tua opinião, qual foi o papel que os portugueses tiveram no período antes da Guerra da Independência?
8. Neste período, os portugueses contribuíram para o desenvolvimento de Moçambique?
9. Por que o povo moçambicano quis a independência?
10. Algum familiar teu participou na guerra da independência?
11. Num exercício com os alunos do 6º ano duma escola de Viana do Castelo (Portugal), trabalhámos o hino de Moçambique, e deste foram retiradas várias citações:

*“Pátria bela dos que ousaram lutar  
----- o teu nome é liberdade”  
“----- nossa terra gloriosa,*

*Pedra a pedra construindo o novo dia”  
“milhões de braços, uma só força,  
ó pátria amada vamos vencer”  
“Nós juramos por ti, -----  
nenhum tirano nos irá escravizar”.*

Neste contexto histórico, os alunos identificaram estas citações como sendo a História de Portugal, e reconheceram como tirano o “Salazar”, (ditador português deste momento histórico).

O mesmo texto, para dois povos diferentes, acaba por ter o mesmo significado, a procura da independência (Moçambique) e da liberdade (Portugal). E a mesma figura central nos dois casos = Salazar.

12. Qual achas que era o sentimento que os portugueses tinham em relação a Salazar?

13. Numa guerra, infelizmente, sempre acontecem desgraças e situações que não deviam acontecer. Na tua opinião, como é que os soldados portugueses encaravam esta guerra?

14. Qual foi o papel da mulher moçambicana neste conflito? Que papel desempenha a mulher na sociedade moçambicana atual?

15. Ambas as partes do conflito sofreram muito, mas com o fim do conflito que parte ficou mais satisfeita?

16. Para os soldados portugueses foi importante acabar com o conflito, regressaram a casa, às famílias. Qual achas que seria o sentimento destes soldados?

## **Anexo 9 – Entrevista Alunos Maputo**

### **“Guerra colonial versus Guerra da Independência um único acontecimento com duas visões diferentes”**

O meu nome é Vera Alexandra Portela Lário e venho solicitar a sua colaboração na recolha de dados para uma investigação sobre a Guerra de Independência, que estou a realizar no âmbito do curso de 2º Ano de Mestrado em Educação do 1º e 2º Ciclos do Ensino Básico.

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Formação académica: \_\_\_\_\_

1. Há quanto tempo frequentas a escola?

\_\_\_\_\_

2. Gostas de estudar?

\_\_\_\_\_

3. Consideras importante, para o teu futuro, estudar? Porquê?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

4. O que é que fazes no teu dia-a-dia, desde que te levantas até que te deitas?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

5. Como gostarias que fosse o teu futuro?

\_\_\_\_\_

6. O que significa para ti ser moçambicano?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

7. Na tua opinião, qual foi o papel que os portugueses tiveram no período antes da Guerra da Independência?

---

---

---

8. Neste período, os portugueses contribuíram para o desenvolvimento de Moçambique? \_\_\_\_\_

9. Por que o povo moçambicano se revoltou?

---

---

10. Algum familiar teu participou na guerra da independência?

---

11. Num exercício com os alunos do 6º ano duma escola de Viana do Castelo (Portugal), trabalhámos o hino de Moçambique, e deste foram retiradas várias citações:

*“Pátria bela dos que ousaram lutar  
----- o teu nome é liberdade”  
“----- nossa terra gloriosa,  
Pedra a pedra construindo o novo dia”  
“milhões de braços, uma só força,  
ó pátria amada vamos vencer”  
“Nós juramos por ti, -----  
nenhum tirano nos irá escravizar”.*

Neste contexto histórico, os alunos identificaram estas citações como sendo a História de Portugal, e reconheceram como tirano o “Salazar”, (ditador português deste momento histórico).

O mesmo texto, para dois povos diferentes, acaba por ter o mesmo significado, a procura da independência (Moçambique) e da liberdade (Portugal). E a mesma figura central nos dois casos = Salazar.

12. Qual achas que era o sentimento que os portugueses tinham em relação a Salazar?

---

---

13. Numa guerra, infelizmente, sempre acontecem desgraças e situações que não deviam acontecer. Na tua opinião, como é que os soldados portugueses encaravam esta guerra?

---

---

14. Qual foi o papel da mulher moçambicana neste conflito? Que papel desempenha a mulher na sociedade moçambicana atual?

---

---

---

15. Ambas as partes do conflito sofreram muito, mas com o fim do conflito que parte ficou mais satisfeita?

---

---

16. Para os soldados portugueses foi importante acabar com o conflito, regressaram a casa, às famílias. Qual achas que seria o sentimento destes soldados?

---

---

## **Anexo 10 - Entrevista – Investigação**

- Quais eram os objetivos de Salazar com a Guerra Colonial?
- Porque é que se chamava a este conflito Guerra Colonial?
- Portugal era um país mais ou menos forte com as colónias?
- Durante uma guerra, normalmente, os soldados combatem por uma causa. Os soldados portugueses, em geral, tinham consciência dos motivos por que lutavam?
- De um modo geral, como é que a população encarava a guerra colonial e a partida dos soldados para a guerra?

### **Texto**

*“Imagina que, desde 2010 até 2020, chega a Portugal um grande número de emigrantes australianos, com mais habilitações literárias que os portugueses, que, pouco a pouco, começam a trabalhar e, em poucos anos, começam a fazer parte da administração das grandes empresas e a dominar os partidos políticos.*

*Os portugueses começam a ser excluídos dos cargos mais importantes e passam a desempenhar funções subalternas. A partir de 2020, a maior parte da população portuguesa (70%) já faz parte da classe operária, enquanto a classe política e empresarial é constituída maioritariamente por australianos.*

*A situação económica do país começa a melhorar graças aos australianos, os quais começam a impor a sua cultura e os seus hábitos e a exigir que os portugueses cumpram as suas regras.”*

- Qual será a atitude que os portugueses vão ter perante esta situação?
- Como é que os portugueses se vão sentir?
- Como é que tu reagirias numa situação destas?